



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Seminário "Justiça Climática e Racismo
Ambiental: construção dos conceitos e políticas
no Brasil"

Realizada em
Brasília/DF.
04 de Setembro de 2025.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa RDK Degravações e Eventos

1 **Manhã:**

2 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Bem-vindas, bem-vindos a
3 todos e todas, peço que tomem seus lugares, por gentileza, para a gente poder
4 começar aqui o nosso seminário. Eu me chamo J. P. Amaral, sou gerente de natureza
5 no Instituto ALANA, vou estar aqui acompanhando a programação ao longo do dia,
6 com o apoio de mestres de cerimônia, junto comigo aqui está Carolina Capitu também
7 para se apresentar.

8 **A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA)** - Olá, bom dia,
9 bom dia a todos, senhores e senhoras, eu sou Carolina Capitu, sou bióloga de
10 formação, inclusive parabéns aos biólogos e biólogas, ontem foi nosso dia. Eu sou
11 analista de natureza no Instituto ALANA e conselheira do CONAMA também. Sejam
12 muito bem-vindos ao nosso Seminário de Justiça Climática e Racismo Ambiental.

13 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Exatamente, então hoje
14 faremos ao longo do dia uma série de debates sobre a justiça climática e racismo
15 ambiental, com essa proposta de construção dos conceitos e políticas no Brasil,
16 principalmente olhando para qual o papel que a Câmara Técnica de Justiça Climática
17 dentro do CONAMA. Pela primeira vez o Conselho Nacional de Meio Ambiente tem
18 uma Câmara Técnica com o tema de clima, historicamente a gente basicamente só
19 tem uma moção que cita o termo sobre clima na história do CONAMA, então a gente
20 está aqui para debater como que isso pode ser feito com os diferentes setores e
21 diferentes atores. Então a gente dará início à abertura do seminário, para poder
22 realmente fazer essa discussão acontecer. Vale dizer que a gente está honrado
23 mesmo de ter reunido mais de 900 inscrições, temos um grande público online que
24 está participando com a gente hoje, de todo o país, mostra a ampla mobilização sobre
25 o assunto e também damos as boas-vindas para quem veio aqui presencialmente e
26 fez esse esforço para a gente poder olhar no olho e ter essa boa discussão.

27 **A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA)** - E como é uma
28 discussão complexa e o problema é complexo também, as soluções e as discussões
29 também serão. Então esse é um encontro que reúne representantes dos três poderes,
30 especialistas, organizações da sociedade civil e lideranças de territórios diversos para
31 dialogar os fundamentos e as diretrizes que poderão orientar as políticas públicas

32 nacionais sobre esse tema.

33 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – É o caso, por exemplo, de
34 que já está em discussão na Câmara Técnica de Justiça Climática uma resolução que
35 busca definir princípios e diretrizes para a garantia dessa justiça climática e combate
36 ao racismo ambiental. Foi construída de forma participativa com mais de 60
37 organizações da sociedade civil. Uma primeira proposta para a gente realmente
38 identificar quais as lacunas que obviamente existem no campo da política climática
39 brasileira, que o CONAMA pode assumir esse papel de avançar.

40 **A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA)** - Exatamente.
41 Por ser uma grande questão e a gente ter visto recentemente uma crescente
42 incidência de eventos extremos e de impactos nas populações mais vulnerabilizadas,
43 foi criada a Câmara Técnica, como o J. P. citou no início da fala dele, no CONAMA,
44 pelo decreto de número 11.417, de 16 de fevereiro de 2023. E agora a gente tem a
45 oportunidade, enquanto CONAMA, de assumir esse protagonismo na regulamentação
46 da justiça climática, no combate ao racismo ambiental e que hoje as falas, as
47 vivências, as memórias, as histórias que ouvimos aqui hoje nos guiem, nos orientem
48 nessa jornada urgente de trazer as pessoas para o centro do debate climático e das
49 discussões e decisões dadas sobre o clima no Brasil.

50 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Então, neste momento,
51 para começarmos aqui o nosso evento, a gente gostaria de convidar a palestra magna
52 de abertura do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Antônio Herman de
53 Vasconcelos Benjamin, que participará de forma online aqui conosco. Ministro
54 Herman, só confirmando que você está nos ouvindo?

55 **O SR. HERMAN BENJAMIN (Ministro do Superior Tribunal de Justiça)** - Eu
56 consigo ouvir.

57 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Pronto, estamos te ouvindo
58 também, pode...

59 **O SR. HERMAN BENJAMIN (Ministro do Superior Tribunal de Justiça)** - Por favor,
60 fale no microfone. O microfone, acho que é direcional.

61 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Ah, perfeito. Estamos te

62 ouvindo aqui, pode fazer a sua fala, está bom?

63 **O SR. HERMAN BENJAMIN (Ministro do Superior Tribunal de Justiça)** - Eu estava
64 ouvindo. Agora sim. Não, não ouvi o que falou. Só um murmúrio.

65 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Ah, pronto. Só estava
66 comunicando que o senhor pode fazer a sua fala. Obrigado, viu?

67 **O SR. HERMAN BENJAMIN (Ministro do Superior Tribunal de Justiça)** - Obrigado.
68 Bem, eu queria inicialmente agradecer o convite que me foi feito para falar neste
69 evento que trata de uma importantíssima temática da pauta ambiental. Nós, desde a
70 Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981, que inaugurou o direito ambiental
71 no Brasil, nós falamos muito de direitos e obrigações. Tanto direitos e obrigações
72 procedimentais, como direitos e obrigações substantivos. Mas, neste debate que nós
73 estamos fazendo sobre a legislação ambiental brasileira, nesses anos todos, décadas,
74 desde 1981, só muito recentemente que nós passamos a tratar da questão da justiça
75 e também do racismo ambiental. Ou seja, nas primeiras décadas o grande debate era
76 sobre como aplicar a legislação ambiental brasileira e, por outro lado, em algumas
77 áreas, como no campo florestal, a reforma da legislação que até seria anterior à Lei
78 da Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei nº 6.938, de 1981. E, evidentemente,
79 quando nós falamos de racismo ambiental, nós estamos tratando de vários temas ao
80 mesmo tempo. A qualificação ambiental nos conduz à temática da política e do direito
81 ambiental. Mas a expressão racismo aqui tem que ser entendida, essa expressão tem
82 que ser entendida não só na perspectiva étnica, mas também na perspectiva social.
83 Ou seja, racismo ambiental não é só discriminação racial. Não é só discriminação, por
84 exemplo, dos afrodescendentes e dos povos indígenas. Racismo ambiental inclui
85 discriminação dos vulneráveis de uma maneira geral, dos habitantes da periferia das
86 cidades, das favelas ou comunidades, como nós chamamos atualmente, das
87 populações ribeirinhas contaminadas por mercúrio e, evidentemente, com muita
88 saliência os povos indígenas e os afrodescendentes. Mas este é o primeiro ponto que
89 eu queria enfatizar. O ambiental não precisa de explicação, mas eu vou tecer algum
90 comentário mais adiante. Mas a expressão racismo, sim, porque nós a utilizamos aqui
91 em uma perspectiva ampliada e não apenas relacionada a grupos étnicos específicos.
92 Esse tema surge como o próprio direito ambiental fora do Brasil. É no início dos anos
93 80, nos Estados Unidos, e com uma vinculação muito forte à questão da contaminação

94 por resíduos industriais. E vamos ver mais adiante que hoje o racismo ambiental se
95 relaciona não só com a contaminação por substâncias químicas perigosas,
96 carcinogênicas, mutagênicas, etc., mas igualmente com outros aspectos da esfera
97 ambiental. E aí me refiro à exclusão, à erosão da biodiversidade. Me refiro às
98 mudanças climáticas, à paisagem. Tudo isso, de novo, um alargamento da expressão
99 racismo ambiental. Eu começo, feita esta brevíssima introdução, explicando ou
100 tentando explicar que minha intervenção não será longa e aprofundada, tentando
101 explicar que o racismo ambiental pode ocorrer em várias perspectivas. Eu menciono
102 três. A primeira, e a ela eu já fiz referência, é a exposição desproporcional de certos
103 segmentos da nossa sociedade a riscos e danos ambientais. E, novamente, reais, não
104 apenas riscos associados à poluição. E aqui, no final, eu vou citar precedentes, talvez
105 um só, um único precedente do Superior Tribunal de Justiça, porque cuida exatamente
106 desta matéria. Eu creio que só terei tempo de citar o precedente de contaminação por
107 chumbo das baterias Ajax, em Bauru. Este, então, é o primeiro nível, o primeiro
108 segmento de racismo ambiental. O foco é na exposição a riscos decorrentes de
109 atividades econômicas. A segunda vertente é uma proteção jurídica desigual. E por
110 proteção jurídica desigual, eu não me refiro tanto aos direitos que são previstos na
111 Constituição e na lei, que se aplicam a todos, mas a implementação e a própria
112 eficácia desses direitos e da cobrança das obrigações previstas. Não custa lembrar
113 que tanto a Constituição como a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e várias
114 outras leis brasileiras, que estabelecem direitos ambientais, sempre usam a
115 expressão todos têm direito. É o caso do artigo 225, caput, da Constituição Federal.
116 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Em outras palavras,
117 a previsão é em si isonômica, mas será na implementação efetiva da previsão desses
118 direitos que ocorrerá ou poderá ocorrer o racismo ambiental. Esta é a segunda
119 vertente do racismo ambiental em uma perspectiva abstrata que não leva em
120 consideração os vários setores, como, por exemplo, o aspecto climático. A terceira
121 vertente é de fragilidade ou mesmo exclusão de certas categorias de sujeitos, grupos
122 vulneráveis e até invisíveis dos processos democráticos decisórios. E aqui as
123 reflexões são muitas. Pensem, por exemplo, em grandes empreendimentos que
124 simplesmente não consultam de maneira adequada as populações que podem ser
125 atingidas. Um estudo de impacto ambiental que, nas audiências públicas, viabiliza a
126 participação de maneira perfunctória ou simplesmente cosmética dos grupos
127 afetados. Quase como um exercício de formalidade para legitimar a decisão que já

128 está tomada por antecedência. Então, aqui, nós temos uma terceira vertente. Então,
129 para repetir, a primeira é influência ou incidência discriminatória dos riscos ambientais.
130 A segunda vertente, uma aplicação desigual da legislação ambiental, especialmente
131 dos direitos de cobrança das obrigações conforme se trata, tenhamos sujeitos
132 privilegiados ou então outros que sejam excluídos ou discriminados. E terceiro, uma
133 fragilidade, igualmente às vezes, por exclusão de certas categorias de sujeitos, dos
134 processos de participação pública, processos democráticos que estão no coração
135 mesmo do direito ambiental. O outro ponto que eu queria aqui mencionar é que nós
136 falamos em discriminação ambiental, mas temos que entender que a discriminação
137 ambiental é o problema, é a patologia. O remédio, e eu não gosto muito dessa
138 expressão porque ela é vaga no nosso país, faz sentido nos Estados Unidos, em
139 inglês, é a justiça ambiental, *environmental justice*. Mas por *environmental justice*, o
140 que nós queremos dizer mesmo por justiça ambiental é isonomia, é isonomia
141 ambiental. Esta expressão é a melhor forma de nós traduzirmos o *environmental*
142 *justice* para o português, porque justiça ambiental no nosso país se aplica, por
143 exemplo, para qualificar aqueles juízes que são especializados por varas na questão
144 ambiental. Nós dizemos, é a justiça ambiental. Ou então, no outro patamar, esse muito
145 abstrato, justiça ambiental como um valor que decorre do sistema normativo de
146 proteção do meio ambiente. Especificamente para dizer o que se está dizendo aqui, a
147 expressão mesmo é igualdade ambiental ou isonomia ambiental. Mas a expressão
148 equidade ou, se quiserem, injustiça ambiental está também, de certa maneira,
149 popularizada no resto do mundo, fora do universo da língua inglesa. Mas eu gostaria
150 que nós tenhamos clareza, e se temos uma expressão que é adequada no português
151 e que passa exatamente o sentido daquilo que nós queremos transmitir, eu prefiro
152 utilizá-la. Outro ponto que eu queria mencionar é a conexão do racismo ambiental e
153 da equidade, da isonomia ambiental com as mudanças climáticas. Até para fazer uma
154 distinção, as emissões de gases do efeito estufa, CO₂, etc, o simples fato de emitir
155 atinge a todos. Não há, em termos de emissão, quem esteja em uma situação menos
156 ou mais privilegiada. O que se pode discutir em termos de emissão são países que
157 emitem pouco e países que emitem muito. E, historicamente, emitiram muitíssimo. A
158 expressão e o conceito de igualdade, de racismo ambiental e de igualdade ambiental,
159 tem a ver, no campo climático, com as consequências. E como reagir a essas
160 consequências? Porque nós sabemos que essas consequências vão afetar, em
161 primeiro lugar, de maneira mais gravosa, populações pobres. E, no nosso país, a

162 população pobre não é 100%, mas a população pobre são os afrodescendentes, são
163 os povos indígenas e os que moram em situação de abandono absoluto do Estado.
164 Aumento do nível do mar. Quando as ressacas começam a levar a praia, as praias
165 protegidas são as praias dos balneários, com prejuízo de investimento às populações
166 que estejam em bairros da periferia, mesmo que esses bairros não estejam sendo
167 atingidos diretamente pelas consequências das mudanças climáticas. Mas é o
168 redirecionamento de investimentos sociais. Outras vezes, por exemplo, em situações
169 de populações que vivem em palafitas marinhas, aí são os pobres, os vulneráveis,
170 que serão mais diretamente afetados. E nós podemos fazer esse raciocínio em uma
171 série de contextos diferentes. Mas, ao final das contas, o resultado é o mesmo. Em
172 termos de consequência, o mesmo fenômeno do racismo ambiental, que foi
173 observado em primeiro lugar no campo da poluição industrial e depois da poluição
174 pela mineração, encontra repercussões iguais na esfera das mudanças climáticas. E,
175 evidentemente, as medidas de adaptação, não estamos falando mais de mitigação,
176 as medidas de adaptação tendem, no nosso país e em outros países com grande
177 desigualdade social, a serem direcionadas para aqueles que têm poder de voz, de
178 voto, poder econômico, poder de gritar. São os ricos, classe média alta, gente como
179 eu. E talvez como alguns de vocês. E daí que, no atendimento às consequências das
180 mudanças climáticas, haverá discriminação. E é uma discriminação que passa
181 normalmente sem chamar atenção. É a mesma discriminação que ocorre diariamente
182 nas cidades brasileiras com a pavimentação. Porque só os bairros ou alguns bairros
183 específicos das capitais brasileiras, das cidades brasileiras, contam com 100% de
184 pavimentação e com saneamento básico. Isto é política pública discriminatória. E o
185 que vai ocorrer e já está ocorrendo é este mesmo racismo ambiental se aplicando
186 para as consequências ou em razão das consequências da crise climática. E aí nós
187 saímos do racismo ambiental, quer dizer, do chapéu do guarda-chuva para o racismo
188 climático. E agora, para terminar, um precedente do Superior Tribunal de Justiça, dos
189 acumuladores Ajax, são as baterias Ajax, é um caso famoso de Bauru, no estado de
190 São Paulo, a fábrica de baterias Ajax causou a contaminação de centenas de crianças
191 por chumbo, além de contaminação do solo e dos recursos hídricos. Esta
192 contaminação por mercúrio chama-se, na linguagem técnica, de plumbemia. E
193 enfermidades múltiplas decorrem dessa contaminação, especialmente em crianças,
194 porque o organismo está ainda se desenvolvendo. Eu disse que vou citar esse
195 precedente, que é tipicamente de racismo ambiental clássico ou industrial, mas nós

196 poderíamos mencionar outros tantos, como contaminação de mercúrio, resultados
197 nefastos da mineração, do desmatamento, destruição das nascentes, contaminação
198 dos rios que cruzam as reservas indígenas, tudo isso tem vinculação direta com a
199 nossa temática. Esse caso chegou ao Superior Tribunal de Justiça, para aqueles que
200 tiverem interesse em ver o acórdão na sua integralidade, basta colocar recurso
201 especial número 1.310.471 no Google, ou qualquer outra ferramenta de busca, e vai
202 vir o PDF deste precedente. Todos os precedentes do STJ estão disponíveis na
203 internet. E, evidentemente, colocando este número, 1.310.471, vocês terão acesso ao
204 precedente como um todo. Eu vou concluir exatamente com um trecho desse
205 precedente, que, de certa maneira, põe a posição brasileira judicial em reals, porque
206 é um precedente que vem sendo utilizado com muita frequência pelos juízes e também
207 no âmbito administrativo, como uma referência nessa temática. O STJ afirmou o
208 seguinte, aspas: “*O episódio de plumbemia de Bauru recebeu ampla cobertura e
divulgação nos meios de comunicação local e nacional, tanto pelo tipo de
contaminante como por envolver crianças. Aqui no Brasil, como é a realidade comum
no mundo todo, em casos de graves incidentes de poluição por resíduos tóxicos ou
perigosos, em sua grande maioria as vítimas são pessoas humildes, incapazes, pela
baixa instrução de conhecer e antecipar riscos associados a metais pesados e
agentes carcinogênicos, mutagênicos, teratogênicos e ecotóxicos. Ademais,
prisioneiras da indigência social que as aflige não se encontram em condições de
evitar ou mitigar a exposição à contaminação letal mudando a localização de suas
precárias residências.*” Fecho aspas. É que um dos argumentos da Ajax é que as
218 pessoas podem mudar de casa. Bem, isso ocorre com nós. Não gostamos de um
219 determinado local, vendemos a casa, compramos outra casa. Alguns podem inclusive
220 mudar de país, mas não essas populações de baixa renda. E continuou o Superior
221 Tribunal de Justiça. Aspas: “Infelizmente, o Brasil mostra-se pródigo em distribuição
222 discriminatória de riscos ambientais. É o racismo ambiental. Continua. Como se não
223 bastasse a miséria material de bolsões urbanos e rurais da população. Fenômeno que
224 ainda nos atormenta e envergonha como nação. Após a Segunda Guerra Mundial e
225 na esteira do processo de industrialização que ganhou fôlego a partir de então,
226 agregamos e impingimos a essa multidão de excluídos sociais, entre parênteses,
227 injustiça social, a nódoa de pârias ambientais, entre parênteses, a injustiça ambiental.”
228 Ou seja, a pobreza, a miséria, a falta de atendimento básico, de direitos fundamentais,
229 tem a ver com a justiça social. A poluição, a destruição do meio ambiente, a falta de

230 sossego para dormir, a impossibilidade de resistir, de se adaptar às mudanças
231 climáticas, isso tem a ver com a injustiça ambiental. E finaliza o Superior Tribunal de
232 Justiça: "Substituímos ou sobrepujamos à segregação racial e social herança da
233 discriminação das senzalas, da pobreza da inchada e das favelas. Então agregamos
234 e sobrepujamos a essa segregação racial e social à segregação pela poluição, isto
235 é, decorrente da geografia, da contaminação industrial e mineral, do esgoto a céu
236 aberto e da paisagem desidratada dos seus atributos de beleza." Fechou aspas, este
237 é o precedente. Recurso especial 1.310.471 de São Paulo, o caso dos acumuladores
238 Ajax de Bauru. Mais uma vez eu agradeço o convite que me foi feito e desejo a todas
239 e todos um excelente evento.

240 **A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA)** - Senhor
241 ministro Herman Benjamin, muito obrigada pelas reflexões, pelas contribuições para
242 essa nova visão do CONAMA para a crise climática, para as soluções que a gente
243 pode trazer para a crise climática. Acredito que ao longo das mesas a gente também
244 vai ter outros pontos de conexão, outras vivências, outras representatividades sobre
245 o debate de conceito, de legislação, dos corpos-territórios que são mais
246 vulnerabilizados pelo racismo ambiental e que combatem também esse grande
247 problema.

248 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Muito obrigado, senhor
249 ministro. Bom dia. Bom, agora gostaríamos de convidar para um painel de abertura
250 os seguintes representantes do governo: O senhor Rodrigo Agostinho, presidente do
251 Ibama. A senhora Carolina Dias dos Reis, secretária executiva adjunta do Ministério
252 dos Direitos Humanos e da Cidadania. A senhora ministra dos povos indígenas, Sônia
253 Guajajara. O ministro substituto do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima,
254 João Paulo Capobianco. Meu xará.

255 **A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA)** - E, para
256 começar, nós gostaríamos de convidar para dar as boas-vindas à casa o senhor
257 Rodrigo Agostinho, presidente do Ibama.

258 **O SR. RODRIGO ANTÔNIO DE AGOSTINHO MENDONÇA - TITULAR (Presidente**
259 **do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -**
260 **IBAMA)** – Bom dia, bom dia a todos e todas. Dizer que é uma satisfação recebê-los

261 para este evento. A Câmara Técnica de Justiça Climática no CONAMA é algo novo,
262 embora a crise climática seja conhecida há quase 50 anos. A gente tem um grande
263 desafio pela frente, a gente tem um desafio de como implementar essas agendas, no
264 caso específico aqui do Ibama, a gente se depara com esses temas quase que
265 diariamente, quando a gente está combatendo o desmatamento, quando a gente está
266 combatendo o garimpo. No caso do garimpo, os garimpos da Amazônia estão
267 contaminando as águas dos rios com mercúrio e a proteína da Amazônia, apesar de
268 a Amazônia ser o lugar que mais tem gado bovino no mundo, a proteína que as
269 populações comem na Amazônia é basicamente pescado. Então, as pessoas estão
270 cada vez mais se alimentando com produtos intoxicados, produtos contaminados, no
271 meio da maior floresta tropical do mundo, um grande contrassenso. Então, a gente
272 tem um desafio enorme, um desafio de como inserir o tema da justiça climática, o
273 tema do racismo ambiental dentro do licenciamento ambiental, dentro dos outros
274 instrumentos, como fazer com que todos os setores façam as medidas de adaptação
275 necessárias, porque, como disse o próprio ministro Herman Benjamin, a gente precisa
276 garantir isonomia na forma como a população é atendida, na forma como a população
277 é tratada. E, talvez, uma das medidas tão importantes quanto a redução de gás de
278 efeito de estufa no momento estão diretamente relacionadas à adaptação, adaptação
279 das cidades, de tirar a população de áreas de risco, de reduzir a vulnerabilidade das
280 cidades à falta de água, de reduzir a vulnerabilidade do território brasileiro aos
281 incêndios florestais, de reduzir a vulnerabilidade da população às situações de falta
282 de saneamento, e por aí vai. Então, a gente tem um desafio muito grande. Nós temos
283 setores que começaram a fazer adaptação, como, por exemplo, a agricultura brasileira
284 está adaptando já culturas, por exemplo, de soja, de milho. Para enfrentar as
285 mudanças climáticas. Mas e as culturas da população, as culturas de subsistência? E
286 as culturas relacionadas à agricultura familiar? Alguém vai fazer investimentos para
287 adaptar, por exemplo, a mandioca para o mundo mais quente, para o mundo mais
288 seco? Então, de fato, a gente tem um grande desafio pela frente. Vou falar um pouco.
289 O ministro Benjamin falou do caso específico de Bauru. Foi a minha primeira ação
290 judicial que eu entrei na vida. E a gente estava diante de um dilema, que é um dilema
291 que a gente encontra no tempo todo, que era uma empresa poluindo, com chumbo,
292 contaminando, mas que tinha 1.500 empregos. E, na cidade, esse dilema era presente
293 o tempo todo. Como lidar com isso? As famílias que dependiam do sustento por
294 trabalharem nas maiores empresas de bateria automotiva do país, e, do outro lado,

295 as famílias que viviam no entorno da empresa, respirando o ar todo contaminado. Hoje
296 a empresa está fechada, as pessoas perderam seus empregos, a empresa foi
297 fechada. As crianças, uma parte das crianças foram tratadas, nenhum adulto foi
298 tratado, ninguém recebeu nenhuma indenização. É um caso que, enfim, aconteceu
299 nos anos 1990, mas que acaba se repetindo, porque a gente também não tem uma
300 rede adequada de monitoramento da qualidade do ar, por exemplo. Quando muito, a
301 gente não mede, por exemplo, o chumbo. A gente mede material particulado, a gente
302 mede outras. Então, a gente vive em um mundo cheio de contaminações invisíveis
303 que, de fato, muitas vezes a gente não está olhando. Mas eu desejo um grande
304 sucesso para esse evento, eu acho que é um marco importante para o CONAMA.
305 Obviamente que, ao mesmo tempo que a gente tem um conselho com 45 anos de
306 idade, a gente tem um desafio enorme do ponto de vista de entender, do ponto de
307 vista de maturidade institucional, o que a gente espera desse tema dentro do
308 CONAMA. Eu acho que essa é uma tarefa que a gente precisa de um certo
309 pragmatismo. Que resoluções que a gente gostaria de ver, por exemplo, dentro do
310 Conselho Nacional do Meio Ambiente, regulamentando assuntos relacionados à
311 justiça climática? E essa é uma tarefa muito especial, muito relevante para a Câmara
312 Técnica. Eu acho que a gente tem esse grande desafio pela frente. Tem setores que
313 ainda não entenderam a importância de tratar esses temas dentro do aspecto
314 regulatório, porque o CONAMA faz regulação, e, a partir do momento que a gente leva
315 para o Conselho e faz uma regulação, essa regulação vale para o governo federal,
316 vale para os estados. Aqui tem alguns estados representados aqui pela ABEMA. Vale
317 para os municípios, não é, Marçal? Está aqui, a ANAMMA, representada. Como tratar
318 esses assuntos? No âmbito do município é o âmbito que a situação fica mais
319 escancarada, porque as pessoas moram nas cidades. Mas, sem sombra de dúvida,
320 esse é um tema que precisa e merece ser tratado por todos nós. No mais, vou deixar
321 aqui também o meu registro da felicidade de estar dividindo a mesa com a ministra
322 Sonia Guajajara, uma pessoa que eu tenho um profundo respeito e admiração, pelo
323 ministro substituto, João Paulo Capobianco, e pela Carolina, que tem feito um trabalho
324 também muito importante com esse tema. Muito obrigado, gente, e um excelente
325 evento para todos.

326 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Em seguida, gostaríamos
327 de convidar a senhora Carolina Dias dos Reis, secretária-executiva adjunta do

328 Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

329 **A SR^a. CAROLINA DOS REIS (Secretária-Executiva Adjunta - MDHC)** - Bom dia a
330 todas as pessoas presentes. Faço as minhas saudações iniciais a todo mundo que
331 está aqui presente e acompanhando esse seminário. Cumprimento todas as
332 autoridades que compõem a mesa aqui comigo, ministra Sonia, ministro João Paulo
333 e também o presidente do Ibama, Rodrigo. Agradeço na pessoa da ministra Macaé o
334 convite para estar aqui presente hoje, que infelizmente não pôde estar presente por
335 outros compromissos já assumidos anteriormente. É uma honra estar aqui para
336 dialogar com vocês sobre como construir coletivamente um futuro sustentável e justo.
337 Acho que isso é um grande desafio para todo mundo do governo, para toda a
338 sociedade, e não deixa de ser diferente lá no Ministério dos Direitos Humanos e da
339 Cidadania. O Brasil é um país de extraordinária pluralidade natural, cultural, social e
340 histórica, em um mundo marcado pelos impactos cada vez mais intensos da
341 emergência climática. Temos uma posição singular para contribuir com a agência
342 global de proteção do meio ambiente. Dentro do território brasileiro convivem diversas
343 cosmologias indígenas, quilombolas e também de populações tradicionais, que
344 oferecem para a gente perspectivas alternativas à visão da natureza como um meio a
345 ser explorado. Essas experiências valorizam relações de complementariedade entre
346 o ser humano e a natureza, e nos lembram que a proteção ambiental é inseparável
347 da proteção da vida. A realidade dos defensores e defensoras de direitos humanos
348 evidencia que, sem incorporar tais perspectivas à realidade social, à lógica de
349 exploração e do lucro, seguem colocando em risco tanto a natureza quanto os modos
350 de vida que a preservam. Dados do ObservaDH, que é a nossa plataforma de
351 indicadores e evidências de direitos humanos do Ministério, mostram que, entre 2020
352 e 2024, foram registradas mais de 2.300 denúncias de violações relacionadas a
353 conflitos agrários, crimes ambientais e atuação de comunicadores, cerca de mais de
354 uma denúncia por dia. Nos conflitos agrários, as violações de direitos humanos
355 ocorrem majoritariamente contra povos indígenas, comunidades quilombolas e outras
356 comunidades tradicionais. Entre as vítimas, mais de metade são mulheres e pessoas
357 negras. A defesa do meio ambiente é, portanto, indissociável da defesa dos direitos
358 humanos e da luta por justiça racial, por igualdade de gênero e por democracia.
359 Quando falamos em justiça climática, falamos de condições de existência dignas no
360 campo, nas florestas, nas águas e nas cidades também. Defender o meio ambiente é

361 promover direitos que se concretizam tanto na Amazônia como nas periferias urbanas,
362 reconhecendo as complexidades e o enraizamento do racismo ambiental nos
363 diferentes espaços. Nosso papel, enquanto governo federal, é garantir a escuta, o
364 diálogo, incorporando com responsabilidade as demandas sociais nas políticas
365 públicas. Da preservação ambiental e de promoção dos direitos humanos também. A
366 abordagem deve reconhecer distintas vulnerabilidades e garantir respostas que
367 alcancem a população brasileira em seus respectivos territórios. Nessa perspectiva,
368 estamos trabalhando na construção do Plano Nacional de Proteção a Defensores e
369 Defensoras de Direitos Humanos, que é uma estratégia central para dar
370 institucionalidade a essa abordagem. Sobre a coordenação do Ministério de Direitos
371 Humanos e da Cidadania, mas com a participação de outros vários ministérios
372 importantes, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, das Mulheres, dos Povos
373 Indígenas, da Igualdade Racial, da Justiça e Segurança Pública e também do Meio
374 Ambiente e Mudança Climática. O plano tem o objetivo de garantir medidas de
375 proteção efetivas e mecanismos que enfrentem a impunidade, consolidando os
376 direitos historicamente demandados pela sociedade. A nível internacional, também
377 gostaríamos de ressaltar o Acordo de Escazú, que é o Acordo Regional sobre Acesso
378 à Informação e Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na
379 América Latina e no Caribe. Ele representa um caminho concreto para assegurar a
380 proteção de defensores e defensoras em direitos humanos ambientais. Importa dizer
381 também que foi a partir de 2023 que o trâmite de ratificação do Acordo de Escazú foi
382 retomado, tendo sido encaminhado pelo presidente Lula ao Congresso Nacional. É
383 fundamental que as instituições de sociedade civil mantenham mobilização política
384 pela ratificação desse acordo e pela efetiva implementação desse tratado, garantindo
385 que direitos humanos e proteção ambiental avancem lado a lado. O Brasil também
386 terá a responsabilidade e a oportunidade, agora, esse ano, em novembro, de sediar a
387 COP 30, em Belém. A conferência será um momento estratégico para conectar
388 diferentes agendas climáticas de biodiversidade e de direitos humanos, além de
389 ampliar a participação social da sociedade civil nas decisões, visando uma construção
390 de soluções globais para a crise climática. Nesse espaço, reafirmaremos ao mundo o
391 nosso compromisso com a justiça social, com a equidade e com a participação
392 democrática no enfrentamento à crise climática. É urgente que medidas sejam
393 adotadas internacionalmente e nacionalmente para proteger os direitos da população
394 em maior risco aos impactos das mudanças climáticas e daquelas que estão,

395 geralmente, na linha de frente dos esforços para contê-las. Por isso, o Brasil tem a
396 chance de demonstrar que aqui é possível construir soluções alternativas, orientadas
397 por uma relação palpável entre natureza e humanidade, capazes de promover o
398 desenvolvimento sustentável de maneira justa e integrada. Para encerrar, saúdo a
399 realização desse seminário, que é bastante importante para fomentar todo esse
400 desenvolvimento na nossa sociedade e o tema dentro das organizações, governos e
401 sociedade civil. É fundamental transformar a discussão em ação e implementar
402 políticas públicas de promoção da igualdade social, racial e também de garantia da
403 participação efetiva da sociedade. Ao reunirmos diferentes perspectivas e
404 experiências, estamos construindo, no presente, as bases para um futuro sustentável
405 que preserve a vida humana e a natureza de forma articulada e duradoura. Obrigada
406 pela oportunidade e muito obrigada a todos pela escuta.

407 **A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA)** - Obrigada,
408 senhora Caroline Dias. E agora, convidamos a excelentíssima ministra dos Povos
409 Indígenas, Sônia Guajajara.

410 **A SR^a. SÔNIA GUAJAJARA (Ministra do Povos Indígenas)** – Olá, bom dia.
411 Primeiro, quero agradecer pelo convite, já saudando aqui meus colegas da mesa, Ana
412 Caroline, que acabou de falar, Capobianco, Rodrigo Agostinho, e dizer que eu fiquei
413 bem feliz com o convite, agradecer aqui também ao J. P., que foi quem me procurou
414 diretamente, e fiquei feliz porque eu acho que aqui é um espaço fundamental,
415 importante para se debater esse tema de justiça climática e racismo ambiental. Então,
416 eu nem titubeei, porque imaginei, não, aqui vamos debater conceitos, vamos debater
417 diretrizes, fazer esse alinhamento técnico-político para esse avanço na resolução,
418 aqui no nome do CONAMA, conforme está proposto no objetivo desse encontro. Bom,
419 então, saudar aqui a todos e todas, conselheiros e conselheiras, e todas as
420 autoridades presentes. Agradecer também ao ministro Herman pela palestra inicial, a
421 conferência. Bom, e aí, gente, dizer que a crise climática é um dos maiores desafios
422 do século XXI, e seus impactos não afetam todas as populações da mesma forma. No
423 Brasil e no mundo, são marcados por profundas desigualdades sociais, econômicas
424 e sociais. Então, a luta por justiça climática e o combate ao racismo ambiental, são
425 essenciais para garantir as políticas públicas verdadeiramente eficazes e inclusivas,
426 nos campos tanto do meio ambiente, mas também e sobretudo no campo dos direitos

427 humanos. E esses temas, tanto justiça climática, quanto racismo ambiental, ainda não
428 são tão debatidos, ainda não são tão aprofundados e muito menos compreendidos.
429 Já se escuta falar da mudança climática, já nessa tramitação para a crise climática,
430 para a emergência climática, mas sempre vinculada ao meio ambiente. Pouco se
431 debate o que as pessoas sofrem diante desses fenômenos extremos que já estão
432 acontecendo em muitas partes do mundo. Então, faz-se necessário, de fato,
433 aprofundar esse debate do racismo ambiental, como que hoje diversas populações
434 estão sofrendo já com os efeitos da mudança do clima. E é com muita
435 responsabilidade e compromisso que trago neste espaço essa necessidade urgente
436 de pautarmos a justiça climática e o racismo e o combate ao racismo ambiental dentro
437 das diretrizes e também das deliberações deste Conselho. A crise climática que
438 enfrentamos hoje não é apenas ambiental. Ela é, sobretudo, social, econômica e
439 profundamente desigual. E no Brasil essa desigualdade tem cor, tem território e tem
440 rosto. São os povos indígenas, as comunidades quilombolas, os ribeirinhos, as
441 ribeirinhas, os povos de terreiro, as populações das periferias urbanas, que têm vivido
442 na pele os impactos mais severos das mudanças climáticas. E, assim como o ministro
443 Herman também falou, muitos podem até ser impactados, mas têm opções e podem
444 se mudar para onde quiserem. Outros não, eles precisam permanecer ali, convivendo
445 com todas essas situações, com todos esses impactos. E esses impactos chegam
446 das mais diversas formas, como enchentes, secas prolongadas, deslizamentos e
447 contaminação dos recursos naturais. Como nós já estamos vendo também, tanto com
448 a mudança do clima, a partir da exploração, da extração ilegal dos recursos naturais,
449 a própria contaminação do rio, que contamina as pessoas por meio do próprio
450 alimento, como é o caso do mercúrio, e a gente já tem população no Brasil totalmente
451 afetada pelo peixe que vem dos rios e são vendidos nas grandes capitais. Então, muita
452 gente imagina que só é contaminado quem está convivendo lá diretamente, mas o
453 peixe que é levado também para as outras cidades estão já comprovadamente
454 contaminando muitas pessoas que estão no contexto urbano, inclusive das capitais.
455 Então, a justiça climática não pode ser apenas um conceito, é uma diretriz ética, tem
456 que ser uma diretriz ética. É conhecer que aqueles que menos contribuíram para a
457 destruição ambiental são os que mais sofrem suas consequências. E mais que isso,
458 é garantir que as políticas públicas do meio ambiente sejam construídas a partir das
459 vozes, das realidades e dos direitos dessas populações. O termo racismo ambiental
460 surgiu nos Estados Unidos na década de 1980 e tem uma aplicação direta,

infelizmente, na realidade brasileira. Ele se refere à forma como populações racializadas, especialmente negras e indígenas, são mais expostas aos riscos ambientais devido a essa marginalização social e geográfica. E ainda há uma visão geral, assim, do senso comum, que o racismo se atribui apenas a pessoas negras ou à questão racial. E muita gente não atribui o racismo também a povos indígenas. E, para nós, isso se torna ainda sempre uma necessidade de falar sempre para mostrar que povos indígenas também sofrem racismo, igualmente a população negra, nas mais diversas formas e lugares. Então, no Brasil isso se manifesta em situações como, no caso do racismo ambiental. A localização de lixões, indústrias e poluentes e aterros sanitários próximos a comunidades negras e pobres. Na remoção forçada de comunidades tradicionais, em nome do progresso e da especulação imobiliária. A ausência de políticas públicas eficazes nas periferias urbanas, frequentemente ocupadas por populações negras e vulneráveis. E também a falta de saneamento básico nos territórios indígenas. E agora, com todo esse agravamento dos fenômenos, enchentes, secas e contaminações, não só a falta de saneamento, mas também a falta de água potável. Um estudo do Ministério da Saúde, em parceria com a Fiocruz, já comprova que no Brasil apenas 20% dos territórios indígenas têm acesso a água potável e saneamento básico. E aí com isso, para não dizer também que é tudo problema, a gente construiu agora, acabamos de construir um programa, o Ministério dos Povos Indígenas, junto com a SESAI, Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, um programa que vai garantir esse acesso de água potável e saneamento básico em todos os territórios indígenas. Até porque o Plano Água para Todos, do nosso governo federal, deixou de fora os territórios indígenas. Então, estamos construindo esse programa para que a gente agora possa também ver uma forma de colocar esse programa dentro do PAC e a gente fazer chegar essas ações nos territórios indígenas. O racismo ambiental está presente quando aterros sanitários e indústrias poluentes são instaladas nesses espaços, mas está também na ausência histórica de saneamento básico, de coleta de lixo, de política de prevenção aos desastres em territórios vulnerabilizados. E está muitas vezes na exclusão dessas populações dos espaços decisórios. Então, é muito importante pensar também que espaços como este do Conselho, do CONAMA, pense também como contemplar essa diversidade de povos, de territórios e dessas populações que estão atingidas já diretamente por toda essa realidade. Por isso, é fundamental que é aqui que o CONAMA incorpore de forma transversal o combate ao racismo ambiental e a

495 promoção da justiça climática em suas resoluções, nos seus grupos de trabalho e em
496 toda a sua estrutura de funcionamento. Não podemos mais tratar a política ambiental
497 como uma política neutra. Precisamos reconhecer as desigualdades estruturais de
498 nosso país e garantir que os direitos humanos e os direitos da natureza caminhem
499 juntos. E aí, às vezes, a gente ainda é obrigado a escutar de pessoas super
500 entendidas que a pauta ambiental é uma pauta minoritária. Então, imagina se falando
501 de racismo, não é? Eu vou só pedir licença a estender um pouquinho para poder
502 terminar rapidinho esse debate, está? Então, a justiça climática exige essa
503 recuperação histórica, exige escuta ativa, exige que a ciência caminhe ao lado dos
504 saberes tradicionais. E exige, acima de tudo, que nós, povos indígenas e
505 comunidades tradicionais, não sejamos apenas protegidos, mas protagonistas na
506 formulação e implementação das políticas ambientais. Porque aí muita gente ainda
507 fala, não é? Vamos proteger, vamos proteger, vamos proteger. Mas não basta
508 proteger, é preciso reconhecer também as capacidades e trazer essas pessoas para
509 o debate como protagonistas, não é? Para contribuir também na construção da
510 solução. Nós, povos indígenas, cuidamos da biodiversidade deste país, com
511 comunidades tradicionais, ribeirinhas, extrativistas, muito antes da existência de
512 qualquer legislação ambiental. E continuaremos fazendo isso. Mas agora, com o
513 compromisso do Estado em construir essa nova governança ambiental, mais justa,
514 mais diversa e, acima de tudo, mais democrática, é a hora da gente conseguir, sim,
515 efetivar essa participação e esse protagonismo, está? Muito obrigada.

516 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Muito obrigado, ministra
517 Sônia Guajajara. E aproveitar que, vamos chamar a última fala aqui do meu xará, no
518 lugar não só de ministro do Instituto do Meio Ambiente e Mudança do Clima, mas
519 também como secretário-executivo do CONAMA, agradecer muito o apoio da equipe
520 do DSISNAMA, em nome da diretora Marcela Moraes, especialmente a Júlia e a
521 Joana, que fizeram um papel formidável aqui para a organização, até os últimos
522 minutos, literalmente, aqui, podendo fazer esse evento acontecer. Então, muito
523 obrigado também pelo respeito e honra de vocês em escutarem a demanda aqui da
524 sociedade civil em fazer esse seminário. Então, com a palavra, João Paulo
525 Capobianco.

526 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**

527 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA**) – Bom dia a todos e todas. É um enorme
528 prazer estar aqui nesse ambiente novamente. Estivemos ontem aqui quase o dia todo,
529 discutindo resoluções, moções, recomendações, um debate muito rico que nós
530 tivemos aqui ontem. E é muito bom estar aqui com a ministra Sônia Guajajara, que
531 tem tido um papel absolutamente vital, digamos assim, em colocar esses temas dos
532 direitos indígenas e também esse tema do racismo ambiental, da justiça climática, é
533 uma... Vem tratando muito esse tema em parceria com a Ministra Marina Silva. Então,
534 é um prazer muito grande estar aqui com você, Soninha. Carine Dias, secretária-
535 executiva adjunta do Ministério dos Direitos Humanos, que fez uma fala muito
536 profunda e bem estruturada sobre o tema. Muito bom. Meu colega, amigo, biólogo,
537 ambientalista e [ininteligível]. Vocês viram que eu pus uma ordem, não é? Rodrigo
538 Agostinho, que tem feito um trabalho fantástico aqui. Todos reconhecem o seu
539 desempenho frente ao Ibama e na gestão ambiental do país. E também o ministro
540 Herman Benjamin, que já se retirou, mas eu faço questão de felicitá-lo pela aula
541 magna, que nos poupou, inclusive, de ter que aprofundar esse tema. Acho que ele
542 deu contorno disso do ponto de vista técnico, do ponto de vista da base jurídica. Ele
543 mostrou como essa questão, que é muito recente, na verdade, isso passou a ser
544 discutido no Brasil nos anos 2000, então é muito recente esse conceito, mas que vem
545 ganhando tração, digamos assim, muito rapidamente. Tanto que, e aí eu queria entrar
546 no tema que eu queria aprofundar, já que as questões justificativas disso já foram
547 muito bem apresentadas pelo ministro Herman, pela Caroline e pela Soninha. Eu
548 queria tratar de um ponto que tem me chamado a atenção, que é uma posição de
549 alguns conselheiros do CONAMA e também de fora do CONAMA, que questionam
550 por que o CONAMA vai tratar de justiça climática e ação ambiental, usando o
551 argumento de que isso não está no decreto do Ministério, não está escrito justiça
552 climática, não está escrito ação ambiental, que seria um termo estranho ao CONAMA.
553 O CONAMA deve cuidar de normas de licenciamento, padrões ambientais. E eu
554 queria justamente trazer aqui a todos, mostrar como exatamente é o CONAMA que
555 tem que tratar disso, porque essa é uma questão fundamental, é um pilar básico da
556 atuação do CONAMA e eu queria justificar isso da seguinte maneira. Primeiro, o
557 presidente da República, logo no início de governo, aliás, no segundo mês de governo,
558 um de seus atos foi o decreto 11.417, no dia 16 de fevereiro de 2023. Esse decreto,
559 Soninha, recolocou o CONAMA na sua composição pré idade das trevas, porque nós
560 tivemos na área ambiental uma chamada Era das Trevas, todos sabem quais são, não

561 preciso me referir a ela. Onde o CONAMA foi totalmente modificado, foi reduzido a
562 participação, se tornou um órgão carimbador de interesses setoriais e o presidente,
563 em 2023, logo no início, recompôs o CONAMA. E ao recompor o CONAMA, ele criou
564 uma nova Câmara Técnica, a Câmara Técnica de Justiça Climática. Então, ele não só
565 recompôs, mas ele trouxe para o CONAMA uma questão absolutamente fundamental,
566 nova, como eu disse, recente, mas que tem uma importância estruturante para o
567 governo federal. E por que ele fez isso? Primeiro, por questões de fundamentação
568 jurídica institucional. Quais são essas fundamentações? A competência do CONAMA,
569 estabelecida na Lei nº 6.938, de 81, diz que o CONAMA é responsável por estabelecer
570 normas, critérios e padrões relacionados à qualidade ambiental e ao uso dos recursos
571 naturais. Porém, o que acontece? Ele também trata das questões transversais que
572 impactam a população. Na realidade, todo o processo do CONAMA, ao estabelecer
573 normas, critérios, padrões, encaminhar métodos de licenciamento, prever como você
574 regula a ação, o licenciamento ambiental e também o controle ambiental, ele está
575 fazendo o quê? Está cuidando de qualidade de vida e tratando de temas que impactam
576 a sociedade, a população. E é justamente aí que entra essa questão, porque as
577 populações são impactadas de forma diferente. Nem todos os brasileiros são
578 impactados de forma igual, como disse aqui a Soninha. Há uma diferença de como as
579 pessoas são tratadas. Portanto, ao disciplinar isso por obrigação de ofício, pelo que
580 estabelece a 6.938, é obrigatório que o CONAMA observe essas diferenças, porque
581 ele tem que combinar a sua ação com o artigo 5º da Constituição, que prevê a
582 igualdade e a não-discriminação, ou seja, é uma obrigação legal. Ao tratar da sua
583 competência na lei que o criou e na Constituição Federal, tanto no 225, que obriga a
584 nossa ação no sentido de ter um meio ambiente ecologicamente equilibrado, a
585 Constituição também obriga que nós tratemos isso de forma a combater a
586 desigualdade e a discriminação nessa regulação. Então não há a menor dúvida que o
587 CONAMA precisa incorporar esses temas que a Soninha aqui tratou agora de forma
588 absolutamente clara, a diferença do tratamento das populações em um país tão
589 desigual como o nosso. Além disso, também o CONAMA tem que garantir que aqueles
590 que não têm acesso à participação nas decisões políticas ou de processos de
591 licenciamento, particularmente, tenham garantido nos processos do licenciamento
592 procedimentos suficientes para que as vozes dessas populações marginalizadas
593 muitas vezes sejam ativamente consideradas e sejam incorporadas no processo do
594 licenciamento, porque só aí o Ibama ou os órgãos estaduais ou os municipais no seu

595 processo de licenciamento vão garantir que esses efeitos desproporcionais sejam
596 considerados e mitigados. Esse é o papel do licenciamento, é garantir que aqueles
597 empreendimentos que têm viabilidade ambiental, primeiro passo, se não têm
598 viabilidade ambiental não pode ir para ninguém, mas aqueles que têm viabilidade
599 ambiental, eles têm que ter viabilidade ambiental para todos e eles precisam ser
600 tratados nas suas medidas mitigadoras de forma igual e proporcional para todos
601 aqueles que serão impactados direta ou indiretamente. Então, eu não entendo como,
602 sinceramente, pessoas do nosso Conselho questionam. Não, esse não é assunto do
603 CONAMA. Como não é assunto do CONAMA? É assunto estrutural do CONAMA.
604 Além disso, tem a ver com o nosso alinhamento, nossos compromissos internacionais.
605 Agenda 2030, o Brasil é signatário. Nós temos a ODS 13, ação climática, ODS 10,
606 redução de desigualdades, ODS 16, instituições eficazes, inclusivas e transparentes.
607 Quando é uma instituição pública, ela tem que ser eficaz, inclusiva, transparente, tem
608 que garantir a redução de desigualdades e tem que atuar frente ao desafio climático.
609 Portanto, ao incorporar as questões internacionais, que também estão no Acordo de
610 Paris, equidade dos direitos humanos, justiça intergeracional ou Convenção das
611 Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, Convenção das Nações Unidas contra o
612 combate ao racismo, nós somos obrigados, porque essas convenções se tornam lei
613 no país ao serem ratificadas e elas preveem a obrigatoriedade de atuar nesse campo.
614 Então eu queria trazer para vocês essa questão, essa mensagem. Eu acho que essa,
615 acho não, palavra errada, eu tenho certeza que a criação da Câmara Técnica de
616 Justiça Climática foi um passo importantíssimo para nós, Brasil, e particularmente
617 para o CONAMA, que tem essa responsabilidade. Eu felicito a Câmara Técnica por
618 promover esse debate e já trazer de cara o Ministério da Igualdade Racial e dos Povos
619 Indígenas para falar para os conselheiros, para mostrar que nós temos uma questão
620 comum que temos que tratar de forma integrada para que a gente possa avançar em
621 uma política justa de inclusão social, igualdade, sem discriminação e promoção da
622 melhoria da qualidade de vida real de toda a população brasileira e não apenas
623 daquela que, por questões de origem, de cor, de recursos, sempre são ouvidas,
624 sempre participam, sempre se beneficiam. Para essas, já há recursos suficientes, o
625 nosso papel aqui é atuar justamente naqueles que não têm esse acesso e o CONAMA
626 está dando um passo importantíssimo, parabéns à Câmara Técnica, vamos avançar,
627 vamos avançar nessa resolução, vamos aprimorá-la sempre que necessário, mas é
628 fundamental que o Ibama marque posição e faça uma resolução sobre isso o mais

629 rápido possível. Muito obrigado.

630 **A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA)** - Muitíssimo
631 obrigada às autoridades da mesa pelas falas riquíssimas que guiam a nossa série de
632 debates que começam agora. Então, muitíssimo obrigada, eu encerro essa mesa de
633 abertura e a gente segue para a mesa de debates Justiça Climática e Racismo
634 Ambiental, os conceitos. Convidamos agora para compor essa mesa a senhora Lídia
635 Lins, representante da Rede por Adaptação Antirracista e Pesquisadora. A senhora
636 Angela Gomes, engenheira florestal especialista em eco africanidades da
637 Universidade Federal de Minas Gerais.

638 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – A senhora Maira Silva, do
639 Instituto de Referência Negra Peregum.

640 **A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA)** - E a mediadora,
641 a senhora Letícia Leobet de Geledés, Instituto da Mulher Negra.

642 **A SR^a. LETÍCIA LEOBET – GELEDÉS (Instituto da Mulher Negra)** – Bom dia a
643 todas as pessoas que nos acompanham aqui presencialmente, mas também que nos
644 acompanham virtualmente. Eu sou Letícia Leobet, estou aqui representando o
645 Geledés, Instituto da Mulher Negra, e é uma grande honra estar aqui representando
646 o Geledés. Nós estamos muito felizes com a possibilidade desse evento, desse
647 seminário. A gente entende como um momento político extremamente importante para
648 o Brasil, a partir dessa resolução, a partir dessa disputa que vem sendo feita pelas
649 organizações da sociedade civil, que integram ou não o CONAMA, então acho que é
650 sempre importante a gente dar essa visibilidade, fazer esse reconhecimento para esse
651 trabalho da sociedade civil em relação à garantia de direitos. Então, o que nos traz
652 aqui a esse seminário, que foi cuidadosamente organizado e planejado pelas
653 organizações da sociedade civil, e agradeço todas também, no nome do J. P. e da
654 Capitu, do ALANA, que estão hoje mediando aqui esse evento, e agradeço também
655 todas as outras organizações que estiveram e estão envolvidas, tanto no processo da
656 elaboração da resolução, quanto no seminário, obrigada. E também aproveito para
657 agradecer as minhas colegas de Geledés, Mariana Belmonte e Tainá Gutierrez, que
658 infelizmente não estão aqui hoje, porque estão participando da Semana de África,
659 então também, em alguma medida, fazendo a luta pela justiça climática. Acho que,

660 como o J. P. e a Capitu muito bem colocaram, a nossa intenção aqui é pavimentar
661 cada vez mais esse debate, para que nós possamos estar alinhados e alinhadas para
662 a garantia da implementação dessa normativa, que tem um potencial gigantesco de
663 impactar a vida das pessoas no Brasil frente à crise climática, acho que é um pouco
664 sobre isso que a gente está falando aqui, sobre a vida das pessoas, e especialmente
665 as populações historicamente marginalizadas. Então, a proposta dessa primeira mesa
666 é um pouco trazer a discussão desses conceitos que muitas vezes não estão muito
667 evidentes ou não totalmente absorvidos, então é também o nosso papel trazer esse
668 debate, democratizar esse debate, democratizar essa informação, e a gente vai falar
669 sobre os conceitos de justiça climática e de racismo ambiental, então, como uma
670 forma de aquecer essa discussão, porque a gente vai ter o prazer de ouvir essas
671 especialistas, eu fiz questão de trazer o parágrafo único da resolução que nos diz que
672 justiça climática é: *“A busca de uma divisão justa dos investimentos e das*
673 responsabilidades no combate à emergência climática, pautada pela garantia e
674 proteção dos direitos humanos, direitos coletivos e difusos, e considerando as
675 responsabilidades históricas pelas mudanças climáticas, e que racismo ambiental é a
676 discriminação institucionalizada envolvendo políticas, impactos ou diretrizes
677 ambientais que afetam ou prejudicam, por ação ou omissão, indivíduos, grupos ou
678 comunidades de forma diferenciada com base em raça, cor, pessoas de ascendência
679 africana e asiática, povos indígenas, ciganos, refugiados, migrantes, apátridas e
680 outros grupos raciais e etnicamente marginalizados.” Então, bem, a partir dessas
681 definições, eu gostaria de convidar as nossas exímas painelistas para que elas
682 possam contextualizar esses conceitos a partir das suas trajetórias de atuação, e para
683 que a gente possa aprofundar o debate com o objetivo de qualificar as nossas políticas
684 climáticas, de modo que elas possam ser resilientes o suficiente para enfrentar os
685 desafios da mudança do clima, ao mesmo tempo, e ao mesmo tempo, desfazer as
686 estruturas que mantêm e aprofundam as desigualdades no nosso país. Então, sem
687 mais delongas, eu gostaria de chamar a maravilhosa Angela Gomes, engenheira
688 florestal, doutora em etnobotânica negro-africana pela UFMG, mestre em controle de
689 contaminação ambiental pela Universidade Politécnica de Madrid, na Espanha,
690 professora universitária, foi subsecretária de proteção e defesa civil, é militante e
691 ativista do Movimento Negro Unificado, foi consultora da ONU na Guatemala,
692 trabalhando com mulheres refugiadas indígenas, foi representante das mulheres
693 socialistas na comunidade europeia, membro do coletivo feminista Emakume,

694 internacionalista da Espanha, e leciona nos cursos de engenharia ambiental. A Angela
695 tem quatro livros publicados e um artigo muito importante no livro Racismo Ambiental,
696 e é uma ecofeminista negra que denunciou o trabalho escravo em monocultura e
697 eucalipto em Minas Gerais, nos anos 90, e hoje dedica à luta contra o racismo
698 ambiental e em defesa do uso tradicional da biodiversidade e do legado eco africano
699 e feminino, presente nos terreiros de Candomblé, nos quintais quilombolas e urbanos
700 de vilas e favelas. Angela, fica à vontade, a palavra é sua.

701 **A SR^a. ANGELA GOMES (Engenharia florestal Especialista em Eco
702 Africanidades - UFMG) –** Bom dia, há uma tradição do povo Nagô, que eles pedem
703 a bênção aos mais velhos e aos mais novos, e Motumbá. Bom, já fui apresentada, só
704 faltou na minha apresentação que eu sou uma mulher do Cerrado, nasci em uma
705 savana, que é o Cerrado do Norte de Minas, e cabe dizer que a gente precisa da
706 alfabetização racial porque há muitas pessoas que ainda pensam e desconhecem que
707 o Cerrado tem 600 comunidades indígenas, brasileiro ainda pensa que os indígenas
708 só têm na floresta. É só para dizer de onde eu saí e de onde nós estamos hoje. Não
709 é recente a nossa discussão que associa a questão climática aos povos tradicionais,
710 às alterações de ritos, tradições, chegando até impactos ambientais. De onde eu
711 nasci, na savana, com uma biodiversidade extremamente elevada, que é do Cerrado,
712 Cerrado, Cerradinho, é uma das coisas que depois de 30 anos a gente teve que ver,
713 é que todo esse Cerrado foi destruído e hoje ele é ocupado por uma fitofisionomia de
714 monocultura de eucalipto. Cursos d'água significativos que banhavam toda essa
715 região da bacia do rio São Francisco, hoje eles são caminhos, são estradas. Povos
716 também indígenas, a gente não os vê, migraram para a cidade maior. Então, a gente
717 vai falar de uns temas aqui importantes, a gente vê os cenários para depois construir
718 os conceitos. Eu vou pedir para ele passar, tem alguém que possa me ajudar aí a
719 passar? Pode? Quando a gente chega em um ponto em que as instituições
720 internacionais reconhecem, desde a defesa civil a gente fala de emergência climática,
721 são estados, e é um estado de declaração das autoridades governamentais como lidar
722 com os desastres. Do estado de emergência a gente passa, enquanto fui secretária
723 da defesa civil, para o estado de calamidade pública, quando a gente reconhece que
724 todos os insumos, operações que a gente tinha capacidade de responder se
725 esgotaram. No estado de emergência, quando o governo, os governos internacionais
726 reconhecem que estamos no estado de emergência, é quando a gente está diante de

727 um estado do qual a adoção das medidas de mitigação climática aos desastres, elas
728 estão saturando. E passo que não é recente essa discussão das emergências
729 climáticas, dos desastres ligados aos povos. Passa, por favor, ou você me dá o...
730 Perfeito. Ah, perfeito. Eu acho que eu vou ficar em pé, porque agora o meu pescoço...
731 Professor dá aula em pé, gente, professor dá aula em pé, sinto muito. Desde 92, desde
732 a eco 92, que estamos falando de clima. Estamos desde 92 falando da questão das
733 emissões de CO2, chegando até agora. Mas, o que aconteceu nesses últimos anos,
734 chegando até hoje para falar de clima, é alguns exemplos que a gente reconhece que
735 a questão climática afeta as populações, só que a gente não coloca que povos são
736 esses, como isso acontece, e principalmente que são fenômenos naturais. Então, o
737 primeiro conceito que a gente precisa ter é romper com a linguagem que não nos cabe
738 mais, que os desastres são fenômenos naturais. A desnaturalização do desastre nos
739 exige, e eu acho muito importante que o CONAMA tenha essa coragem de, hoje,
740 discutir a justiça climática, porque esse país conhece muito bem a injustiça climática,
741 porque ele teve cidades construídas a partir da injustiça climática. Um, porque cidades
742 foram construídas com os deslocados ambientais das vítimas das mudanças
743 climáticas. O primeiro dele, os deslocados do polígono da seca. Vocês não convivem
744 só agora. Construíram São Paulo, construíram Brasília com os deslocados climáticos.
745 Deslocados negros, indígenas, com todo o preconceito cotidiano que eles foram
746 submetidos. Então, não é recente. Eu parabenizo, porque o brasileiro sabe o que são
747 os deslocados ambientais. Os brasileiros sabem, sabem muito bem, e cada um que
748 tem familiar do Nordeste aqui nessa Brasília sabe o que passaram, o que passam os
749 deslocados da seca. Isso não é recente. Tem mais de 500 anos. É claro que chegando
750 aos dias atuais, quando a gente fala dos, primeiro, o conceito de desnaturalizar
751 desastres. Esse conceito requer que hoje, quando a gente vê que os efeitos da
752 mudança climática, que eles se intensificaram, mas não dá para negar que um país
753 que recebeu a maior população migrada forçadamente do mundo, é o país com a
754 maior população negra fora do continente africano. Então, a injustiça também social,
755 o brasileiro conhece há 500 anos, porque ele se montou o capital de dinheiro, não
756 pagando as pessoas. Então, ele também tem o conceito de vulnerabilidade histórica
757 como uma vulnerabilidade que ele desvincula com o moralismo da palavra racismo.
758 O brasileiro não quer, para o valor moral, usar a palavra racismo, incomoda. Eu sou
759 tudo, menos racista, eu sou tudo, porque ele foi doutrinado, ele foi doutrinado por uma
760 moral, não quero mexer na religião de ninguém, mas é uma moral cristã dizer que nós

761 somos iguais. Somos iguais à tortura naturalizada, o valor, inclusive espiritual, quem
762 tem alma, não tem alma. E, por último, quando a gente engenheiro chega aos dias
763 atuais em contato com esses povos que eu falei, os indígenas do Cerrado, os negros
764 do Cerrado, eles atrapalhavam o desenvolvimento do Cerrado, o Cerrado com a
765 biodiversidade, com mais de 15 milhões de espécies medicinais, toda essa
766 biodiversidade, que era resguardada por esses povos indígenas quilombolas, ela
767 passa um impedimento para nós, engenheiros florestais, porque a gente precisava
768 desenvolver o Cerrado. Acabamos com a água, acabamos por quê? Se eu estudei
769 engenharia florestal, vou ter que ser parceira dos meus amigos que estudaram
770 comigo, mas eu fiz outras escolhas, ainda bem que eu fui educada pelo Movimento
771 Negro Unificado e sou filha de uma benzedeira que considera que a água é sagrada,
772 que os rios são sagrados e as folhas me tratam e me curam. Então, eu tenho dois
773 lados, eu tenho de um lado os fatores climáticos e os impactos maiores ambientais,
774 sendo culpabilizados por povos que estavam antes resguardando a biodiversidade,
775 negros, quilombolas, mulheres principalmente, e do outro lado, eu tenho que esses
776 povos são os que conservam, para esses povos a natureza vale muito, para esses
777 povos eu tenho que a biodiversidade é um valor inigualável. Então, vocês têm
778 convivido e visto o que é o racismo ambiental. O racismo ambiental é esse recorte
779 racial que está dentro da destruição ambiental e que nenhum dos nossos
780 empreendimentos quer ver. Nós lutamos muito para que no EIA/RIMA fosse incluído
781 o item que vai tratar dos povos tradicionais. Eles entraram como valor econômico,
782 depois entrou como população economicamente, até chegar o valor cultural no
783 EIA/RIMA, no relatório de impacto ambiental. E isso, infelizmente, é uma questão da
784 leitura mercantil dos ecossistemas. Por quê? No racismo ambiental, e aí o racismo
785 não é considerado só o meu corpo, para desconstruir meu corpo é preciso ensinar. O
786 racismo foi inventado mesmo, foi inventado na melanina, de dar preço quem valia mais
787 ou menos segundo a melanina. Mas tenha cuidado, todo mundo que tiver sobrancelha
788 marrom tem melanina, quem tiver cabelo marrom tem melanina. Então, se eu inventei
789 uma simbologia de supremacia e de tortura baseada na pele, podia ter inventado a
790 sobrancelha. Agora, se ele for inventado, tem que ser enfrentado por todos. Os de
791 sobrancelha marrom têm obrigação junto conosco de estar enfrentando o racismo
792 ambiental. Os de cabelo também marrom têm a mesma obrigação de estar
793 enfrentando, não só eu, e mesmo porque a humanidade começou na África. Então,
794 vocês, parabenizo de estarem dispostos a enfrentar isso conosco. Quando a gente

795 volta, Angela, volta para o seu lado, engenheira, vamos falar do CO₂, as grandes
796 emissões do CO₂, os 10% mais ricos, isso aí vocês já viram, está em tudo quanto é...
797 Eu uso para os adolescentes, os 10% mais ricos do mundo emitem 50% do carbono.
798 Agora, quem mais conserva? Os da melanina, a melanina na pele são os que mais
799 conservam, benzedeira, raizeira, indígena, lá embaixo, 50% mais pobres são os que
800 são mais culpabilizados pela miséria. E isso eu dei aula de ecologia, até hoje nas
801 escolas se ensina o malthusianismo, que é o mito da explosão demográfica, que se a
802 gente não controlar a população, a população cresce em PG e os recursos naturais
803 em PA, não é isso? Todo mundo aí da área ambiental. Então, se não houver, segundo
804 o Malthus, em 1800, um controle da natalidade dos pobres, a gente vai chegar, a
805 capacidade de carga do planeta não vai suportar. E aí, em 1980, o Brasil faz uma
806 campanha enorme de esterilização das mulheres, e chegamos, o Geledés,
807 denunciando isso, o Brasil chegou a 7 milhões de mulheres esterilizadas. E, no
808 entanto, aumentou 40% o desmatamento, nosso patrimônio vegetal, 70% também foi
809 aumentado, reduziram a qualidade do ar nas zonas industriais, então o que é isso?
810 Culpabilizar as mulheres pela explosão demográfica, culpabilizar os pobres pela
811 explosão demográfica, e ainda a gente escuta, esses índices têm muito filho. Essas
812 mulheres na vida em favela têm muito filho. Então, o racismo ambiental vai
813 caminhando, ele já faz parte da nossa história, a gente convive, assim, com outras
814 palavras, feminização da pobreza. Então, o que a gente está ali, existe um lucro na
815 destruição ambiental. Eu nunca vi tanta farmácia surgindo pós Covid, a indústria
816 farmacêutica, capital é mais capital e ela é muito ligada, parente, assim, próxima da
817 indústria de arma das terras raras que vão estar lá em Minas, a gente tem o que a
818 ministra falou, quem mais enriquece a especulação imobiliária na minha terra, o
819 agronegócio, meus amigos, também as empresas de reflorestamento com sequestros
820 de carbono. Eu gosto desse negócio de sequestro de carbono, desculpa que eu dou
821 uns insights, assim, com a idade, sequestro de carbono, planta faz o quê? Vocês
822 lembram da história das plantas? A planta faz fotossíntese, que é sequestro de
823 carbono. Se planta não sequestra carbono, ela sequestra o quê? Então, cuidado,
824 porque os conceitos estão sendo esvaziados de sentido e enchidos de dinheiro.
825 Então, todo mundo sequestra carbono do reino vegetal, só eles sequestram carbono,
826 esse é o ciclo da fotossíntese. Então, tem por diante que se os conceitos estão
827 invertidos, a gente não tem que ter, e eu parabenizo o CONAMA, de hoje tratar do
828 racismo ambiental, porque a gente tem um arcabouço na nossa história, que nos dá

829 essa propriedade. O conceito de racismo ambiental mesmo, ele foi forjado no
830 movimento negro, nos Estados Unidos, o ministro falou, e o que ele tem de importante,
831 e aí junto com a defesa civil, eu falo, o racismo ambiental não é só um recorte racial,
832 mas ele reconhece que a exposição, todo mundo está de acordo, mas exposição no
833 pré-desastre, no desastre e pós-desastre. O que é o pré-desastre? Todo mundo aqui,
834 eu tenho trabalhado com os jovens, o fenômeno e a história dos três porquinhos, o
835 vento, a tempestade é uma só, casa de palha, casa de tábua e casa de estrutura de
836 concreto. É isso o racismo ambiental, esse é o pré-desastre. A exposição no desastre
837 já está consumada que a gravidade será outra escala. E o terceiro que o ministro
838 falou, que é se você tem uma segunda casa, isso é a reconfiguração de cenário.
839 Então, no racismo ambiental, as populações indígenas, negras e mulheres, estão mais
840 expostas na intensidade e duração do desastre, porque esse desastre, ele já é pré,
841 recebem baixos salários, edificações precárias para conviver com os sistemas. Na
842 hora do desastre, a gravidade, podem morrer mais. E no terceiro, que se chama
843 capacidade adaptativa. Então, as pessoas, é comum falarem para mim, como é que
844 as pessoas vão morar no morro? Vocês já ouviram falar na cidade de Machu Picchu?
845 Existe uma engenharia para morro. E por que vai morar na beirada dos córregos? A
846 humanidade só existe porque morou próxima aos cursos da água para a agricultura.
847 Meu tempo já está acabando e tem [ininteligível]. Me dê um tempinho a mais.
848 Engenheiros amigos meus, existe uma engenharia adaptada às águas, existe uma
849 engenharia adaptada ao vento, existe uma engenharia adaptada aos morros. É hora
850 de chamar o CONAMA falar, trabalhem com engenharia que ela seja alfabetizada nas
851 dinâmicas climáticas e nos ciclos. Então, é uma engenharia pré-desastre, uma
852 engenharia de desastre e pós-desastre. Isso o CONAMA pode pedir. E ele tem
853 competência, vocês têm competência para isso. Mas não aceitem esse discurso
854 comum que o povo está morando fora do lugar, não. Porque a situação está tão crítica
855 e vão falar, vai morar em Marte? Só milionário para ir de foguete. A outra questão é a
856 gravidade do pós-desastre é maior para mulheres, pobres e as crianças. Não pode
857 ser que 40 milhões de crianças brasileiras sofram com os riscos ambientais. E,
858 lembrar, as aulas são interrompidas, problema respiratório, tudo quanto é menino,
859 problema respiratório, vai naturalizando os riscos ambientais e vai associando aos
860 pobres. Sim, as temperaturas aumentam. Então, o que eu tenho na pré-desastre,
861 quem tem recurso, tem ar-condicionado, tem adaptação. Quem não tem recurso, vai
862 para o posto de saúde, porque a gravidade da desidratação e das doenças vão

863 aumentando. Quem tem recurso, pode morar no entorno do curso d'água, lindamente.
864 Veneza, gente, só vai milionário, vocês acreditam que ela é toda dentro d'água? E
865 ninguém nunca mandou o pessoal sair de Veneza, vocês já ouviram falar? As noivas
866 batem foto na cidade toda dentro d'água. No entanto, vai me falar, como é que esse
867 povo mora perto do Tietê? Então, cuidado, porque isso é racismo ambiental, isso não
868 é piada, isso é violência ambiental. A gente está falando que os pobres não têm onde
869 morar. E na hora que eu vejo a minha cidade, se tem alguém de Belo Horizonte, não
870 estou falando mal. Eu estou falando, eu gosto do Stuart Hall porque ele fala de uma
871 coisa do ocidente e o resto, *west* e *rest*. E aí eu peguei e julguei o Stuart Hall, que
872 trabalha com a diáspora africana, para a leitura racista que a gente tem da
873 biodiversidade. Por quê? Os autores vão falar, a ciência moderna construiu sua ideia
874 de biodiversidade incompleta. Então, quando a gente desenha a cidade, a cidade é
875 desenhada a partir da impermeabilização, do antropocentrismo, do cartesianismo, e
876 aí toda impermeabilizada, verticalizada. Onde vocês acham que tem mais desconforto
877 térmico dentro dessa cidade de Belo Horizonte? Lá na vila, que o pessoal chama de
878 amontoado e caos, e daqui é a ordem. Então, se o Stuart Hall fala, eu falo também. A
879 ciência moderna construiu sua compreensão de biodiversidade colonialista e de
880 bioclima também incompleta. A biodiversidade é mato, é sujo, o limpo é o concreto, o
881 limpo é o aquecer. Então, isso é dentro da mesma cidade, a gente trabalhava na
882 universidade, com aquele projeto lá do Vila do Sol, em que os quintais estão
883 revegetados. Gente, todo mundo pretinho, todo mundo do Norte de Minas, todo
884 mundo. Esse conhecimento, porque o problema é que a gente perde ao não
885 reconhecer esses povos que trouxeram saberes tropicais de manejo de agroflorestas
886 e agrossistemas, a gente perde agora que a gente precisa de saídas climáticas.
887 Porque a gente não vê que aquele é o manejo agroecológico, aquela é uma adaptação
888 à encosta de forma bioclimática. Aí, eu tenho os povos indígenas, vocês imaginam
889 que isso aqui é área indígena, com os *Paepalanthus*. É o nosso Cerrado, campo
890 Cerrado, lindíssimo, era visto como terra de nada, puseram monoculturas e hoje viram
891 desertos verdes. O caminho podia ser outro. Então, quando a gente chega nos
892 desastres atuais, não dá para ver que os desastres foram escolhas de um modelo
893 tecnológico equivocado, de um modelo de consumo e um modelo de
894 desenvolvimento. Aí tem crise. O meu estado lindíssimo, de Minas, todo mundo gosta
895 da cachaça, queijo, cachoeira, pois é, tem o exemplo mundial do maior desastre da
896 mineração, com mais de 200 pessoas mortas soterradas, não foi um fenômeno

897 natural. Essa barragem se rompeu, não estava nem chovendo, é a barragem de
898 Brumadinho. Também não é natural lá no Rio Grande do Sul, não se pode fazer um
899 dique, uma construção dentro das águas, em 1941, nunca mais mexeu e deixou-se
900 romper. Por que se pensa que não tinha importância? Os vendavais também. Então,
901 o que nos cabe, o que o Ibama pode e o CONAMA podem parar? É a hora do
902 CONAMA pensar nos deslocados ambientais. Existir política para os deslocados
903 ambientais, o governo teve que criar Sudene, foi criando um monte de programa para
904 os povos da seca. Agora estamos responsabilizados para pensar nos deslocados
905 ambientais. E não está lá. Correu, foi lá no rio dele, para que ele veio morar aqui? Por
906 quê? Não são poucos, não. O deslocamento invisível, a cada vez são milhões de
907 pessoas. Só das hidrelétricas a gente já deslocou 40 a 80 milhões de pessoas. Então,
908 esses eram os primeiros deslocados ambientais. Vocês leram os livros, Vidas Secas,
909 viram o filme, era poético, Euclides da Cunha, Graziano Silva, não? Pois é, esse
910 arcabouço é para dizer que existia política pública. Não é exceção, vai ser regra. As
911 pessoas vão migrar. E a gente precisa ver, enquanto a vulnerabilidade populacional,
912 o racismo é internacional. Eu falei que pegaram sua melanina daqui, mas podia ser
913 daqui. Então, é responsabilidade de todos nós mudarmos esta prática discriminatória.
914 Ela pode ser corporificada ou ela pode ter um conjunto de símbolos que tratam
915 aquelas pessoas da mesma forma. Então, é preciso ver os impactos da mudança
916 climática sobre as populações vulneráveis. É preciso ver que essas alterações
917 climáticas, elas ocorrem de forma desigual no país. Quando eu falo que eu moro no
918 norte de Minas, todo mundo fala [ininteligível], mas quando eu falo que moro em São
919 Paulo, [ininteligível]. Há uma desigualdade, há um preconceito regional que precisa
920 ser tratado. O Nordeste tem muita experiência nos deslocados ambientais e práticas
921 pedagógicas de tratar a injustiça climática que a gente vai ter que aprender. No que
922 diz respeito aos grupos, alterações climáticas, elas são uma forma complexa. Eu só
923 queria falar para vocês que clima é um padrão. Temperatura, [ininteligível]. Clima é
924 padrão de temperatura, de umidade, pois se esse padrão não segue mais, eu nem
925 posso falar que eu moro no clima tropical, clima polar, subpolar, porque esse padrão
926 está sendo perdido. E o outro precisa, nós, do campo da tecnologia, tratar o direito
927 dos povos antes de você escolher as tecnologias. Então, na minha região hoje, vem
928 com um pivô central para irrigação de monocultura, de produtos agrícolas e de
929 exportação, é claro que falta água, a minha região é semiárida, em que eu tenho uma
930 precipitação baixa, e não basta culpabilizar as pessoas pela quantidade de filhos, olha

lá, os malthusianos. Então, quando a gente fala onde está a água, a desigualdade da água, quando eu penso que nos Estados Unidos se gasta 575 litros por pessoa por dia, em Moçambique, que todo mundo pensa que porque tem muito filho, 4 litros por dia de água. Etiópia, 15 litros, e o Brasil 150 litros, dá para reduzir, está gente? Mas é 150. E aí começa a culpabilizar a água, é um desperdício, essas mulheres que lavam a calçada, acabam com as mulheres com a água. O município que tem mineração, pode levar até 90% da água do município, e não tem filho lá não, não tem um monte de menino correndo não, descansa as mulheres um pouco e vê a tecnologia com o olhar de justiça necessário para a gente dar conta de um planeta estável. A outra coisa, se eu falo de deslocados ambientais, é preciso pensar em políticas de acolhimento. Sim, onde vão ser acolhidos os deslocados ambientais? Onde? Como? É o CONAMA, sim, que vai dar também esse papel de dizer, então o que eu estou dizendo é que é necessário mudar as estruturas institucionais, pedagogicamente, politicamente nós conseguimos mudar, temos um governo, é nesse momento, esse é o momento histórico. Mulheres redesenham a justiça ambiental, vocês acreditam? Mulheres redesenham quintais que amortecem, trazem conforto térmico, lembra da horta da sua avó, que ela é adaptação climática. Lembram também daquelas que vão pôr naquele monte de vasinhos na janela, olha a varanda, está joia. Eu estou falando que é preciso esse olhar também. Quando eu falo de justiça climática, eu estou falando que eu estou enfrentando a feminização da pobreza. As mudanças climáticas, quem é que busca a água, quando a água está faltando em áreas que já são semiáridos, são as mulheres que vão caminhar a maior distância, na maior precariedade, então não dá na injustiça climática da gente saltar que depois do desastre, todo desastre leva a feminização da pobreza. Todo desastre leva agravamento do racismo. Porque as pessoas falam, é, está querendo ganhar dinheiro, teve desastre, teve na área dele e não deu nada, está querendo dinheiro da assistência social. Esse povo no Cerrado não dava nada, agora está querendo também ganhar em cima da biodiversidade. Parem, mudem, volta, porque vocês estão tratando de humanos e estamos tratando de humanos como nós. Eu gosto, isso é uma foto da minha tese, da etnobotânica, que no período escravagista, o Brasil quase passou fome, só não passou porque essas mulheres africanas trouxeram sementes, criaram um quintal, levava comida, bambá de couve, tudo que vocês conhecem de Minas, para a porta das minerações, e benziam, e curavam, tudo isso nós vamos precisar. Então eu posso dizer que, porque tem muita mais gente para falar além de

965 mim, que é hora de redesenhar a ciência com outras mãos. O racismo, larguem de
966 não querer conversar com esse tema, porque se o Brasil é um país que o racismo é
967 tão grave, também teve uma construção enorme. E essa construção, quando a gente
968 desvela o racismo, é que a gente tem soluções baseadas na natureza, nas culturas
969 locais, indígenas, quilombolas, benzedeira, que é dona Laura, ali com aquele cará do
970 ar, para que a gente dê respostas sérias, tecnológicas, com essas tecnologias, e retire,
971 não estou querendo trazer a culpa para ninguém, mas se a gente quer falar de nós
972 estamos na marcha das mulheres negras, nós estamos falando de direitos, nós
973 estamos falando de priorizar políticas, nós estamos falando de enfrentamento, mas
974 nós estamos falando de uma coisa, a justiça climática e o racismo ambiental nos
975 requer reparações, porque a gente tem uma dívida, temos uma dívida com essas
976 populações desse país, com os indígenas, com as comunidades indígenas e com as
977 negras e com as mulheres. Então não dá para a gente pensar que essa reparação
978 tem que passar por mecanismo de prevenção, proteção, resposta e reconfiguração
979 aos cenários que estão colocados aí. E para isso, eu gosto muito dos, ainda existem
980 tradições iorubás que eu trago para elas, se a gente quer falar de adaptação climática,
981 o povo de Candomblé, de Angola, fala Kosi Ewé, Kosi Orixá, Pai Ewé, Pai Orixá,
982 matou as plantas, matou os orixás, sem as plantas, não tem orixá, eu estou falando
983 de tradição, que esses povos que migraram da África, trouxeram de 6 mil anos, essa
984 tradição é o básico para dizer, que sem a biodiversidade da planta, sem esses saberes
985 tradicionais, que existem dos quintais às calçadas, aos jardins, às ruas, interviram nos
986 desenhos de Burle Marx, a gente não consegue sair da climática, mas para isso, é
987 preciso colocar o óculos da equidade social e parar de olhar com o olho racista que
988 nos ensinaram. Muito obrigada.

989 **A SR^a. LETÍCIA LEOBET – GELEDÉS (Instituto da Mulher Negra)** – Acho que
990 somos nós que temos que agradecer, muito obrigada, Angela. Eu gostaria de anunciar
991 a presença da dona Nilma Bentes, porque é assim que fazem nos protocolos quando
992 chega uma autoridade, e para nós, no movimento de mulheres negras, ela é uma
993 autoridade. Então, muito obrigada pela sua presença, seja bem-vinda. Acho que
994 poderia fazer inúmeros comentários sobre a sua fala, Angela, muito potente, mas acho
995 que você começa trazendo para a gente uma reflexão sobre linguagem, que ela é
996 totalmente decisiva quando a gente fala de racismo, nomear, não nomear, como a
997 gente nomeia as coisas, então, partir dessa perspectiva de que a gente precisa se

998 aprofundar nesses conceitos que estão sendo trazidos é muito importante, mas, em
999 paralelo a isso, a gente tem o exercício da desconstrução de muitos outros, que
1000 também faz parte do processo. E acho que, dentro dessa desconstrução, a gente tem
1001 um desafio muito grande que está colocado, que esses desafios globais têm nos
1002 colocado, que é justamente romper com a perspectiva hegemônica de
1003 desenvolvimento, o que é desenvolvimento e o que não é desenvolvimento. E, nessa
1004 linha, um esforço do reconhecimento das nossas tecnologias sociais, das nossas
1005 tecnologias ancestrais, e um reconhecimento que tenha um processo. O
1006 reconhecimento, a valorização e o financiamento dessas práticas para que elas
1007 ganhem escala e sejam, de fato, entendidas dentro das nossas políticas e dentro das
1008 nossas normativas como soluções para os desafios que estão colocados. Acho que é
1009 fundamental ouvir a Angela, e a gente está exatamente no momento, pensando o
1010 tempo todo, as nossas necessidades nacionais, territoriais, mas as necessidades
1011 globais que nós temos, porque o Brasil tem uma grande responsabilidade em relação
1012 ao reconhecimento do racismo ambiental, mas o racismo ambiental não é um
1013 problema apenas do Brasil. Então, como que a gente impulsiona essa discussão no
1014 ano em que a gente tem a COP 30 no Brasil e que a gente tem o desafio de definir os
1015 indicadores globais de adaptação, ou seja, os indicadores que vão dizer para a gente
1016 o que é a adaptação climática. E se a gente não considera aspectos como raça,
1017 gênero, território, idade, deficiência, a gente, mais uma vez, está criando indicadores
1018 para as políticas climáticas que não vão reconhecer as especificidades das
1019 populações, que não vão reconhecer que essa é uma agenda sobre a vida das
1020 pessoas. Então, mais uma vez, muito obrigada. E sem mais delongas, também
1021 gostaria agora de chamar a nossa querida Maira Rodrigues da Silva, que é bióloga de
1022 formação, mestre e doutoranda no programa de Geociências da Unicamp, na área de
1023 Política e Gestão de Recursos Naturais e participa de pesquisas nacionais e
1024 internacionais sobre clima, resiliência, desastres e povos tradicionais. A Maira também
1025 é coordenadora da área de Combate ao Racismo Ambiental do Instituto de Referência
1026 Negra Peregum e é quilombola de Ivaporunduva, em Eldorado, São Paulo. A palavra
1027 é sua, fique à vontade.

1028 **A SR^a. MAIRA SILVA (Instituto de Referência Negra Peregum)** – Bom dia a todas,
1029 a todos e todes. Muito obrigada, Angela, por anteceder essa minha fala e já nos
1030 contemplar com tantas questões que a gente, enquanto movimento negro, está

1031 cansado de colocar, mas que hoje é um dia muito especial porque a gente agraga e
1032 está aqui nessa mesa enquanto teóricas, pesquisadoras, para além de ativistas e
1033 militantes, enfim, é um lugar muito importante, construído por gerações, então eu
1034 também queria começar pedindo a licença, a gente sempre menciona isso, pedir a
1035 licença às minhas mais novas e minhas mais velhas, aqui no papel da Angela, da
1036 dona Nilma e tantas outras que nos antecedem e que nos, enfim, constroem esse
1037 marco referencial também. Eu gostaria de fazer uma fala um pouco mais trazendo
1038 alguns casos com relação a gente olhar essa união de pensar o conceito, mas também
1039 como é que o conceito se dá na prática. Para mim, eu estou muito emocionada porque
1040 é um dia muito importante, só faz 15 anos da minha vida que eu tenho me debruçado
1041 e utilizado as ferramentas que se constroem nessa casa, mas que se constroem por
1042 um movimento muito grande que pensa o ambientalismo para além desse conceito
1043 conservacionista, mas o ambientalismo, como a Angela disse, daqueles que cuidam
1044 das ervas, das folhas. E aí eu também queria trazer isso, que quando a gente pensa
1045 a ciência, há muito tempo tenho trabalhado nessa linha de pensar a importância do
1046 conhecimento científico, mas também do conhecimento tradicional, a gente imagina
1047 que a construção da ciência em si, ela é uma construção neutra, não doutrinada
1048 também de intervenções e de pensamentos específicos, então muitas vezes é se
1049 colocado ali como conhecimento tradicional, como conhecimento cheio de
1050 marcadores e de vieses, como a gente escuta na universidade, na academia. Mas
1051 não, a ciência, o conhecimento tradicional, assim, bem como a ciência também, ele é
1052 complexo. E esses vieses que constroem os nossos conhecimentos nos territórios
1053 também constroem a ciência. Então ela em si não pode ser olhada como uma
1054 ferramenta neutra, mas sim aquela que serve e que foi construída há muito tempo
1055 para um objetivo. E aí, junto a isso, quando a gente pensa técnica, e aí eu estou
1056 trazendo isso porque eu vou dar alguns exemplos aqui para vocês, da importância de
1057 a gente utilizar essas resoluções no nosso dia a dia, pensando os territórios, sobretudo
1058 pensando os impactos que esses territórios sofrem, é olhar também que essas
1059 técnicas, elas são construídas com esses vieses e elas não podem ser neutras.
1060 Porém, quando a gente pensa em técnica, também não se limita a pensar que dentro
1061 do pensamento científico tecnológico o nosso povo não contribuiu, porque assim como
1062 a Angela disse, hoje, eu não vou me alongar muito falando sobre a crise climática,
1063 mas uma das soluções, muitas das soluções elas estão nos territórios. Pensar em
1064 adaptação é pensar as ações que já são construídas pelos povos originários, pelos

1065 povos quilombolas, pelos diferentes segmentos de povos e comunidades tradicionais,
1066 pelas periferias. A gente tem discutido, utilizando o conceito também de ecologias
1067 negras, de zona de resiliência, de como pensar também que esses povos, além de
1068 tudo que a gente já sofreu de opressão nesse país, a gente constrói mecanismos de
1069 adaptação. Então, é sobretudo colocar na mesa a importância de a gente pensar
1070 essas ferramentas técnicas, mas também deixar isso bem enegrecido, que elas são
1071 ou podem ou não ser enviesadas. Deixa eu passar aqui. E aí, também eu gostaria de
1072 mencionar, deixa eu ver como é que eu passo. Dentro desse, enfim, acho que a gente
1073 já falou bastante sobre esse conceito histórico, do ponto de vista, mas eu ainda
1074 coloquei a foto aqui dos lindos, que a gente coloca, que são nossos pesquisadores
1075 maravilhosos, que dão origem a essa expressão, a esse conceito, em uma luta pelos
1076 direitos civis nos Estados Unidos. E eu não coloquei a foto aqui, mas eu queria trazer
1077 um outro ponto, que é muito importante, que é pensar que aqui no Brasil, então a
1078 gente, vou até colocar aqui o conceito em si, que o Chaves vai falar e que está lá no
1079 livro do Buller, que a gente não está elaborando, enfim, reconstruindo novos
1080 conceitos. Ao contrário, eu acho que aqui a gente tem uma questão interseccional
1081 muito importante e que a gente utiliza essa linguagem que já foi construída, nós
1082 estamos falando de zonas de sacrifício, de territórios que são impactados e políticas,
1083 em especial, políticas públicas que são construídas, que impactam esses territórios e
1084 que é importante, como a Angela também já colocou, pensar que esse racismo
1085 ambiental, ele tem a ver com biomas, ele tem a ver com o lugar onde as pessoas
1086 habitam, com uma série de questões que não, a gente está falando de um país, de
1087 um país que é diverso e que tem suas especificidades. E desde pensar a escassez
1088 de políticas públicas de direitos básicos, como saneamento, até quais são os impactos
1089 que a gente tem dos pedidos de mineração, que ainda não aconteceram e que
1090 removem pessoas, mesmo elas ainda não estando ali no território. Então, o racismo
1091 ambiental tem caminhado, e eu ia trazer aqui, não trouxe, mas se a gente pegar, ia
1092 trazer até o livro do Peregum, a gente tem mais de 15 pesquisadores falando sobre
1093 isso. E não só agora, há muito tempo. E, como a Letícia também trouxe, a gente não
1094 está falando sozinho, não é aqui no Brasil, isso é um eco, enfim, no mundo. Quando
1095 eu penso nos nossos povos e pensando toda a diáspora que a gente teve, é pensar
1096 também que os nossos irmãos que ficaram no continente africano olhem para a Gana.
1097 Gana é um país, não só Gana, diversos outros países, estou dando o exemplo de
1098 Gana, mas de ser reconhecido como um local de dejetos de resíduos tecnológicos do

1099 continente europeu. Então, assim, o que está acontecendo? E tem uma outra coisa
1100 que é muito midiática, como dizia Milton Santos, sobre essa natureza que é uma
1101 natureza artificial construída pela mídia, qual que é também, muitas vezes, o impacto
1102 que a gente tem da dor do outro. Então, nossos corpos, muitas vezes, não, eles são
1103 colocados como se para nós não houvesse dor, como se fôssemos povos que já é
1104 naturalizado estarmos em zona de sacrifício, já naturalizado o nosso genocídio. E é
1105 isso que a gente vem lutando há muito tempo. E, nesse sentido, deixa eu só passar,
1106 eu queria aqui apontar três coisas bem importantes. E aí eu vou agora trazer para a
1107 questão dos marcos legais e trazer para vocês, de uma pessoa que está na ponta, no
1108 sentido da academia, que utiliza em vários momentos essas resoluções, de mostrar
1109 que, aqui na Constituição Federal, a gente tem, então, eu coloquei esses três. Mas só
1110 para a gente entender que, lá no artigo 1, diz que a dignidade da pessoa humana é
1111 fundamental dentro da Constituição. Então, que dignidade é essa? Outra coisa que se
1112 fala ali no artigo 5, que salienta que no Brasil deve combater toda e qualquer forma
1113 de discriminação. E, por último, no artigo 225, a gente está falando que todos, todos
1114 nós devemos ter um ambiente ecologicamente equilibrado. Mas que ambiente que é
1115 esse? Quando a gente pensa no impacto do racismo ambiental no território, eu
1116 costumo dizer que o primeiro impacto, não só eu, muitos dos nossos pensadores vão
1117 colocar isso, que o primeiro impacto do território que eu estou falando é o impacto do
1118 meu corpo. Como dizer para um jovem periférico que ele deve se engajar, por
1119 exemplo, nas lutas de conservação ambiental, se ele não tem nem a garantia se ele
1120 vai voltar ou não para casa, se o direito dele ir e vir é violado, ou até mesmo quando
1121 ele vai voltar para a sua residência, aquela residência vai passar por algum momento,
1122 algum evento, enfim, que ele vai ter essa garantia de ter esse território. E aí, nesse
1123 sentido, quando a gente pensa nesse conceito vinculado à prática, a gente vai ter, por
1124 exemplo, alguns, eu queria trazer aqui para vocês alguns exemplos clássicos, não
1125 são, isso aqui é uma pontinha do iceberg, mas com a proporção que se tem de
1126 divulgação na mídia e o impacto desses eventos, desses casos aqui de racismo
1127 ambiental, é importante ser falado. Então, a gente tem, por exemplo, Minas Gerais,
1128 como a Angela já disse, um território extremamente negro, importantíssimos para o
1129 desenvolvimento do país. No século XIX, a gente vai ter Minas ali, no século XVIII, um
1130 dado que vai colocar que 60% da população em Minas era uma população quilombola.
1131 Isso é muito interessante, porque era uma população, sempre foi um território negro,
1132 extremamente importante para se pensar essa mineração. Quando eu olho para a

1133 Mariana, então, olhando lá atrás, e aí a Angela pode falar, Bento, nessa construção
1134 do que era Bento Rodrigues naquele território, era um quilombo, era um território que
1135 foi adensado pela população negra fugindo desse movimento escravocrata e que,
1136 interessantemente, foi um dos territórios que eu lembro, se não me... Bem me engano,
1137 que uma hora antes do rompimento já tinha saído uma matéria no G1, mostrando que
1138 não tinha nenhum sobrevivente do desastre. Isso é muito interessante, porque como
1139 é que a mídia coloca isso e como é que a gente, como é que se sabia, por exemplo,
1140 que estava acontecendo aquele desastre antes mesmo dele ter ocorrido? E já se
1141 falava de uma tragédia sem nenhum sobrevivente. Eu tive a oportunidade de ouvir um
1142 colega, que é do MAB, que morava em Bento, dele contar que ele chegava em casa
1143 do trabalho dele na lavoura, deixou a bicicleta, ele foi chamar a irmã, que era a pessoa
1144 grávida que teve o aborto no meio da lama, e aí ele chamou, não ouviu e tal, começou
1145 a ver que não tinha ninguém ali na vila. E aí, quando ele começou a ver um estrondo,
1146 um barulho muito forte, só deu tempo de ele olhar para fora, ver que ela estava
1147 correndo e correr para o lugar mais alto da vila. E foi, enfim, no caso da irmã dele, foi
1148 levada e teve um aborto no meio da lama. Mas, quando eu olho para o desastre de
1149 Mariana, que foi nesse dia 5 de novembro de 2015, eu olho, gente, para esses dados.
1150 A gente está falando aí da população preta representar aí nos quatro primeiros
1151 conglomerados, vilas e bairros ali próximos ao rompimento, ser uma população
1152 racializada, ser uma população preta. Então, não é à toa que esses desastres, que
1153 esses impactos acontecem nessas áreas. E aí, sobretudo, sobre o desastre de
1154 Mariana, nós não estamos falando de Bento Rodrigues ou de Mariana, mas sim de
1155 uma bacia com mais de mil atingidas dentro dessa bacia. E isso é uma coisa muito
1156 complicada. Porque, quando a gente fala da morte de um rio, e é isso que eu ia colocar
1157 aqui, eu vou trazer aqui para vocês a importância da gente pensar na CONAMA 420,
1158 da gente pensar a utilização da CONAMA 357, da CONAMA 454. São resoluções
1159 extremamente importantes para a gente pensar o impacto, obviamente. Mas, para
1160 nós, povos tradicionais, povos quilombolas, povos originários, nós não pensamos a
1161 natureza no sentido só do meio físico e biótico. Há uma outra concepção, através da
1162 nossa cosmovisão, da nossa cosmopercepção, que é impossível eu fazer um olhar e
1163 olhar para o rio como se ele não fosse um sujeito. De olhar o rio e não entender que
1164 ele tem uma ontologia própria. De olhar para essa bacia e depois ver lá os altos índices
1165 de Chikungunya, de dengue, que vai acontecer ali naquela região. Enfim, um
1166 desequilíbrio interestadual que, na verdade, nem vai ser naquela região, vai ser no

1167 país inteiro. Assim como eu pensar na questão das queimadas e não olhar... A gente
1168 tem dados, por exemplo, lá de 2022, com o aumento das queimadas no Pantanal de
1169 21% do aumento da mortalidade infantil de crianças em São Paulo. E há essa relação
1170 e ela não é... Ou seja, os impactos não são mais ali territorializados, são impactos
1171 nacionais. E eles têm cor, eles têm gênero. Então, aqui, quando eu penso em
1172 Brumadinho, quando eu olho para Brumadinho, eu vou ver que esse caso se repete.
1173 Eu estou falando ali de 63,8% da população atingida nos seis primeiros locais
1174 próximos ao rompimento. Então, Brumadinho, que foi o desastre da barragem de
1175 Brumadinho, que aconteceu no dia 25 de janeiro de 2018, que depositou, gente, cerca
1176 de 11,7 milhões de toneladas de rejeito. Hoje eu faço a minha tese sobre essa área,
1177 eu avalio a contaminação do impacto ambiental na zona quente e identifico, tento
1178 trazer para essa discussão justamente isso, que é impossível a gente olhar os
1179 impactos somente e apenas com esse olhar de meio físico e biótico. Ou seja, tem
1180 populações. E, aqui, eu rapidamente queria também trazer um outro caso, e aí é
1181 impossível também falar desses casos sem trazer um pouquinho aqui as nossas
1182 escrevências. Eu sou da região do Vale do Ribeira, uma região que fica no sul do
1183 estado de São Paulo, pega um pouquinho do estado do Paraná. E é uma região que
1184 foi ocupada, os meus ancestrais vieram da região de Congo, Angola, mais
1185 especificamente eram o povo Quicongo, na nossa ancestralidade a gente tem isso, lá
1186 no século XVI, um povo que sabia muito bem minerar e esteve nessa região para a
1187 mineração de ouro de aluvião e que foi um território historicamente explorado para a
1188 mineração não só de ouro, mas também de chumbo. E é interessante que, até mesmo
1189 na Primeira e Segunda Guerra, você tem ali uma exportação muito grande do Brasil,
1190 desse minério em si. E uma das primeiras minas que a gente tem registradas, inclusive
1191 com um lugar de fundição, é a Mina de Furnas, em 1918. Eu estou falando de 1918
1192 até 2025, foram mais de 30 minas abertas próximas a territórios tradicionais,
1193 quilombolas, caboclos, indígenas, e essas minas continuam abertas. Eu fiz pesquisas
1194 desde a década de 80 para cá, evidenciando que esses territórios estão contaminados
1195 com chumbo, arsênio e zinco. Teve inclusive uma fábrica, na verdade uma
1196 metalúrgica, chamada Plumbo, que funcionou de 45 até 95, jogando todo o rejeito que
1197 ela tinha direto no rio, não existia barragem. E aí a gente tem uma estimativa de mais
1198 de 8 milhões de toneladas, hoje, na calha do rio Ribeira. E aí eu coloco ao lado, para
1199 vocês verem ali mais embaixo, tem ainda a estrutura da Plumbo, e ao lado a gente
1200 tem ali, com aqueles quadradinhos rosas e amarelinhos, a gente tem a sobreposição

1201 dos territórios quilombolas, dos pedidos e dos pedidos de mineração hoje na região.
1202 A gente tem um levantamento atual, vou já falar disso, mas é um levantamento atual
1203 de mais de 100 pedidos pela ANM de mineração naquele território. E uma das coisas
1204 que eu identifiquei na época, já faz mais de 10 anos, mas naquele local, porque o que
1205 acontecia? A mineradora jogava tudo no rio e aquele material ele sedimentava no
1206 fundo e os povos tradicionais viviam no meio da bacia, nas regiões de várzea, porque,
1207 como disse a Angela, nossos ancestrais, nossa vida sempre foi viver perto do rio. É
1208 onde a gente vai ter abundância de peixe, vai ter água para irrigar as plantas, etc.
1209 Mas, o interessante é que quando a gente olha, e aí por muito tempo, quando eu vou
1210 para a academia e começo a entender esse processo, que nunca chegou no território,
1211 inclusive, a gente vai ver, por exemplo, que há uma contaminação, uma hipótese de
1212 contaminação daqueles solos que cultivávamos, que plantávamos, enfim. E há uma
1213 ideia de investigar, então, aqueles solos de várzea, chamados de neossolos flúvicos.
1214 Na verdade, assim, existiam já pesquisadores naquela área, trabalhando ali desde a
1215 década de 90, desde o final de 80 para cá, identificando vários tipos de contaminantes,
1216 mas não especialmente nos territórios tradicionais. E aí, por isso que eu falo que a
1217 técnica não é neutra e nem o pensamento científico, porque será que a gente escolhe
1218 determinados lugares de estudo e não outros? E aí, nesse gráfico que eu estou
1219 colocando para vocês, foi um estudo que eu fiz, acho que esse daí deve ser da
1220 graduação, identificando que, por exemplo, a concentração de chumbo naquelas
1221 áreas era quatro vezes maior do que a CONAMA 420. Por isso que eu falei que essas
1222 resoluções me perseguem e a gente está aí juntos há muito tempo. Você tem, por
1223 exemplo, a concentração de arsênio três vezes maior. Esse estudo foi publicado
1224 nessa revista. E isso, a principal complexidade, talvez, para mim, como cientista, era
1225 fazer análise no laboratório e pensar, nossa, eu estou analisando a mandioca que a
1226 minha família consome ou o solo que muitos dos meus aqui produzem. Mas não para
1227 por aí. Quando a gente pega, então, na ANM, vocês vão ver que há uma série de
1228 pedidos, de mais de cem pedidos, entre o alto, o baixo e o médio Ribeira. Ou seja,
1229 sobrepostos a esses territórios. E a minha pergunta vai... Já finalizando aqui a minha
1230 fala, dessa importância da gente entender que há uma necessidade de pensar essa
1231 integração entre a atuação que a gente tem dos órgãos de fiscalização, que são
1232 estaduais, enfim, federais. Há uma necessidade de a gente entender que os órgãos,
1233 por exemplo, ANM, ANA, ANEEL, do próprio IBAMA, tem que ter uma integração. E
1234 aí eu parabenizo, inclusive, a ação do IBAMA, porque para nós, povos e comunidades

1235 tradicionais, talvez seja o órgão que chega na mesa e que consegue visualizar isso
1236 com uma maior complexidade. A Sueli vai falar logo à tarde, mas foi ela. E aí eu coloco
1237 aqui a importância de a gente pensar qual é o nosso papel, também quanto
1238 técnicos. Porque, na época, em 2017, a gente tinha, além dessa questão do passivo
1239 ambiental, tinha um projeto de mais de 30 anos da construção de uma usina com três
1240 grandes barramentos nessa mesma bacia. E o interessante é que o processo foi e
1241 voltou na mesa do Ibama, indo para a ANEEL, voltando, pedindo, falando para a
1242 própria empresa que não tinha estudos de impacto ambiental suficientes. E olha que
1243 interessante, uma pessoa olhou, olhou os laudos, olhou os estudos de impacto
1244 ambiental e entendeu. E aí teve coragem de engavetar, de ver que aquilo não fazia
1245 sentido. Então, eu coloco aqui também a importância quanto técnicos, falo para os
1246 técnicos aqui presentes, da gente pensar qual é o nosso papel, de que lado da história
1247 a gente vai querer estar. Aqui embaixo não vai dar tempo, mas eu queria só colocar
1248 que existe uma série de políticas públicas que os movimentos negros, que diversos
1249 movimentos estão aí lutando há muito tempo, sobretudo para pensar a questão da
1250 contaminação de agrotóxicos, dos atingidos por barragem, da saúde da população
1251 negra. Mas, sozinha, essas políticas elas não dão conta. A gente precisa cada vez
1252 mais, inclusive o papel da universidade, dos cientistas da academia e de todos nós,
1253 entender que a gente precisa cada vez mais integrar esses dados. E, por fim... Enfim,
1254 por fim... Esse daqui são os outros marcos legais que eu acho que é importante. É
1255 dizer, aqui eu tenho um exemplo de quando a gente... Então, eu queria colocar isso.
1256 As resoluções, sozinhas, elas não dão conta. Então, para a gente pensar esse impacto
1257 do racismo ambiental nos territórios, a gente tem que entender essa integralização de
1258 diferentes órgãos, de pensar as resoluções ali, que elas se complementem. Porque
1259 não tem como você falar que um determinado lugar está contaminado três vezes e
1260 tem as pessoas lá consumindo daquele solo, consumindo daquelas plantas. E uma
1261 coisa interessante, inclusive, que eu queria só compartilhar ali, só mais esse
1262 pedacinho, que é... Eu soube que esse lugar, por exemplo, estava sendo contaminado
1263 quando eu li um artigo que falava de uma diferença da contaminação entre crianças
1264 que moravam perto da mina e crianças que moravam perto das comunidades. E aí eu
1265 olhei e falei assim... Um estudo científico que não chegou na comunidade, depois até
1266 falei para os autores, olha, quando fizerem trabalhos científicos, por favor, levem as
1267 comunidades. E essas crianças eram crianças da quarta série, em 2021. Logo, eu era
1268 uma dessas crianças. Então, eu sou uma dessas pessoas que carrega esses metais

1269 no corpo e, por isso, obviamente, fiz essa trajetória e gosto muito do que faço, de
1270 pesquisar e ajudar também as comunidades. Mas, o que eu diria sobre essa questão
1271 da importância da gente pensar essas resoluções, é aqui um exemplo, depois de 20
1272 anos de um território lutando, das comunidades lutando no Vale do Ribeira, a gente
1273 tem uma resolução, o Estado entende, na pandemia, devido à necessidade de se ter
1274 uma soberania alimentar nesses territórios, das comunidades não poderem fazer as
1275 roças, porque tinha todo um processo extenso de pedido de licenciamento para
1276 produzir os seus tipos tradicionais de roça, houve um aumento de flexibilização
1277 através desse SIMA 28. Então, o Estado de São Paulo entende a importância, a
1278 Secretaria do Meio Ambiente, de flexibilizar e das comunidades poderem ter um
1279 processo mais simplificado para o procedimento da roça de Coivara. Ou seja, a gente,
1280 quando quer fazer, acho que enquanto Estado, também pode. E aí, por fim, eu queria
1281 só, para fechar, dizer que é necessário que o debate conceitual, científico, o trabalho
1282 que a gente faz enquanto ativistas do movimento negro, ele esteja também... Só isso,
1283 a gente, sozinhos a gente não garante ferramentas específicas. Então, há
1284 necessidade de a gente pensar, sim, uma resolução que garanta pensar o combate
1285 ao racismo ambiental e às injustiças climáticas, que não foi o caso que eu falei aqui,
1286 porque eu deixei para as minhas amigas. Muito obrigada.

1287 **A SR^a. LETÍCIA LEOBET – GELEDÉS (Instituto da Mulher Negra)** – Muito obrigada.
1288 Quase impossível interromper, porque é sempre muito bom te ouvir falar.

1289 **A SR^a. MAIRA SILVA (Instituto de Referência Negra Peregrum)** - É tanta coisa. Um
1290 pesquisador quilombola sofre, viu?

1291 **A SR^a. LETÍCIA LEOBET – GELEDÉS (Instituto da Mulher Negra)** – E é isso
1292 mesmo. Acho que a primeira coisa que você traz na sua fala é também demonstrar
1293 como o epistemicídio está muito relacionado ao racismo ambiental. Os nossos
1294 saberes, os nossos conhecimentos, a ciência que a gente produz. Então, olhar para
1295 isso também é extremamente importante. Eu, sem mais delongas, vou passar, porque
1296 o nosso tempo está acabando. Eu sou virginiana, viu? Capitu, J. P., eu vou tentar
1297 terminar no tempo. Eu quero chamar a nossa maravilhosa Lídia Lins, companheira de
1298 luta, que é uma mulher negra, cria da favela do Ibura, advogada, mestranda em
1299 desenvolvimento urbano pelo UFPE, ativista pelos direitos humanos e
1300 socioambientais, e é cofundadora e coordenadora do Ibura Mais Cultura e do

1301 Observatório Popular de Injustiças Climáticas. E ela integra também a Rede Vozes
1302 Negras pelo Clima e a Rede por Adaptação Antirracista. A palavra é sua.

1303 **A SR^a. LÍDIA LINS (Rede por Adaptação Antirracista e Pesquisadora)** - Bom dia,
1304 gente. Quase boa tarde já. Eu prometo tentar também ser breve. Eu, primeiro, queria
1305 saudar essa mesa maravilhosa. Eu me sinto muito honrada de estar ao lado de tantas
1306 mulheres incríveis que já nos brindaram aqui com verdadeiras aulas. Acho que a gente
1307 acaba nas nossas falas trazendo muita coisa, se conectando no que a gente quer
1308 trazer, e, às vezes, parece até redundante, mas, pasmem, muitas vezes, o que a gente
1309 está falando sequer é considerado nesses processos de debate. E a gente tem
1310 sempre que ter esse papel de vir aqui, de falar, de pontuar, de bater na tecla em
1311 relação a essas questões que atingem a população negra no Brasil. Por mais que a
1312 gente tenha muitos dados oficiais que tragam essas desigualdades sociais que estão
1313 presentes no Brasil e que todas revelem como essas desigualdades sociais estão
1314 profundamente ligadas às questões raciais, esses dados não são considerados
1315 quando a gente vai aplicar as políticas públicas, pensar, elaborar, enfim. Então, tem
1316 que ser um movimento constante de incidência, tanto na construção da política,
1317 quanto no processo de implementação, quanto no processo também de
1318 acompanhamento e monitoramento dessas políticas, porque, senão, não vai. É o
1319 tempo todo, é uma luta. Então, esse momento hoje, de estar aqui fazendo esse debate
1320 em relação a conceitos, tentando emplacar conceitos que são importantes, essa é
1321 uma estratégia que já vem sendo movimentada por muito tempo pelo movimento
1322 negro. Quando a gente pega a história da constituinte brasileira e vê como os
1323 movimentos negros se mobilizaram naquele momento para emplacar questões que
1324 são fundamentais para a gente hoje, esse é um exemplo histórico, mas em outros
1325 momentos também, a partir de outras estratégias. Que nem sempre são essas aqui
1326 institucionais, porque nem sempre foi nos permitido estar nesses espaços e nesses
1327 lugares institucionais. Então, a gente precisa sempre ir minando o sistema para tentar
1328 estar e tentar emplacar. Então, esse lugar de apatia que muitas vezes é colocado para
1329 as pessoas negras ou as pessoas que estão em vulnerabilidade, e, nesse caso do
1330 debate que a gente está fazendo hoje aqui, climática, é uma falácia muitas vezes,
1331 porque acho que já foi repetido e acho que vou reiterar aqui também que muitas
1332 soluções já estão sendo pensadas e são soluções de estratégias que são ancestrais
1333 e que se renovam a partir desses novos repertórios e dessa sobreposição de

1334 violências que a gente vive hoje com esse processo de mudanças climáticas. Eu não
1335 estou com o controle para passar. Eu tirei dos meus slides inicialmente esse debate
1336 conceitual de racismo ambiental, porque acho que já foi muito falado e trazido esse
1337 contexto do movimento negro dos Estados Unidos, de Chávez, de Benjamin Chávez,
1338 enfim, de Bullard. Como é que chega, mas também como é que isso é incorporado
1339 aqui para o Brasil. Mas, como eu falei também, eu acho que não tem como a gente
1340 fazer esse debate sem ser um pouco, sem entrar tanto e dar densidade e foco a
1341 algumas questões. E eu começo, quero começar falando, a minha fala vai ser muito
1342 também para a gente observar um exemplo prático a partir da minha vivência no meu
1343 território, dessa construção a partir disso, não só nesse lugar de pensar pesquisa ou
1344 dados científicos, mas eu acho que a melhor forma de a gente olhar também para os
1345 conceitos é olhar como isso vai se relacionando na prática. Isso é a melhor forma de
1346 a gente tentar, porque quando a gente quer elaborar conceito, a gente tenta ali
1347 enquadrar e tentar dar conta dessa dimensão que é da realidade. E isso é muito difícil.
1348 Então, por isso que é importante a gente olhar para tantas experiências. Eu vou trazer
1349 a partir da minha experiência, que fala de um território urbano, que fala de uma
1350 periferia no Nordeste brasileiro, mas antes disso, para contextualizar, eu queria falar
1351 um pouco sobre esse processo da construção das cidades, falar um pouco sobre
1352 essas desigualdades socioambientais no Brasil, sociais e socioambientais no Brasil.
1353 Então, esse quadro aqui atrás tem uma série de palavras soltas, mas que vão
1354 revelando um pouco do que foi essa construção histórica do Brasil. Acho que esse
1355 momento de pensar a crise climática é o momento que coloca a gente para refletir
1356 sobre questões que são históricas e que nem sempre a gente quis enfrentar. Mas
1357 agora ou a gente enfrenta ou a gente vai cair mais uma vez em um percurso histórico
1358 criminoso de contribuir com a morte de povos, territórios, enfim, que já são
1359 vulnerabilizados historicamente. Então, no Brasil, o que a gente vivencia hoje como
1360 reflexo e revitimização dos processos a partir da crise climática, ele é fruto de um
1361 passado histórico que não se pode negar, que é do próprio processo de colonização,
1362 que tenta, a todo o tempo, aniquilar a cultura do outro e impor uma cultura que se acha
1363 que é superior dentro dessa perspectiva. A própria lógica do racismo que vai fazer
1364 essa hierarquização de pessoas, de formas de vida, a partir da consideração de que
1365 existe uma raça superior e isso vai se reverberando nas relações sociais. A própria
1366 lógica do patriarcado e não é à toa que as mulheres são mais vulneráveis aos efeitos
1367 das mudanças climáticas e não à toa que são as mulheres negras as mais vulneráveis

1368 no Brasil. Então, isso tudo bebe dessa fonte histórica. A lógica do capitalismo que está
1369 acima de tudo. O lucro de poucos e a desconsideração de toda forma e modo de vida
1370 das pessoas. O imperialismo ecológico que também é elemento fundador do Brasil
1371 que passa por esse processo de colonização não só de corpos e territórios, mas
1372 também da fauna e da flora, de como isso vai sendo incorporado no Brasil a outras
1373 espécies de animais, de plantas, enfim, que não existiam. Ali, já do início, a gente vai
1374 vendo já um processo de desequilíbrio e de quebra com o que estava posto com a
1375 falta de respeito e a essa cosmovisão, esse modo de vida das pessoas que já
1376 habitavam o território e dessas pessoas que foram sequestradas de África para esse
1377 processo de escravidão. E aí, mais recentemente, parte ali do final do século XVIII,
1378 século XIX, a Revolução Industrial, e aí a gente vem para o aquecimento global e
1379 novas formas de exploração, enfim, e no Brasil todas essas outras questões. E eu
1380 acho que cada pessoa aqui da plateia poderia contribuir ainda mais com mais uma
1381 palavra, esse quadro pode ser infinito de coisas do que a gente pode pensar dessas
1382 construções, dessas desigualdades no Brasil. E aí, como eu falei, não vou focar tanto
1383 em falar desse conceito de racismo ambiental e aqui para o Brasil, como é que isso
1384 importa, mas eu queria falar especificamente da própria construção das cidades
1385 brasileiras, já que eu vou falar de centro urbano, já que eu vou falar de periferia. E aí,
1386 a gente vai vendo que essa experiência de vida hoje nas cidades brasileiras, nesses
1387 grandes centros urbanos, coloca a população negra, população pobre, população
1388 indígena, mulheres, moradores de periferia, nesse lugar de violações de direitos
1389 humanos constantes, a falta de acesso a serviços públicos que são básicos no
1390 cotidiano. Então, é moradia precária, é falta de saneamento, é violência racial,
1391 violência de gênero, enfim, desemprego, é um conjunto de problemas que são
1392 enfrentados por essas pessoas que já são historicamente marginalizadas e excluídas.
1393 E aqui, vai refletir nesses dados que eu falei lá inicialmente, que são oficiais, que eu
1394 não trouxe aqui para colocar no quadro, não vou ficar também me apegando tanto a
1395 isso nesse momento, mas que são esses dados que quando a gente vai avaliar, que
1396 vai falar que o número de desemprego sempre vai estar lá a população negra
1397 liderando, analfabetismo, enfim, outros dados que vão contribuir, inclusive, nesse
1398 reflexo em relação à garantia de uma moradia digna, ao acesso à cidade, de que
1399 forma essa pessoa vai viver a cidade, e isso está totalmente interligado. Esses
1400 problemas são fruto de processos de urbanização que foram excludentes. A história
1401 do Brasil desses processos de urbanização, eles foram totalmente excludentes e vão

1402 revelando essas contradições das populações nos espaços urbanos e na formação
1403 da cidade. Quem vai ter direito à terra? Como é que esse processo da cidade, como
1404 é que essa cidade vai ser disputada? Quem está disputando essas cidades? De que
1405 forma esses espaços vão ser ocupados e utilizados? Enfim, e para Harvey, a
1406 urbanização sempre foi um fenômeno de classes, onde os excedentes são extraídos
1407 de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre o seu uso geralmente está na
1408 mão de poucos. Então, a cidade, de fato, ela é para poucos. O controle da cidade,
1409 ditar os rumos da cidade, ela é para poucos. Não existe essa participação. E aí é no
1410 século XX que a gente começa esse processo de urbanização no Brasil mais
1411 acelerado, seguindo essas tendências internacionais, com forte influência desse
1412 processo de industrialização e da promessa de desenvolvimento e modernização
1413 dentro da história do Brasil. E aí eu acho que é muito o que Lê falou e trouxe sobre
1414 essa lógica da gente estar discutindo e implicando e observando o que é essa lógica
1415 do desenvolvimento que trouxe a gente até aqui. E o Brasil também passa por esse
1416 processo e continua também nesse processo. Então, o que é que mede que um país
1417 é desenvolvido ou não? Mas de que forma isso é sentido pelas pessoas que estão
1418 nesses territórios? Essa lógica de desenvolvimento. E aí é ali, entre a década 40 e 70,
1419 que a gente vai ter esse grande processo de êxito rural e essa explosão. E a gente
1420 vai estar ali já na década de 70 com 55% da população morando nos grandes centros
1421 urbanos e em 2010 a gente atinge essa marca de 84%. Então, a grande parte da
1422 população brasileira está nesses centros urbanos. Mas, para o contexto brasileiro, é
1423 fundamental a gente salientar um elemento que é basilar nessas relações sociais do
1424 país, sobretudo nesse período do pós-abolição formal da escravidão, que é o racismo
1425 que estrutura as relações sociais. E é bom sempre afirmar, e eu acho que é isso o
1426 papel da gente, de estar sempre trazendo esse elemento para a discussão, porque
1427 muitas vezes, a análise em relação ao processo de construção de cidades ou qualquer
1428 outra questão que envolva essas relações sociais, elas não vão considerando esse
1429 elemento racial. Então, no Brasil, não tem como falar também do processo das
1430 construções das cidades sem falar sobre o racismo e de que forma as pessoas vão
1431 acessando essa cidade. E aí, [ininteligível] fala que, com a abolição da escravidão,
1432 em 1888, o Estado brasileiro não ofereceu nenhum tipo de reparação política de
1433 integração para a população negra liberta. Pelo contrário, foram excluídos do acesso
1434 à terra, à habitação, ao trabalho formal e à cidadania. Enquanto o espaço urbano foi
1435 sendo estruturado para atender os interesses das elites brancas e do capital. E aí, a

1436 gente vai ter Abdias Nascimento falando, a gente vai ter Lélia, a gente vai ter Dona
1437 Sueli Carneiro falando, enfim, grandes referências para o movimento negro brasileiro
1438 sobre esse processo de construção da cidade. Abdias fala que a cidade brasileira, em
1439 sua maioria, foi construída sobre a exclusão do negro, relegando aos espaços
1440 periféricos e marginalizados, onde as condições de vida são precárias e a cidadania
1441 é cerceada. Então, sempre esse lugar de quem é o cidadão, de que forma a gente
1442 exerce essa cidadania e de que forma a gente habita essa cidade. Isso lá no genocídio
1443 do negro brasileiro. Lélia Gonzalez, um dos seus escritos que está lá, que está lá
1444 dentro do compilado de escritos dela no livro para Feminismo afro-latino-americano,
1445 ela fala que a cidade, enquanto espaço de poder, reflete as relações de dominação,
1446 onde a população negra é constantemente excluída dos centros decisórios, eu estou
1447 tentando ler, mas está longe para mim, e relegada às margens da sociedade. E Dona
1448 Sueli Carneiro vai falar também que a estrutura urbana brasileira é uma estrutura de
1449 desigualdade racial. A geografia das cidades revela o apartheid à brasileira, onde os
1450 negros são sistematicamente apartados das centralidades, do prestígio e da
1451 segurança. Então, trouxe essas grandes referências, mas a gente pode ter várias
1452 outras que estão falando e que também vão trazer essa lógica do que é o racismo
1453 ambiental, talvez não nas palavras de racismo ambiental, mas falam também desses
1454 processos de acesso aos espaços e aos territórios. E aí, no contexto atual, a gente
1455 vê, e a gente tem esse dado mais recente do IBGE, que nas favelas vivem cerca de
1456 16,4 milhões de brasileiros, e que dentro desses 72,9% são pretos ou pardos, e
1457 apenas 26,6% que são brancos. Dados que falam de uma realidade que a gente já
1458 conhece na pele de quem está no chão desses territórios, de quem está construindo,
1459 de quem está movimentando nesses lugares. A partir dessa análise dos dados do
1460 IBGE, a [ininteligível] dos Direitos Humanos fala desse censo e traz como pessoas
1461 pretas, pardas, indígenas, são as mais vulneráveis aos impactos ambientais, como
1462 calor extremo, chuva forte, alagamentos e deslizamentos, devido à ausência da
1463 infraestrutura básica e do planejamento urbano adequado. E ainda, segundo o IBGE
1464 2022, tem esses dados todos sobre esgotamento sanitário, quantas pessoas brancas
1465 acessam, quantas pessoas negras, e esses dados regionais, como o norte do país ele
1466 está abaixo das outras regiões. E aí eu vou trazer agora um caso concreto ao olhar
1467 do Ibura, mas trouxe todo esse histórico em relação às cidades e à construção da
1468 cidade para endossar um pouco essa fala em relação ao território do Ibura, que
1469 também está dentro do centro urbano. A gente estava falando do processo lá no início,

1470 do processo de urbanização das cidades brasileiras e no próprio Recife, ali na década
1471 de 40, começa uma campanha contra os mocambos. Então, a gente está falando
1472 desse êxodo rural para os centros urbanos, ali no século XX, as pessoas na busca de
1473 melhores qualidades de vida, enfim, Recife por ser capital, tem esse processo de
1474 imigração muito forte, mas ali também começa uma verdadeira guerra empreendida
1475 pelo poder público, contra essas pessoas e esses tipos de habitação dentro de Recife.
1476 E o Ibura, eu vou trazer alguns dados mais históricos em relação ao bairro, também
1477 começa ali sua povoação mais intensificamente no final do século XX. No século XIX,
1478 perdão. Existia um engenho, que era o engenho Ibura dentro do território, isso é muito
1479 comum em outros espaços, e ali, ao redor desse engenho, começa esse processo de
1480 assentamento das pessoas, enfim, começa esse povoado. Isso é a parte baixa do
1481 território. Na década de 60 e 70, com as grandes cheias que a gente vai ter em Recife,
1482 mas junto também essas políticas de gentrificação dos espaços urbanos no centro da
1483 cidade, as pessoas começam a migrar para esse território, muito fugindo das cheias
1484 também. Mas, geograficamente, o Ibura é um território que é composto por grandes
1485 áreas de morro. Toda a geografia física do território é composta por áreas de morros
1486 e áreas de alagados. Então, as pessoas saem ali dos grandes centros de Recife, que
1487 são áreas mais baixas, áreas de alagado, e vão se abrigar nos morros. A gente tem
1488 um estudo de uma organização da sociedade civil lá, que atua dentro também do
1489 território do Ibura, uma organização de Recife, que é a Etapas, que fez um estudo ali
1490 na década de 60 e conta um pouco da história também do povoamento dessas áreas
1491 mais altas do Ibura, que é a área COHAB, e fala muito sobre como as pessoas foram
1492 das áreas dos morros, das áreas de alagados, para os morros, buscando esse
1493 processo de uma nova moradia, de uma reconstrução de vida. Esse território também
1494 sofre com essa questão dessa vulnerabilidade, que é de estar no território limítrofe,
1495 fazendo divisa entre dois municípios, o que deixa as pessoas que moram justamente
1496 na divisa desse bairro desassistidas nesse processo de eventos climáticos extremos.
1497 Isso eu vou falar um pouquinho mais na frente, mas em 2022 foi algo que foi recorrente
1498 e que até hoje há conflitos para a resolução disso. Então, esse é o perfil
1499 socioeconômico do bairro, é um bairro majoritariamente de mulheres, é um bairro
1500 composto por mais 60% dessa população de pessoas negras, o que revela um pouco
1501 desse reflexo e desse perfil de como esse bairro é ocupado. E dessa lógica do
1502 raciocínio ambiental também. Pessoas negras majoritariamente habitam esse bairro.
1503 E essa média de pessoas que moram por domicílio e a renda mais ou menos mínima

1504 de R\$ 1.182 reais por mês. Esses dados são de 2010, porque a gente não teve acesso
1505 ainda ao Censo 2022, mas esses são os dados oficiais que a gente tem e que refletem
1506 um pouco dessa organização do bairro. Esse era um vídeo, mas eu não sei se dá para
1507 ver, porque não sei se você baixou e projetou ou está projetando online. Está em PDF,
1508 então não tem como ver. Eu não sei se vocês conseguem ver a imagem, mas essa é
1509 uma grande encosta do território. O vídeo daria uma dimensão maior para a gente ver
1510 melhor como é um pouco da geografia desse território, mas isso não representa nem
1511 1% do território, porque a gente tem várias outras áreas de encostas como essa, mas
1512 era só para a gente simbolizar um pouco como é que é esse processo, essa geografia
1513 física desse território. E, a partir do mapa da análise de riscos e vulnerabilidades
1514 climáticas da Prefeitura do Recife 2019, esse é o mapa de vulnerabilidades climáticas
1515 do Ibura. Do Ibura não, do Recife. Esse é o Recife como um todo. Mas eu vou dar
1516 destaque ao território do Ibura, que é esse caso que eu estou trazendo aqui para
1517 vocês. Então, na primeira imagem de lá, do deslizamento de encostas, vocês veem
1518 que lá na ponta do mapa a quantidade de pontos vermelhos de calor é bem grande.
1519 Aqui e em cima, zona norte e zona sul. O Ibura está nessa parte de baixo, na RPA 6,
1520 e é justamente esses dois, o Ibura e a parte que é COHAB, esse final do mapa, essa
1521 intersecção do mapa. Então, mostrando que a vulnerabilidade maior de deslizamento
1522 de encostas, transmissão de doenças e ondas de calor também, mas isso é um dado
1523 mais espalhado por toda a cidade. E aí, para onde eu quero chegar, que é nesse
1524 evento climático extremo de 2022. A gente tem alguns dados oficiais, vai ter 132
1525 mortes, 133, esse eu peguei da agência da Câmara dos Deputados, que foram 140
1526 mortes em Pernambuco como um todo, no estado de Pernambuco, nesse evento
1527 climático extremo de 2022, que eu não sei se muitos de vocês lembram ou se tiveram
1528 conhecimento, porque também não teve tanta repercussão nacional quanto outros
1529 eventos climáticos extremos que aconteceram em outras regiões do país. Enfim,
1530 então, é importante salientar, porque também é algo sobre desigualdades regionais,
1531 inclusive como a gente vai tratar as respostas em relação aos eventos climáticos
1532 extremos. Mas foi um evento que aconteceu em 2022, a gente teve 140 mortes, cerca
1533 aí, em todo o estado, e mais de 122 mil pessoas desalojadas. Foram 168 mil casas
1534 danificadas e 3 mil casas destruídas completamente, isso em um dado geral. Mas
1535 quando a gente olha para o bairro do Ibura, a gente vê que o Ibura concentrou o maior
1536 percentual de mortes nesse evento climático extremo de 2022. Foram 48 mortes, que
1537 representa aí 34% das mortes totais em todos os estados. Nesse mesmo ano, foram

1538 213 deslizamentos que ocorreram dentro do território, a partir dos dados oficiais da
1539 Prefeitura do Recife, na parte que é COHAB, 29 na parte que é Ibura, e aí, só para
1540 voltar um pouco para quem não é de Recife, para quem não é do bairro também, para
1541 quem não conhece a realidade, em 88 teve uma lei municipal que dividiu o bairro.
1542 Então, a parte de baixo ficou Ibura e a parte que era Ibura de cima ficou COHAB.
1543 Politicamente, a gente reivindica o território como Ibura, porque essa lei municipal não
1544 foi feita com consulta, enfim, e sequer muitas pessoas sabem, inclusive, que moram
1545 na COHAB. Se você perguntar a qualquer morador do bairro do Ibura, que tem na
1546 parte do COHAB, vai dizer que mora no Ibura, porque há um processo de identificação
1547 com o território. Então, a gente sempre leva em consideração os dados Ibura e
1548 COHAB. Então, foi um total de 242 deslizamentos de barreira em todo o território em
1549 2022. Nova Descoberta teve 219 e Passarinho teve 171, que ficam na Zona Norte de
1550 Recife. Então, além dessas mortes, tem dados que são invisíveis. Esse processo, vou
1551 tentar acelerar, porque a gente já deu a hora, e que acho que Maira falou bem, que
1552 muitas vezes não aparecem nos dados e não são considerados quando a gente vai
1553 olhar esses processos dos eventos climáticos extremos. Então, por exemplo, o nível
1554 do estresse pós-traumático, as doenças que foram desenvolvidas, a contabilização
1555 em relação a quantas pessoas foram feridas também nesse processo, enfim. E todos
1556 os outros impactos que foram recorrentes desse evento climático extremo. Esse
1557 processo, por exemplo, de imigração dentro do bairro, ele foi e ainda é muito forte,
1558 desde 2022, porque muitas pessoas tiveram que sair da sua casa nos anos seguintes,
1559 porque estavam, porque o evento climático extremo de 2022 deixou ainda mais
1560 vulneráveis os riscos de deslizamento. E aí, a gente chega nesse ponto de falar de
1561 justiça climática. Eu falei do racismo ambiental, e trazendo esse caso concreto, do
1562 bairro do Ibura, porque, como vocês acompanharam aqui, é um bairro
1563 majoritariamente negro, é um bairro que fica na periferia da zona sul do Recife, é um
1564 bairro, inclusive, que fica muito perto do bairro de Boa Viagem, que é um bairro nobre,
1565 em Recife, que em 2022 não sofreu com as mesmas consequências do que foi esse
1566 evento climático extremo para o Ibura, enfim, passou ali desapercebido dentro desses
1567 impactos. O 28 de maio foi só mais um dia de ficar em casa, de fazer um home office
1568 para a população majoritariamente do bairro de Boa Viagem, que é composta
1569 majoritariamente de pessoas brancas, etc. Enquanto para o Ibura foi essa catástrofe
1570 que ficou marcada diretamente no processo imaginário coletivo desse bairro, que
1571 sofre até hoje com essas consequências. E aí, entrando um pouco nessa questão da

1572 justiça climática, é um conceito que, embora não definido, tem sido pautado pelos
1573 movimentos sociais e socioambientais de todo o mundo, que apontam que a crise
1574 climática não é algo isolado ao contexto ambiental, a esse contexto das mudanças
1575 climáticas em si, da mudança da temperatura da Terra. É algo que a gente precisa
1576 refletir em relação às próprias desigualdades. A gente fala de justiça ambiental, mas
1577 traz justiça climática como um paradoxo dessa perspectiva da justiça ambiental, mas
1578 pensando que justiça climática está para além da gente pensar nessa perspectiva
1579 conservacionista. Está nessa lógica da gente pensar também nesses impactos que
1580 são sociais também e que são construídos a partir dessas desigualdades. E, para a
1581 gente que tem construído o movimento negro e pautado esse movimento territorial de
1582 base, a gente tem também implicado e falado da justiça climática e da justiça racial
1583 como face da mesma moeda. A justiça climática seria esse instrumento de evitar e de
1584 combater os efeitos do racismo ambiental, mas, para a gente, isso não tem sentido se
1585 não estiver amparado também na lógica da justiça racial. Então, não existe justiça
1586 climática sem justiça racial. E a justiça racial, como esse instrumento norteador para
1587 a eliminação das desigualdades estruturais e estruturantes da nossa sociedade,
1588 baseadas na raça, sobre reparação histórica, garantia de igualdade de direitos e
1589 oportunidades para as pessoas que são racializadas que a professora Angela também
1590 falou aqui no início sobre essa necessidade do debate em relação à justiça racial e à
1591 reparação histórica, dentro de todo esse contexto. Eu, só para fechar, não vou me
1592 estender, mas eu queria falar um pouco do que foi o processo de elaboração inclusive
1593 do conceito de adaptação climática a partir da experiência da rede por adaptação
1594 antirracista. Eu não queria terminar sem falar disso, porque eu acho que a elaboração
1595 do conceito de adaptação antirracista, nesse momento que a gente vive, que é de
1596 disputa também de conceitos sobre o que é adaptação, porque também não está
1597 posto, não está dado, existe uma grande disputa, inclusive no cenário internacional,
1598 do que é adaptação, foi feito um esforço muito grande da gente fazer esse processo,
1599 que é o que também tem sido proposto aqui, que é de pensar em um conceito de
1600 justiça climática e justiça racial a partir de uma normativa, porque é preciso que a
1601 gente também esteja amparado a partir das normativas para que a gente consiga
1602 buscar concretude nesse processo de enfrentamento ao racismo ambiental e aos
1603 efeitos das mudanças climáticas nesses territórios racializados no Brasil. E aí essa
1604 experiência parte muito desse lugar de quem tem esse direito de imaginar futuros, de
1605 que pessoas que a gente está falando e de que forma as pessoas pensam o futuro e

1606 quem é que tem esse direito de pensar futuro aqui no Brasil. E aí o conceito, como
1607 está posto pelo painel intergovernamental sobre mudança climática da ONU em
1608 relação às mudanças, à adaptação climática, fala desse ajuste nos sistemas humanos
1609 e naturais e reposta à variação climática presente ou futura com o objetivo de
1610 minimizar os danos ao esperar oportunidades benéficas. Óbvio, não é? A gente sabe
1611 que o IPCC é um órgão que conflui com vários outros pesquisadores de várias
1612 nacionalidades e quando a gente fala de governança climática internacional a gente
1613 pensa do ponto de vista global, mas é necessário a gente disputar aqui no Brasil esse
1614 conceito, de que forma isso vai ser aplicado. Então, a partir desse esforço, que é um
1615 esforço também, que é de uma somatória histórica desse processo de debater
1616 racismo ambiental, a rede por adaptação antirracista, que é composta por mais de 50
1617 organizações da sociedade civil, que muitas, inclusive, estão aqui e que fazem esse
1618 processo de incidência constante a partir dessa elaboração desse conceito. Em julho
1619 de 2024, a partir de um acúmulo também que havia sido construído desde 2023, a
1620 partir dos debates em relação a mudança climática e esse processo da elaboração do
1621 plano clima também aqui no Brasil, emplaca esse conceito, a partir de um processo
1622 de uma revisão sistemática, de um debate, emplaca esse conceito sobre adaptação
1623 antirracista. E esse conceito, ele vai trazer e vai englobar elementos que vão falar do
1624 enfrentamento às desigualdades que são raciais, que são de gênero, que são
1625 geracionais, que são sociais e que também são territoriais, a partir desse conjunto de
1626 políticas públicas que devem ser estruturantes, interseccionais e intersetoriais. Essas
1627 políticas, elas devem ter como foco assegurar o bem-viver, a proteção de vidas
1628 vulnerabilizadas e a conservação dos biomas através de medidas estruturais e
1629 emergenciais. Eu não vou ler todo o conceito, está aí exposto, enfim, e vocês podem
1630 ir lendo. Eu vi que algumas pessoas também estão fazendo o registro, mas o que eu
1631 queria deixar de foco para finalizar é que, veja, que o esforço que foi feito não foi
1632 pensando só no contexto que a gente vive agora. É um contexto que foi um esforço
1633 empreendido em olhar para todas as desigualdades que a gente vem denunciando
1634 que são históricas no Brasil e de entender que a gente não vai conseguir avançar,
1635 sobretudo pensando nas políticas climáticas, partindo desse contexto do agora. É
1636 preciso que a gente invista, sobretudo no Brasil, nesse país de grandes
1637 desigualdades, em questões que estruturaram nossa sociedade e que refletem
1638 diretamente no que a gente vivencia hoje a partir da crise climática e dos efeitos dos
1639 eventos climáticos extremos nesses territórios. Então, vejam, acho, e para finalizar,

1640 tentando concluir aqui meu pensamento, o esforço que a gente faz hoje, o que a gente
1641 tenta sensibilizar aqui, os diversos atores que estão aqui presentes, governo,
1642 sociedade civil, enfim, é de que a gente precisa ter conceitos que eles consigam
1643 abracing essas especificidades sociais e desconsiderar essas desigualdades. Que
1644 essas normativas possam ir de encontro diretamente para pensar em soluções
1645 práticas para enfrentar isso no cotidiano, no chão dos territórios. Então, esse é um
1646 papel que precisa ser feito e que também precisa ser enfrentado aqui pelo CONAMA.
1647 Então, agradeço esse espaço, fico muito feliz e honrada mais uma vez em ter dividido
1648 mesa com essas grandes mulheres aqui e espero ter contribuído para o debate.

1649 **A SRA. LETÍCIA LEOBET – GELEDÉS (Instituto da Mulher Negra)** - Muito obrigada.
1650 A gente passou um pouquinho do tempo, mas eu acho que faz todo o sentido. Eu
1651 gostaria muitíssimo de agradecer, parabenizar mais uma vez a organização desse
1652 evento. Acho que tem uma coisa que eu queria demarcar, que ficou muito latente, que
1653 foi a importância da estrutura da construção dessa mesa, em que a Angela traz todo
1654 esse panorama para a gente e, na sequência, a gente tem a oportunidade de ouvir
1655 experiências mais conectadas a comunidades quilombolas, depois a gente tem a
1656 oportunidade de ouvir experiências mais conectadas às periferias e isso simboliza a
1657 diversidade que a população negra é no Brasil. Acho que isso é extremamente
1658 importante também para orientar as políticas públicas. Nós somos 56% da população
1659 e não somos homogêneos. Somos diversas, estamos nos terreiros, nos quilombos,
1660 nas periferias. Então, acho que isso precisa ser respeitado. Mais uma vez, muito
1661 obrigada e até a próxima mesa.

1662 **A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA)** - Doutoras
1663 Maira, Letícia, Angela, Lídia, muito obrigada pela grandiosidade da mesa, essa mesa
1664 feminina e super racializada. Fico muito feliz, honrada e emocionada em poder
1665 aprender com vocês. Acho que falo em nome de todo mundo também. Eu estive há
1666 pouco acompanhando alguns dos comentários de quem tem nos acompanhado pelo
1667 YouTube e todo mundo também está muito encantado com as aulas que vocês deram.
1668 Isso me lembra muito o Nego Bispo que dizia que um rio não deixa de ser ele mesmo
1669 quando ele encontra outro rio, pelo contrário. Eles se juntam e esse rio tem ali na sua
1670 essência ele e outro rio, juntos. E essa confluência de saberes que tem, que dá a
1671 grandiosidade que vocês trouxeram para essa mesa. Então, parabéns e muito

1672 obrigada. E agora a gente segue para uma pausa de uma hora de almoço. A gente
1673 tem o restaurante lá na entrada. O coffee também vai estar disponível para todos e
1674 todas. Uma e 15 a gente volta para dar continuidade aos nossos debates. Está bem?
1675 Obrigada.

1676 **Tarde:**

1677 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Pessoal, vamos retomar aí
1678 a nossa programação, o nosso seminário Justiça Climática e Racismo Ambiental.
1679 Espero que tenham se alimentado bem, tanto das palavras da manhã, que foram
1680 realmente maravilhosas, quanto também da refeição. A gente vai ter um momento de
1681 tarde agora até às 5 da tarde, a gente começa com um painel aqui, que se chama
1682 Justiça Climática e Racismo Ambiental. A legislação, onde a gente quer justamente
1683 se aprofundar. Começamos da manhã com um aprofundamento sobre os conceitos,
1684 as premissas de estudo. Também tivemos uma ótima fala de abertura, é uma palestra
1685 magna ali, do ministro Herman Benjamin, falando sobre a necessidade de tratar esse
1686 tema, de olhar para o nosso arcabouço legal para isso também, e o papel do Conama
1687 dentro dessa perspectiva. E agora a gente entra também no debate sobre a legislação
1688 em si, como que os atos normativos podem se contribuir para esses temas. Então,
1689 para isso, a gente gostaria de começar a convidar os panelistas para compor a mesa,
1690 começando para quem vai participar online aqui, que é o senhor Ciro Brito, professor
1691 da FGV de Direito. Espero que ele apareça aí já na tela. Então, vamos chamando os
1692 próximos.

1693 **A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA)** - A senhora
1694 Thalita Verônica Gonçalves e Silva, defensora pública.

1695 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – O senhor Guilherme
1696 Tampieri, assessor da deputada federal Duda Salabert.

1697 **A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA)** - A senhora
1698 Keka Bagno, coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da CLDF.

1699 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – E o nosso mediador aqui
1700 dessa mesa, que é o senhor Ricardo Barroso, da CONJUR do Ministério do Meio
1701 Ambiente. Agora o senhor Ciro está na tela também. Um aplauso aí para o Ciro. Bem-

1702 vindo, Ciro.

1703 **O SR. RICARDO BARROSO (Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente**
1704 - MMA) – Boa tarde a todos. Queria dar início a essa mesa, o início dessa tarde do
1705 nosso seminário Justiça Climática e Racismo Ambiental, Construção dos Conceitos e
1706 Políticas no Brasil. Então, inicialmente, cumprimentar aqui os membros, os integrantes
1707 da mesa, a satisfação minha de poder mediar essa mesa imensa, em um momento
1708 tão profícuo da pauta ambiental, quando relacionada especialmente ao tema da
1709 Justiça Climática. Cumprimentar ao Ciro também, que nos acompanha online, deve
1710 nos brindar com uma fala. Só registrando, já vi palestras do Ciro em outros momentos,
1711 certamente será um acréscimo importante aqui para o nosso encontro. Antes de
1712 passar a palavra ao primeiro palestrante, queria fazer só uma pequena observação.
1713 Nós estamos tratando de um tema de fundamental importância, que está
1714 intrinsecamente ligado à efetivação de direitos humanos, em um país onde o tema da
1715 desigualdade é um aspecto central e crônico. Então, a Justiça Climática nos traz um
1716 colorido especial no que se refere à realização desses direitos fundamentais,
1717 combatendo as vulnerabilidades, aqueles vulnerabilizados que são muitas vezes
1718 esquecidos, ou impactados de maneira mais grave por atividades humanas que
1719 produzem alteração da natureza. Como a nossa temática nesta mesa está centrada,
1720 orientada, ao aspecto da legislação a respeito de Justiça Climática, o que eu posso
1721 dizer de início, e tentar provocar também os palestrantes, a respeito da nossa carência
1722 de um aparato normativo mais profundo e apropriado para lidar com o combate, com
1723 o avanço na realização de direitos em relação a esse ambiente desafiador das
1724 mudanças do clima. Eu preciso registrar que nós temos no ordenamento jurídico, a
1725 partir de uma análise mais superficial, alguns atos normativos que dialogam com a
1726 Justiça Climática. Eu poderia mencionar aqui o Decreto 11.417, que cria a própria
1727 Câmara Técnica de Justiça Climática, no CONAMA, mas também o Decreto 11.786,
1728 de 2023, que estabelece a Política de Gestão Territorial Ambiental, quilombola, que
1729 traz também elementos que dialogam com Justiça Climática, e a Lei 14.904, que trata
1730 do Plano de Adaptação da Mudança do Clima. Então, nós temos ainda algumas
1731 previsões normativas incipientes, eu diria, mas o tema é candente, o tema é
1732 fundamental, é muito importante, e é por isso que, sem mais delongas, afinal, vim aqui
1733 apenas apoiar e assistir também à palestra dos nossos convidados, eu queria
1734 inicialmente passar a palavra ao professor Ciro Brito, se já estivermos tecnicamente

1735 aptos aí a iniciar a palestra. Ciro, você está me ouvindo?

1736 **O SR. CIRO BRITO (Advogado e representante do Instituto Socioambiental - ISA)**

1737 – Estou escutando, sim. Você consegue me escutar no auditório?

1738 **O SR. RICARDO BARROSO (Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente**

1739 - MMA) – Sim, estamos te ouvindo e acredito, estamos te... A imagem agora falhou

1740 um pouco.

1741 **O SR. CIRO BRITO (Advogado e representante do Instituto Socioambiental - ISA)**

1742 – Eu estou aqui conseguindo ver vocês bem. Não sei se a minha conexão está tão

1743 boa, mas se conseguem me ouvir, fico feliz.

1744 **O SR. RICARDO BARROSO (Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente**

1745 - MMA) – Perfeito.

1746 **O SR. CIRO BRITO (Advogado e representante do Instituto Socioambiental - ISA)**

1747 – Eu mandei uma apresentação para a organização do evento, não sei se eles

1748 conseguem passar por aí ou passar por aqui, mas aqui eu não estou habilitado para

1749 compartilhar.

1750 **O SR. RICARDO BARROSO (Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente**

1751 - MMA) – Eu acho que o desafio é esse aqui, Ciro, a gente está tentando apresentar

1752 aqui, disponibilizar a tua apresentação. Você compartilhou?

1753 **O SR. CIRO BRITO (Advogado e representante do Instituto Socioambiental - ISA)**

1754 – Não tem prejuízo, eu posso fazer sem apresentação, e depois, se for o caso, a gente

1755 compartilha por e-mail com todo mundo.

1756 **O SR. RICARDO BARROSO (Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente**

1757 - MMA) – É possível aumentar o som também da fala do Ciro?

1758 **O SR. CIRO BRITO (Advogado e representante do Instituto Socioambiental - ISA)**

1759 – Como eu estou com fone de ouvido, talvez por isso esteja um pouco mais baixo.

1760 **O SR. RICARDO BARROSO (Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente**

1761 - MMA) – Mas acho que dá para a gente te ouvir, sim.

- 1762 **O SR. CIRO BRITO (Advogado e representante do Instituto Socioambiental - ISA)**
1763 – Me diga quando eu posso começar.
- 1764 **O SR. RICARDO BARROSO (Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente**
1765 - **MMA**) – Isso. A sua apresentação já está sendo compartilhada.
- 1766 **O SR. CIRO BRITO (Advogado e representante do Instituto Socioambiental - ISA)**
1767 – Ótimo.
- 1768 **O SR. RICARDO BARROSO (Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente**
1769 - **MMA**) – Então, a passagem dos slides vai ficar com ele ou aqui conosco? Aqui.
1770 Então, Ciro, você pode sinalizar toda vez que precisar, está bom? Passar a imagem.
1771 Agora, o que está aparecendo aí é apenas a apresentação do seu slide. Bom, antes
1772 de te passar, só vou fazer uma pequena apresentação. Ciro é advogado, analista
1773 sênior de políticas climáticas do Instituto Socioambiental, o ISA, não sei se ainda é,
1774 mas consta como vice-presidente do Conselho do Centro Brasileiro de Justiça
1775 Climática, um palestrante assíduo na temática da justiça climática. Ciro, passo a
1776 palavra a você. Você tem o tempo de sete minutos para poder fazer suas
1777 considerações.
- 1778 **O SR. CIRO BRITO (Advogado e representante do Instituto Socioambiental - ISA)**
1779 – Obrigado, doutor Ricardo. Uma satisfação poder encontrá-lo novamente. Saúdo os
1780 demais membros da mesa em nome da doutora Thalita, que está aí do seu lado,
1781 também uma colega amiga, querida, que trabalha nesse tema também. Bom, fiz uma
1782 apresentação aqui debatendo inicialmente a própria questão dos conceitos de justiça
1783 climática, conceitos jurídicos, então, primeiro a literatura jurídica, depois falando sobre
1784 legislação, além das que você já pontuou inicialmente, e um pouco de propostas
1785 legislativas. Então, como o tempo é curto, eu vou iniciar aqui falando um pouco desses
1786 conceitos jurídicos. Eu queria trazer um entendimento do doutor Diego Pereira, que é
1787 AGU, e doutor de direito pela UNB e doutor Thiago Amparo, que é professor de Direito
1788 Nacional da AGV, que ele entende que o combate à justiça climática é um chamado
1789 para debater raça. Aí você pode colocar aí no slide 3, quem está fazendo a
1790 [ininteligível] dos slides. Então, ele entende que o debate de justiça climática é um
1791 debate para chamar a sociedade e o poder público para combater raça. Porque
1792 quando a gente olha para as pessoas mais vulnerabilizadas, que estão sofrendo mais

1793 os impactos das mudanças climáticas, a gente vai ver que elas são majoritariamente
1794 racializadas, mulheres, crianças, e povos indígenas e povos e comunidades
1795 tradicionais. E a gente não tem uma lei específica que trate do tema do racismo
1796 ambiental que está completamente atrelado. Então, quando a gente fala também de
1797 justiça climática, é importante falar do tema do racismo ambiental juntos, e quando a
1798 gente olha para a questão da legislação, também não visualiza uma legislação em
1799 relação à questão do racismo ambiental. Pode passar. O conceito de racismo
1800 ambiental, ele é dado como um conceito que é originalmente construído a partir dos
1801 Estados Unidos. Benjamin Chaves, James... Que é quando... 75% dos lixões tóxicos,
1802 dos lixos tóxicos nos Estados Unidos, estavam sendo direcionados a comunidades
1803 racializadas, comunidades negras. E aí ele entendeu que isso era um sinal do conceito
1804 de racismo ambiental. No Brasil, várias pessoas que vêm pesquisando esse tema,
1805 dizem que a gente pode considerar que o racismo ambiental, ele começa inclusive na
1806 nossa colonização. Mas o fato é que o racismo ambiental está atrelado diretamente a
1807 impactos ambientais desproporcionais em diferentes territórios, onde os territórios
1808 majoritariamente racializados são aqueles que vem enfrentando impactos ambientais
1809 mais graves também. E aí, consequentemente, os impactos climáticos. Então...
1810 Político é de que há sim suporte para poder...

1811 **O SR. RICARDO BARROSO (Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente**
1812 - MMA) – Ciro, Ciro, me ouve?

1813 **O SR. CIRO BRITO (Advogado e representante do Instituto Socioambiental - ISA)**
1814 – Ouço.

1815 **O SR. RICARDO BARROSO (Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente**
1816 - MMA) – O teu áudio falhou um pouco, se você puder repetir a última frase.

1817 **O SR. CIRO BRITO (Advogado e representante do Instituto Socioambiental - ISA)**
1818 – Bom, perdão. O que eu estava dizendo é que, apesar da gente não ter uma
1819 legislação específica que trate sobre a questão do racismo ambiental, nós temos o
1820 entendimento de que tem uma base constitucional para tratar desse tema. Então,
1821 passando aqui já para o slide 5, eu trago ali alguns artigos da Constituição que dão
1822 base para a gente avançar na questão do racismo ambiental que está atrelado à
1823 justiça climática. Então, o primeiro artigo, o primeiro, fala sobre a dignidade da pessoa

humana. Então, é o dever do Estado construir e fortalecer uma sociedade que seja justa, igualitária e que não tenha uma discriminação. O artigo 5º também, que vai falar sobre o dever de combater todas as formas de discriminação. E o artigo 225, que é o nosso artigo do meio ambiente ecologicamente equilibrado para as atuais e futuras gerações. Pode passar também, agora estamos no slide 6, e a gente chega nesse conceito de justiça climática e a gente pode entender como uma forma de diminuir desigualdades na medida que maneja a redução de vulnerabilidades dentro de um contexto ambiental. Então, o que nós estamos entendendo pela justiça climática, exatamente, é justamente essa chave conceitual que vai tentar avançar na diminuição dessas vulnerabilidades que são agravadas pelo clima. Pode passar. E aí, diretamente relacionado, é a discussão sobre políticas públicas e desastres. Os desastres climáticos estão dentro das regras de adaptação climática. Então, nesse segundo momento da minha fala, eu quero ir para a parte de legislação. Pode passar. Então, a gente fez um levantamento, os pesquisadores fazem um levantamento a partir de palavras-chave sobre legislação e o cenário que nós temos é o seguinte. Pode passar... Quando a gente busca, a partir da perspectiva interseccional, ou seja, incluindo gênero e raça, a gente vai ver esse cenário bem ali. Então, a gente tem algumas palavras-chaves, como baixa renda, comunidade negra, criança, etc. E aí, a gente vai conseguir verificar que alguns Estados vão ter legislações específicas a essa questão. Agora, não necessariamente essas legislações estão conectadas com a justiça climática. Pode passar. Bom, e de um panorama que a gente encontra aqui, para especificamente do tema justiça climática, a gente verifica oito normas, sejam elas normas da União, normas estaduais ou normas municipais. Pode passar. As normas que a gente encontra como sendo federais são dois decretos que dizem respeito ao Acordo de Paris e o seu preâmbulo trata de tema de justiça climática. São os decretos 9.073 de 2017 e o decreto legislativo 140 de 2016. Pode passar. Além disso, a gente encontra as normas estaduais também. As duas que são verificadas são do Estado do Pará. Pode passar. Que é uma lei ordinária e um decreto. A lei que fala da política estadual sobre as mudanças climáticas do Pará e aí menciona a justiça climática e traz um conceito de justiça climática. E além disso, desse conceito que ela traz no seu artigo terceiro, inciso XVI, ela também fala no artigo 5º dos seus objetivos, ela também cita no inciso XI a questão da justiça climática. E o decreto 344 de 2019, ele institui a política de atuação integrada de territórios sustentáveis e cria um grupo de trabalho para a construção das estruturas e operacionalização da política. Então,

1858 também o decreto estadual. Pode passar. E aí também temos normas municipais que
1859 foram verificadas. Duas em Piracicaba e duas no Rio de Janeiro. Pode passar. Em
1860 Piracicaba, como você vê, tem duas leis complementares. A 420 de 2020 e a 251 de
1861 2010. Portanto, você tem uma discussão aí de mais de uma década. Inclusive, eu
1862 estou em Piracicaba agora, por isso que eu não pude estar presencialmente aí com
1863 vocês, vim aqui participar de um evento mais alto. E essas duas leis complementares,
1864 uma delas cria uma comissão que vai discutir a questão do clima e um dos objetivos
1865 dessa comissão é fortalecer a justiça climática. E a outra fala também sobre cumprir
1866 um dos objetivos dela. Então, temos a lei de 2010 e depois ela foi atualizada na de
1867 2020. Pode passar. E aí também sobre as normas do Rio de Janeiro. No caso, são
1868 dois decretos. Ambos de 2021 que tratam também da questão da justiça climática.
1869 Pode passar. Na parte final da apresentação, eu trouxe também algumas propostas
1870 legislativas. Então, na Câmara dos Deputados, até 2022, não eram localizados nem
1871 um projeto de lei que tratava do termo justiça climática. Você localizasse o termo bem
1872 como no Senado. E na justiça climática, você tinha dois em tramitação até 2022 e no
1873 [ininteligível] do Senado. E mudança climática, 150 em tramitação na Câmara dos
1874 Deputados e [ininteligível] no Senado. Pode passar. Então, tem algumas aqui que vale
1875 a pena ficar de olho. Por exemplo, o PL 2.915 de 2008, o PL 3.280 de 2015. Ambos
1876 estão na Câmara também. Inclusive, o de 2015 fala sobre procedimentos na política
1877 sobre a mudança do clima do Brasil. Pode passar. E aqui, para fechar também, esses
1878 outros PLs que vale a pena também ficar de olho, dos quais três são na Câmara e
1879 dois estão no Senado. Pode ser que a tramitação tenha atualizado, mas o simples é
1880 isso. O da Câmara é o PL 234, o 6.529 de 2019 e o 3.961 de 2020 e no Senado, 5.098
1881 de 2019 e 4.816 de 2019. Pode passar. Pode passar também. Para fechar, o que eu
1882 queria dizer aqui é o quê? Nós temos ainda, como foi falado desde o início, uma
1883 carência de legislação específica que trata sobre a justiça climática. Mas, ao mesmo
1884 tempo, a gente já percebe que tem um movimento, por um lado, que é legislativo, ou
1885 seja, das casas legislativas federais, tanto a Câmara quanto o Senado, incluindo a
1886 noção de justiça climática e outros processos, projetos de lei, que não
1887 necessariamente tratam especificamente de justiça climática, mas entendem que é
1888 um conceito que deve ser incluído nas políticas ambientais e climáticas e nas
1889 propostas ambientais e climáticas. E, por outro lado, a gente também pode visualizar
1890 que tem um movimento que é muito tímido ainda, que é de baixo para cima. Ou seja,
1891 de câmaras municipais, de prefeituras municipais, assembleias legislativas estaduais,

1892 de criarem legislações que aí, sim, tanto trazem conceitos, como é o caso do Pará,
1893 sobre o que é a justiça climática, incluindo isso dentro da proposta estadual, também
1894 trazem fóruns e instâncias de governança e de debates, como é o caso de comissões
1895 municipais ou fóruns estaduais de discussão, onde um dos objetivos é justamente
1896 pensar como avançar na justiça climática. Então, eu entendo que há uma trajetória e
1897 há um lastro, na verdade, normativo, mesmo que inicial, mesmo que tímido, mesmo
1898 que recente, mas que já permitiria que o CONAMA se manifestasse em relação a este
1899 tema. E acho que, junto da literatura, também combina os diversos fatores que
1900 justificariam, inclusive, uma previsão normativa por parte do CONAMA no tema da
1901 justiça climática. Muito obrigado.

1902 **O SR. RICARDO BARROSO (Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente**
1903 - **MMA)** – Ciro, muito obrigado pela palestra. Parabéns pela forma como você expôs
1904 um tema tão importante, fazendo esse resgate normativo. Aqui me surpreendi,
1905 realmente, com o conjunto de normas em que nós podemos encontrar uma referência
1906 à justiça climática. Acho que você conseguiu condensar bem também a conexão entre
1907 a previsão normativa, o diagnóstico de carência normativa e, ao mesmo tempo, a parte
1908 conceitual, para que a gente possa delimitar o objeto da nossa discussão. E aí,
1909 trazendo essa sua fala, muito pertinente, acho que vai ser muito bom ouvir também o
1910 Guilherme Tampieri, que é assessor da deputada federal Duda Salabert, porque vai
1911 trazer, então, um pouco da visão, imagino, não é, Guilherme? Sobre a Casa
1912 Legislativa, sobre o Congresso Nacional, especificamente a Câmara dos Deputados,
1913 como a Câmara tem visto, a deputada tem visto esse tema, como também a equipe
1914 que compõe o gabinete da deputada tem trabalhado nessa pauta. A gente sabe que
1915 a deputada tem uma atuação consistente em relação a essa temática. Então, será
1916 também uma palestra muito complementar à fala do Ciro e, certamente, será brindada
1917 também com a fala da Keka na sequência e, ao fim, da doutora Thalita, que também
1918 tem contribuições muito importantes a trazer aqui na tarde de hoje. Então, sem querer
1919 me estender, eu passo a palavra ao Guilherme Tampieri, que é assessor da deputada
1920 federal Duda Salabert.

1921 **O SR. GUILHERME TAMPIERI (Assessor da Deputada Federal Duda Salabert) –**
1922 Oi, boa tarde, pessoal. Acho que falar do Legislativo nesse momento do Brasil é
1923 sempre terrível, porque o que aquele povo lá faz impacta diretamente no que a gente

1924 ouviu aqui de manhã, só que no sentido contrário. O Legislativo hoje do nosso país,
1925 ele rema na contramão do que a gente precisa e do que o povo sente. Algumas
1926 pesquisas, e eu adorei que de manhã a gente ouviu muito dado e pesquisa, então a
1927 gente precisa trabalhar com a ciência. Elas mostram que 90% da população do nosso
1928 país sente cotidianamente os efeitos da mudança climática. 90% da população do
1929 Brasil significa que são pessoas de esquerda, de centro, de direita, de extrema direita,
1930 pessoas que não acreditam na política institucional, anarquistas. E o que o Congresso
1931 faz? Vai na contramão do que as pessoas precisam, do que a gente ouviu de manhã
1932 brilhantemente. E aí eu queria falar sobre quatro aspectos aqui ligados ao Legislativo,
1933 que é onde eu trabalho. E paralelamente, na hora que me resta, eu estou terminando
1934 uma tese de doutorado discutindo justiça climática no âmbito das políticas municipais.
1935 Então também me agrada muito ouvir o que eu ouvi de manhã, três aulas incríveis
1936 que certamente ajudarão aí no percurso acadêmico que eu estou terminando de fazer.
1937 Mas a primeira coisa que eu queria dizer é que isso aqui deveria mudar de nome. Não
1938 deveria ser um seminário, deveria ser uma festa. E a gente deveria celebrar, porque
1939 coincidentemente, embora eu não acredite tanto em coincidência, mas é uma
1940 coincidência, ontem o Congresso colocou em pauta, na Comissão de Meio Ambiente,
1941 um decreto legislativo que sustaria um ato do Executivo que cria a Câmara de Justiça
1942 Climática no CONAMA. Ontem, se tivesse sido aprovado e não foi, por isso eu acho
1943 que a gente deveria celebrar, talvez não faria sentido esse seminário aqui. Porque era
1944 o Congresso dizendo não, não vamos ter justiça climática no CONAMA. Felizmente,
1945 foi rejeitado com um voto contrário. Eu abro para vocês esse parlamentar que votou
1946 contrário, ou seja, o cara que queria extinguir a Câmara de Justiça Climática. Ele é de
1947 qual partido? Desse mesmo que vocês estão imaginando, um partido de extrema
1948 direita. Porque essas pessoas negam, negam de várias formas, o negacionismo, ele
1949 não é unissônico. E é o segundo ponto que eu quero trazer. A deputada Duda, com
1950 quem trabalho, ela propôs o projeto que cria o Dia Nacional da Ação Climática. Que é
1951 um dia em que as escolas, elas vão parar para que as crianças, os jovens da
1952 comunidade acadêmica aprendam como responder a tudo isso que a gente vive. Ao
1953 que a gente ouviu hoje pela manhã, ao que a gente vive no dia a dia, ao que aconteceu
1954 em Pernambuco e acho que foi Lídia que falou, o que aconteceu em Pernambuco não
1955 teve a mesma repercussão do que aconteceu no Rio Grande do Sul. E isso tem um
1956 nome, foi dito aqui mais cedo. Eu concordo plenamente. Aconteceu também no Acre.
1957 O Acre existe, as pessoas morreram no Acre por conta de enchentes. E não foi dito

1958 como foi dito o que aconteceu no Rio Grande do Sul. Foi triste demais o que aconteceu
1959 lá, mas também foi triste o que aconteceu em Pernambuco. Só que em Pernambuco,
1960 naquela enchente de 2022, morreu mais de 100 pessoas. Em Jaboatão dos
1961 Guararapes, a gente teve 64 mortes. Só que teve uma comunidade que não teve
1962 nenhuma morte. Nenhuma. E não porque era uma mais rica. Não era. Alguém tem
1963 ideia do porquê? Chuta, assim, a razão de não ter tido uma morte naquela comunidade
1964 específica? Educação. Educação climática. Quatro meses antes, as crianças daquela
1965 comunidade tinham aprendido o que fazer caso tivesse muita chuva. E essa chuva
1966 veio. E ela virá muito mais e mais e mais e mais nos próximos anos. É isso que a
1967 ciência nos mostra. E aí como que foram salvas vidas na comunidade de retiro em
1968 Jaboatão dos Guararapes? Um jovem saiu falando, olha, eu fiz aqui o meu medidor
1969 de chuva e ele está indicando que a chuva está forte demais. Acordem. Ele saiu
1970 falando isso porque ele teve um treinamento para fazer isso. Da forma mais
1971 rudimentar. Mas é uma medida de adaptação. Óbvio que ela pode ser incorporada.
1972 Mas ela salvou vidas. E nessa mesma pegada, a gente fez um diálogo com a
1973 Embaixada do Japão pelo mandato da deputada. E no Japão o embaixador nos disse:
1974 “A medida que mais tem eficiência para resolver os problemas climáticos extremos
1975 que a gente tem no Japão, e não são poucos, é a educação.” A gente para um dia por
1976 ano para ensinar as crianças o que fazer. Se der um terremoto, o que eu faço? Eu
1977 corro para lá, corro para cá, chamo quem? Para qual telefone que eu ligo? Qual é o
1978 telefone da defesa civil? Esse tipo de treinamento. Então a gente fez esse dia nacional
1979 da ação climática que foi aprovado. Tinha um acordo para aprovar esse projeto de lei.
1980 E quem foi o único partido que rompeu esse acordo? Esse mesmo partido que vocês
1981 estão imaginando aí. O PL. Mas não é porque eles negavam a ciência, negavam a
1982 mudança do clima. É porque eles negavam a existência da deputada com quem
1983 trabalhou, a de uma mulher transexual. Então, por ela ser uma mulher transexual, eles
1984 não queriam aprovar um projeto dela, um projeto que era bom para o Brasil inteiro. E
1985 aí, por essa razão profunda, eles foram usar vários argumentos da negação da
1986 mudança do clima. Alguns pífios, outros nem tanto, mas negaram. O que tem tudo a
1987 ver com o que elas falaram antes? Onde estão as pessoas trans na discussão
1988 climática? Não sei se você sabe, mas aproximadamente 1% da população mundial é
1989 considerada trans. Mais do que as pessoas ruivas, 0,4%. E esse debate, ele não pode
1990 ser feito, por exemplo, em grande medida, nas duas últimas COPs, porque é crime
1991 ser trans no Azerbaijão, nos Emirados Árabes. A deputada Duda, que hoje é

1992 presidenta da subcomissão da COP 30, quase não entrou na COP 29 e na COP 28,
1993 porque ela é trans. Então, certamente, na COP do Brasil, a gente vai ter muitos
1994 problemas, mas esse tipo de problema pode ser que não aconteça, porque o Brasil
1995 ainda é uma democracia. Espero que continuemos. O terceiro ponto que eu queria
1996 trazer, quando o JP convida a gente, ele fala, vamos pensar coisas para consultar um
1997 relatório, caminhos possíveis. E aí teve uma fala na mesa anterior, não lembro de
1998 quem, que foi pavimentar caminhos normativos, e isso me pegou um pouco. Por quê?
1999 O deputado Agostinho está aqui, tem muito mais experiência que eu, mas eu adoro
2000 fazer análise de discurso, ver o que o povo está falando, entender o que está sendo
2001 dito. E o Congresso Nacional é um grande teatro. As pessoas falam ali para as redes
2002 sociais delas. E eu fiz uma análise de discurso dessa votação do projeto de lei da
2003 deputada Duda. E aí, um dos deputados, que eu gosto muito de analisar, ele, no ano
2004 passado, antes das eleições, era um grande negacionista da mudança do clima. Ele
2005 foi candidato a uma prefeitura, aqui no Centro-Oeste. Foi eleito. E eu fui analisar o
2006 programa de governo que esse cara apresentou para o município dele. Tinha muitas
2007 palavras lá, inclusive justiça climática. Era um projeto, um programa completamente
2008 diferente daquilo que ele defendia lá na Câmara dos Deputados. Recentemente, teve
2009 a Semana do Clima lá no Rio de Janeiro. E aí o presidente da Comissão de Meio
2010 Ambiente da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro é do partido que vocês estão
2011 imaginando, do PL. O PL, aqui em Brasília, é um partido negacionista das mudanças
2012 climáticas, da democracia, de tudo isso. Só que esse vereador fez um discurso muito
2013 interessante no que diz respeito à mudança do clima. Por quê? Porque no município
2014 tem constrangimento. Se ele tomar uma decisão X ou Y, é o cidadão que vai lá e vai
2015 xingar ele. No município tem materialidade, tem corpo, tem gente. Em Brasília, é
2016 espetáculo, é símbolo. Então, parte do que eu entendo, e é o caminho que eu defendo
2017 na minha tese de doutorado, mas é também na atuação política da deputada, é que
2018 no município tem muito mais resposta do que aqui em Brasília, no que diz respeito à
2019 ação climática, que tem tudo a ver com a ideia de justiça climática. E, por fim, a última
2020 coisa que eu queria falar, a gente tem lá, para não me estender mais, a meta global
2021 de mitigação. A gente não pode subir acima de um grau e meio, dois graus. O que
2022 significa isso na vida de alguém? Cotidiano. Pouco, não é? Toneladas de CO₂ emitida.
2023 Que diabo é isso? Como é que eu vou saber? O que isso muda na minha vida? Nada.
2024 Então, a gente tem agora, na COP 30, um grande desafio que é pensar a meta global,
2025 ou seja, uma meta para o mundo todo, de adaptação. E aí, no mandato da Duda, de

2026 uma perspectiva política, a gente defende que tem uma meta simples. Zero mortes.
2027 Ponto. Ninguém pode morrer por causa de mudanças do clima. E aí a gente pensa
2028 como vai ressignificar os debates climáticos, porque se um debate climático é feito só
2029 por diplomata, normalmente homens, normalmente brancos, como eu, vai ter limite. E
2030 esse debate já mostrou que ele tem muitos limites. Ele foi importante. A gente poderia
2031 estar em um lugar muito pior. Mas é preciso ressignificar esses debates que são feitos.
2032 Então, por isso que eu acho que a COP 30 tem um papel muito importante, inclusive
2033 liderado pelo governo federal, de levar as discussões que estão sendo feitas. Estava
2034 conversando com o Igor agora, ele falou que vai ter a Caatinga, Semana Climática da
2035 Caatinga. E dali vai sair coisas para levar para a COP. Eu acho que é por aí o caminho.
2036 As coisas têm que vir de baixo para cima. E não de cima para baixo. Então, por isso
2037 que eu acredito muito no poder dos territórios que foram postos aqui mais cedo, no
2038 poder das comunidades indígenas, dos aglomerados, para ressignificar o debate
2039 climático, porque as pessoas estão atentas a isso. O Congresso não está, não. Mas
2040 as pessoas estão. Então, eu acho que, como uma mensagem final, é entender que
2041 ressignificar o debate climático é ressignificar quem o faz também. Não dá para
2042 esperar e não estamos esperando que só os diplomatas resolvam, porque eles não
2043 conseguiram. É hora disso, de ouvir as experiências que estão acontecendo, estão
2044 sendo feitas, e que estão mudando a vida das pessoas, como esse menino que salvou
2045 a vida dos vizinhos dele lá em Jaboatão dos Guararapes. Esse cara tinha que estar
2046 na COP negociando para mostrar, olha, eu já fiz mais do que muita gente que está
2047 aqui. Vocês foram importantes, mas a gente também é. Então, acho que a COP vai
2048 ter esse espaço também de ressignificar o debate climático e, por sua vez, trazer a
2049 perspectiva brasileira sobre o que é a justiça climática. Obrigado.

2050 **O SR. RICARDO BARROSO (Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente**
2051 - **MMA)** – Muito bom, Guilherme. Porque achei sua apresentação bastante
2052 provocativa. E, muitas vezes, para falar de temas com esse nível de abstração, muitas
2053 vezes, com que nós conseguimos perceber em algumas falas, seja nesses eventos
2054 internacionais, onde há muitos diplomatas, homens brancos, esse enraizamento do
2055 tema no território me parece ser fundamental, talvez uma das chaves para que esse
2056 debate efetivamente ganhe tração. E aí eu conecto a fala do Guilherme com o que
2057 aconteceu na COP 16, na Colômbia, ano passado, onde se criou um órgão específico
2058 para contemplar povos indígenas e quilombolas. Acho que todos esses esforços se

2059 unem no sentido de trabalharmos de maneira mais apropriada esse grande tema da
2060 justiça climática. E aí é por isso, Keka, que eu queria te ouvir. A Keka é assessora do
2061 deputado distrital Fábio Félix e também coordenadora da Comissão de Direitos
2062 Humanos aqui da Câmara Legislativa do DF. Queria que você pudesse trazer um
2063 pouco da sua contribuição, da sua experiência para que esse debate ainda consiga
2064 produzir resultados mais proveitosos. Obrigado. A fala é sua.

2065 **A SR^a. KEKA BAGNO (Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da**
2066 **CLDF) –** Boa tarde, gente. O pior período do ano para fazer seminário à tarde é em
2067 setembro. Todo mundo sabe. 10% de umidade do ar, esse calor. Ontem foi um frio de
2068 18 graus. Então assim, gente, vou tentar aqui ver se a gente não cansa tanto, está
2069 bom? Para a gente dar uma... [ininteligível] porque tem uma professora do Ceará,
2070 Helena Vieira, que fala que a gente está vivendo um momento das emoções políticas,
2071 que a gente traz tudo tão, assim, o mundo está acabando, as pessoas LGBT estão
2072 morrendo, as mulheres estão apanhando mais, que a gente vai chegando em um lugar
2073 de desesperança e de falta de perspectiva. Mas eu entendo que isso também é uma
2074 política central para a extrema-direita, tirar nossa possibilidade de mudança, de
2075 transformação, possibilidade de política revolucionária, e a gente vai entrando nesse
2076 lugar que é muito difícil, que é a realidade, inclusive, do que eles colocam, não só a
2077 nível de Brasil, mas a nível de mundo. O avanço da extrema-direita não é um fator
2078 exclusivo do Brasil, muito pelo contrário. E é importante a gente compreender isso,
2079 assim, para a gente saber mais ainda do que a gente está lidando. Não só falar, ah,
2080 eles são um bando de lunáticos, eles fazem coisas tenebrosas, mas eles têm um
2081 objetivo. O objetivo deles é muito nítido o que eles querem. O tipo de política que eles
2082 querem colocar, e principalmente quais pessoas eles querem que não estejam vivas
2083 para o próximo período. Então, entendo também que, nesse lugar de falar de justiça
2084 climática, dos extremos climáticos, a racialização, com certeza, é um fator
2085 predominante, mas a gente precisa resgatar alguns termos que o nosso povo negro
2086 traz já há muito tempo. Então, a necropolítica não é um fator determinante para isso.
2087 A interseccionalidade ela é um fator determinante para isso. A justiça climática, ela
2088 tem gênero e ela tem raça. E, ao meu ver, ela também vai ter uma perspectiva etária.
2089 A gente tem que falar das infâncias dentro dos extremos climáticos, que é um público
2090 hoje que sofre em maior grau e é quem a gente fala que vai ser o futuro. Sem entender
2091 que eles podem ser agentes transformadores desse presente, desse momento. E a

2092 gente exclui as crianças dentro desse debate. Então, sem dúvidas, a educação, ela é
2093 um fator primordial para as adaptações que a gente tem enfrentado agora dos
2094 extremos climáticos. Mas, para isso, a gente tem que ir para dentro da
2095 institucionalidade. Seja para dentro do Parlamento, seja para dentro das outras
2096 instituições, para o Ministério Público, Defensoria Pública, para dentro das escolas,
2097 para dentro dos hospitais, para todos os espaços hoje que a gente possa trazer esse
2098 debate. Porque a nossa existência, ela é conectada. A gente não vive a par desse
2099 lugar. Todo mundo fala assim, o mundo vai acabar. Eu acho que não. Ah, a natureza,
2100 ela vai acabar. Eu sou uma mulher de terreiro, também acho que não. O que eu acho
2101 que vai acabar é a humanidade, é a gente. A natureza, ela vai se reorganizar dentro
2102 desse processo. E quem sofre rapidamente com tudo isso é nós, enquanto
2103 humanidade. A gente já não dá conta. Tem uma amiga minha que é do Pará, ela
2104 estava aqui semana passada, ela: Olha, eu já viajei para muitos lugares no mundo. E
2105 quando a gente chega em um lugar que tem 16% de umidade, as atividades são
2106 canceladas. Aqui em Brasília, vocês têm 10% da umidade. Criança está na escola,
2107 jogando bola. Vocês estão fazendo atividade. E é isso, porque durante muito tempo,
2108 a gente foi se adaptando aqui em Brasília. Mas eu não sei vocês. Desde o ano
2109 passado, meu corpo não se adapta mais. É tenebroso o que a gente está passando.
2110 A causa que isso acontece na nossa saúde, na nossa consciência, na troca de
2111 saberes, na nossa vivência, ela é absurda. E nesse sentido, a gente, aqui na Câmara
2112 Legislativa do DF, esse é um debate que, a nível de capital, é um debate muito novo.
2113 Vocês sabem que aqui a gente é um grande interior. Brasília é esse lugar muito
2114 peculiar, que tem muitas cidades, mas a gente acha que só tem uma cidade. Ao
2115 mesmo tempo, é uma das cidades de maior população do país, batendo nos 3 milhões
2116 de pessoas, e uma cidade ou cidades extremamente desiguais. A gente está aqui e
2117 há 20 minutos a gente está da Estrutural, onde já teve o maior aterro a céu aberto da
2118 América Latina. Mas 30 minutos a gente está na Fercal, que é um lugar extremamente
2119 empobrecido, que tem fábricas e fábricas de cimento. Se você anda mais 40 minutos,
2120 você vai estar no Sol Nascente, que está tendo essa disputa aí, é ou não é a maior
2121 favela da América do Sul? Eu nunca vi governador brigar para ter orgulho de ter a
2122 maior favela, mas o Ibaneis, ele é isso. Ele tem essa característica muito peculiar dele
2123 de disputar sempre para ser o que é pior para a gente. E nesse lugar também de ser
2124 o pior do que é para a gente, nós não temos políticas efetivas hoje na capital federal.
2125 Em lugares que a gente vive frequentemente com desastres climáticos, com extremos

2126 climáticos, mas uma coisa é você ter aqui na L2 Norte, que todo mundo conhece, a
2127 tesourinha que alaga e muito diferente da casa do Sol Nascente, que vai ser inundada.
2128 E há 10 anos atrás, a gente não vivia isso aqui em Brasília, aqui no DF. A gente não
2129 falava de inundação. Você falava que ia alagar alguma coisa, mas de repente eles
2130 pegaram o Noroeste, que era um espaço demarcado de terra indígena, diminuíram
2131 tudo o que puderam e construíram prédios, meteram concreto. Para onde a água vai?
2132 Para onde ela vai? O Cerrado e principalmente o Distrito Federal hoje, ele abastece
2133 as 13 principais bacias hidrográficas da América do Sul. Então aquela política de
2134 propaganda da Globo, sem Cerrado não há água, é real assim, isso é uma verdade
2135 que a gente lida. E o que a gente tentou começar a fazer? Hoje eu coordeno a
2136 Comissão de Direitos Humanos da Câmara e também vou ali dando uma assessoria
2137 para o deputado Fábio Félix, principalmente na pauta ambiental. Então aqui no DF, a
2138 primeira coisa que a gente fez foi pensar, a gente tem que ter instrumentos políticos.
2139 A Frente Parlamentar é um instrumento político, para a gente poder atuar com a
2140 sociedade, com o Parlamento e também com as políticas públicas. Então a gente tem
2141 hoje uma Frente Parlamentar, gente, agora é decoro, uma Frente Parlamentar que
2142 ainda fez a da Serrinha do Paranoá, que é uma área ambiental maravilhosa que a
2143 gente tem hoje, aqui no Lago Norte, que tem nascentes, assim, fundamentais para a
2144 sobrevivência do DF e que estão querendo construir a Nova Águas Claras lá em cima.
2145 Inclusive, ferindo a ideia de tombamento que a gente tem aqui na nossa cidade. Além
2146 da Serrinha do Paranoá, a gente tem a Frente Parlamentar de Prevenção aos
2147 Extremos Climáticos e a gente tem a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos
2148 Sociais e Ambientais das áreas de interesse social. Essa última, especificamente, ela
2149 vem muito sobre o tema que nós estamos dialogando aqui. Porque ela vai trazer as
2150 áreas de ocupação que a gente tem hoje no Distrito Federal, ou seja, são as áreas
2151 que não podem mais ser despejadas pelo governo, que elas são áreas já com
2152 densidade, mas elas não têm saneamento básico, elas não têm água potável, não têm
2153 política pública ali na localidade. Nós estamos falando de quase 300 mil pessoas na
2154 capital federal que não têm água, não têm saneamento básico. E a gente tem quanto?
2155 Quase 3 milhões de pessoas. Isso é muito grande, quando a gente está falando a
2156 nível de capital federal. Eu fico chocada toda vez que eu escuto isso. A Estrutural, por
2157 exemplo, que você tem uma dessas áreas de ocupação densa lá, que é a Santa Luzia.
2158 A Santa Luzia, ela se formou em volta do lixão da Estrutural, do aterro. O aterro, ele
2159 foi desativado no governo passado, no governo Rollemberg. Vou chegar aí, calma.

2160 Ele foi desativado e ele funciona ainda para depósito de construção civil, mas ele
2161 oficialmente não serve para o governo e eles criaram outro em Samambaia. Esse, e
2162 eu acho que é muito disso que estão falando que ele não é, porque as pessoas ainda
2163 trabalham lá. Muitas famílias ainda vivem dali. E em volta deles tem escolas e as
2164 escolas que ali estão, elas não podem consumir a água da localidade, elas são
2165 abastecidas por caminhão-pipa, porque você não tem como usar a água dali pela
2166 contaminação do solo. E ainda são despejados toneladas de concreto a 20 minutos
2167 daqui, a 20 minutos do Congresso Nacional, e que você tem uma densidade
2168 populacional ali enorme. E essa densidade, ela é formada principalmente e aqui no
2169 nosso país, desde a década de 80 a gente apresenta isso, por uma feminização da
2170 pobreza. Quem está na pobreza hoje é mulher. E dentro dessa casa dessa mulher
2171 tem criança. Isso é fundamental. A gente está falando de mulheres e crianças que
2172 vivem nessas condições de falta de saneamento básico, de não ter água potável e de
2173 estar muito longe de sentar para ter uma discussão na qual a gente tem feito aqui. E
2174 aí, nessa perspectiva, a gente teve um projeto de lei que foi aprovado aqui no DF, que
2175 é sobre a obrigatoriedade de você ter educação ambiental nas escolas públicas daqui.
2176 Isso foi aprovado em 2024. Esse ano a gente apresentou duas legislações. Uma sobre
2177 a qualidade do ar, que é esse momento que a gente enfrenta agora, tanto do aumento
2178 da poeira, da seca, mas também por causa dos incêndios. E esse ainda não foi votado
2179 ainda. E quem é de Brasília acompanhou o nosso projeto de lei sobre arborização,
2180 que cria a política distrital de arborização. Foi aprovado na Câmara Legislativa, mas o
2181 governador vetou ela integralmente. Ele não vetou um artigo, dois artigos, justificou.
2182 Ele vetou a lei. Birra. Birra, porque, assim... Então, vai gente plantar árvore. Mas o que
2183 para a gente pode ser muito fácil não é. Porque quem também é daqui conhece a
2184 Terracap, a maior imobiliária que a gente tem, e a amiga dela é a Novacap, que manda
2185 muito aqui. Então, para você plantar árvore, para você ter toda essa política, a
2186 Novacap tem que estar dentro. Então, tudo bem. Antes de a gente colocar a lei para
2187 rodar na Câmara, e assim eu vou finalizando, a gente foi só fazer um estudo. Quantas
2188 árvores foram plantadas no Plano Piloto? Quantas árvores foram plantadas na
2189 Ceilândia? Quantas árvores foram plantadas em Sobradinho? Então, assim, você tem
2190 aqui no Plano um exemplo. 100 mil árvores foram plantadas em dois anos. Vai no
2191 Itapoã. 300 árvores foram plantadas. E aí não tem como você sobreviver em uma ilha
2192 de calor. É impossível. Você não consegue estar dentro desses territórios que não
2193 são arborizados. Mas isso também vai de encontro ao que a gente está falando do

2194 DF, de manter um dessa lógica de segregação socioespacial, de você ter hoje uma
2195 vida saudável, você ter hoje contato com a natureza, sendo ainda hoje um privilégio.
2196 Não há esse interesse. Então, você decide quem vai viver sim e quem vai morrer. Isso
2197 é uma decisão política que é feita aqui. É uma política de governo que é feita. E, por
2198 fim mesmo, nessa perspectiva, quando a gente traz o debate de infâncias e
2199 adolescências, eu acho que é muito fundamental hoje a gente cada vez mais trazer
2200 para dentro desse debate. Porque são realmente as pessoas que neste momento
2201 podem ser agentes transformadoras junto com a gente. Mas a gente tem que ensinar
2202 elas a amar o planeta. Criança não tem como brincar se não tiver árvore, se não tiver
2203 bicho, se não tiver terra. Não tem como, gente. Isso é impossível. Isso aqui não é
2204 brincadeira. Isso aqui não é brincar. A gente ficou 20 anos aí fazendo uma luta de
2205 enfrentamento à violência e exploração sexual. Em 10 minutos, um youtuber veio e
2206 fez. Mas é isso aqui que destrói também as infâncias. Enfim, e finalizo aqui, porque
2207 também é isso aqui hoje que mais explora a natureza. Dentro desse sistema que a
2208 gente tem, extremamente tecnológico, extremamente exploratório, e que está levando
2209 sim ao fim nosso. É isso. Obrigada.

2210 **O SR. RICARDO BARROSO (Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente**
2211 **- MMA)** – Obrigado, Keka. Obrigado pela sua fala, pelo conteúdo e pela força com que
2212 você traz essa causa, nos remetendo a várias informações relevantíssimas do nosso
2213 contexto, inclusive de Brasília, que é tida como uma ilha da fantasia em termos de
2214 desenvolvimento, mas, na verdade, encobre e dialoga, ou às vezes não dialoga, com
2215 essas deficiências, fragilidades e vulnerabilidades. Você faz uma observação perfeita,
2216 que muitas vezes a gente insiste em um debate, conectando com o que o Guilherme
2217 falou aqui também, um debate da importância de tratar dos efeitos climáticos, das
2218 vulnerabilidades, e muitas vezes isso é negado como se fosse um problema
2219 secundário, ou que fosse um problema do planeta. Isso não é um problema do planeta.
2220 O planeta tem a sua existência há milhões de anos, e houve alterações até muito mais
2221 drásticas. Esse é um problema da humanidade. Quem está sofrendo isso somos nós,
2222 talvez uns mais do que outros, e é isso que nos traz aqui na discussão de justiça
2223 climática. E me remete a um assunto, que certamente é um assunto que conecta com
2224 a atuação profissional da próxima palestrante, a doutora Thalita Verônica Gonçalves
2225 e Silva, que é a defensora pública, porque esse conjunto de vulnerabilidades nos
2226 expõe àquilo que a doutrina academia tem chamado de zonas de sacrifício, onde há

2227 uma superposição de negatividades. Então, é a falta de água, é a falta de segurança,
2228 é a falta de educação, é o empreendimento que polui, e é a morte. Então, a gente tem
2229 bolsões de zonas de sacrifício, seja em regiões periféricas, seja nos arredores de
2230 grandes empreendimentos, e isso joga, de fato, de maneira muito clara a nossa
2231 preocupação com os vulneráveis ou vulnerabilizados, eu diria até que seria mais
2232 apropriada essa referência, e acho que conecta com a atuação da doutora Thalita
2233 como defensora pública, a defensoria pública é, talvez, um dos principais órgãos de
2234 defesa dos vulneráveis, dos hipossuficientes. A doutora Thalita, a conheci antes, ela
2235 estava, não, mas eu disse, você é famosa, doutora Thalita. Eu já a conheço de outros
2236 momentos. De fato, porque na última audiência que houve no Supremo Tribunal
2237 Federal, conduzida pelo ministro Flávio Dino, sobre os incêndios em São Paulo, a
2238 doutora Thalita fez uma apresentação muito bem fundamentada, mas também muito
2239 real, sobre os impactos dos incêndios em São Paulo, em localidades e comunidades
2240 indígenas naquele estado, e aqui aproveito a oportunidade para parabenizá-la pela
2241 fala e pela atuação. A doutora Thalita, além de defensora pública de São Paulo, ela
2242 também é coordenadora do Programa de Justiça Climática da Defensoria Pública do
2243 Estado de São Paulo, e também coordenadora da Comissão de Justiça Ambiental e
2244 Climática da Associação Nacional de Defensores Públicos, a ANADEP. Então,
2245 doutora Thalita, por favor, nos brinde com a sua fala.

2246 **A SR^a. THALITA VERÔNICA GONÇALVES E SILVA (Defensora Pública) –**
2247 Obrigada, doutor Barroso. Eu trouxe um... Não sei se eu posso começar a falar, não
2248 tem problema. Ótimo. Bom, boa tarde a todas e todos. Eu quero dizer que é uma honra
2249 estar aqui, eu agradeço muito a oportunidade. Primeiro, eu quero saudar os colegas
2250 da mesa, e também aqui as pessoas que eu reencontrei, a Ana Sanches, Rubens
2251 Born, doutor Agostinho, Ana Paula. É muito bom reencontrar as pessoas aqui, me faz
2252 me sentir em casa. Bom, para quem não me conhece, meu nome é Thalita Verônica,
2253 sou defensora pública há 18 anos. Nesse tempo, eu aprendi que a nossa função é ser
2254 um megafone, é amplificar as vozes autônomas e histórias de resistência que a gente
2255 nem sempre vivenciou, mas que a gente tem o dever de trazer para dentro do espaço
2256 jurídico. E é justamente sobre isso que eu quero falar. Racismo ambiental e justiça
2257 climática ainda não entraram de verdade no sistema de justiça. E isso não é por acaso.
2258 O direito, ele foi historicamente construído para manter o status quo, marcado pela
2259 colonialidade. Ele parte de um sujeito universal e abstrato que preserva os privilégios

2260 de branquitude e subordina as pessoas negras, indígenas e demais grupos
2261 vulnerabilizados. Nego Bispo nos lembra: "Só tem crise no desenvolvimento. No
2262 envolvimento, não tem crise." Gente, povos e comunidades tradicionais sempre
2263 preservaram a natureza pelo envolvimento e não pela lógica colonial da conservação.
2264 A modernidade, ao separar natureza e cultura, ela abriu uma fissura que o direito
2265 criado por homens brancos para manter privilégios só reforçou. Portanto, falar em
2266 justiça climática é enfrentar esse colonialismo jurídico. É reconhecer o racismo
2267 ambiental e colocar no centro as pessoas, os povos e comunidades no centro dessas
2268 decisões. As soluções já existem nos territórios. E como nos lembra a primeira carta
2269 do Encontro Internacional de Territórios e Saberes que aconteceu no Paraty no ano
2270 passado, para conhecer essas soluções é preciso sair dos gabinetes e pisar nas terras
2271 onde os saberes tradicionais resistem e são preservados. A gente sabe que o direito
2272 é limitado e é colonial. Mas, como falou pela manhã a doutora Angela, é hora de a
2273 gente redesenhar o sistema com as nossas próprias mãos e reinventar as instituições
2274 de justiça à altura da emergência climática que nós enfrentamos. O próprio Acordo de
2275 Paris, no seu preâmbulo, como o Ciro, meu amigo Ciro, falou no início, no seu
2276 preâmbulo, ele reconhece a importância do conceito de justiça climática, mas ele frisa
2277 para alguns. Quem são esses alguns? Essa é a questão. No plano internacional, a
2278 convenção da ONU contra a discriminação racial, que faz 30 anos, já dizia: A
2279 discriminação, ela pode ser direta ou indireta. A discriminação indireta ela acontece
2280 quando uma norma é aparentemente neutra, mas ela gera efeitos desiguais. É o que
2281 acontece quando tem o zoneamento urbano, o licenciamento ambiental ou a
2282 suspensão de liminares pela justiça que concentram empreendimentos poluidores em
2283 territórios negros, quilombolas e indígenas. A convenção interamericana contra o
2284 racismo ela reforça essa ideia que não basta a igualdade formal, é preciso garantir a
2285 igualdade material. Mais ou menos na linha do que o ministro Herman Benjamin falou
2286 hoje de manhã. Mais recentemente, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, na
2287 opinião consultiva 32, reconheceu algo histórico. Reconheceu o direito humano a um
2288 clima estável e seguro, com uma proteção reforçada para os grupos mais vulneráveis
2289 à crise climática. E aqui no Brasil, o Supremo Tribunal Federal, na ADPF 708,
2290 caracterizou os tratados ambientais como parte do regime de direitos humanos. E o
2291 Conselho Nacional de Justiça, com a política de julgamento com perspectiva racial,
2292 que foi publicada no ano passado, deixa claro. Juízas e juízes não podem se esconder
2293 atrás da neutralidade, porque raça, território e clima precisam entrar na análise

jurídica. Portanto, gente, a base normativa, ela existe, o que falta é trazer essa questão racial de forma explícita para o centro do debate ambiental e climático. E como nos lembra... Eu não consegui. Foi? Como nos lembra a defensora Patrícia Carlos Magno, minha amiga, fissurar é preciso. A gente tem que usar o direito contra o próprio direito para abrir brechas e produzir mudanças reais. Eu vou tratar do caso do quilombo do Bombas, que ilustra bem essa realidade. Localizado no Vale do Ribeira, que foi mencionado pela Maíra. Bombas é habitado Bom, aqui são as fotos. Bombas é habitado por famílias quilombolas há mais... Bombas é habitado por famílias quilombolas há mais de 300 anos. Mas, em 1958, o Estado criou, e nos anos de 1980, consolidou o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, o PETAR, que é a Unidade de Conservação de Proteção Integral, que se sobreponha ao território sem consulta. A lógica eurocêntrica dessa floresta intocada, ela apagou a presença quilombola, tratando-os como ameaça, quando, na verdade, eles sempre foram guardiões de biodiversidade, e o resultado foi cruel. Bombas foi proibido de manter roças, impedido de abrir estradas e condenado ao isolamento. Essas fotos, cedidas pelo ISA, revelam essa realidade. Famílias obrigadas a percorrer longas distâncias sem acesso à saúde, escola ou direitos básicos. E são histórias inacreditáveis. Um neto em crise respiratória, que é levado no lombo de um burro por seis quilômetros, um filho adolescente convulsionando, idosos que morreram sem conseguir chegar ao hospital, tem relatos até de bebês que nasceram nessa trilha. Em 2014, a Defensoria Pública, por meio do defensor Andrew Toshio Hayama, a quem eu registro meu reconhecimento pelo trabalho essencial, ajuizou uma ação civil pública. Somente em 2023, a Justiça reconheceu a ilegalidade dessa sobreposição e determinou a titulação do território quilombola, além da construção da estrada. Foi uma decisão inédita e histórica, mas ainda em grau de recurso, mas que representa um passo fundamental para combater o racismo ambiental, devolvendo direitos que haviam sido negados a essa comunidade em nome de uma conservação. Mas hoje, também é importante falar que nós vivemos um novo tipo de violência, já citado pelo doutor Barroso, as zonas de sacrifício climáticas. Esse quadro foi denunciado pela Relatora da ONU sobre Racismo, quando ela veio a uma visita no Brasil no ano passado, e nesse ano, recente, muito recente, foi em abril, ela divulgou o relatório da visita. E lá ela destacou situações emblemáticas no Brasil. Quilombolas atingidos por pulverização de agrotóxicos no Maranhão, as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, periferias urbanas em São Paulo e Rio de Janeiro, expostas à poluição e enchentes. Nós temos

2328 os impactos das queimas de cana, não é, doutor Agostinho? Os impactos das queimas
2329 de cana, termoelétricas, hidrelétricas, em mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha,
2330 de potássio em Autazes, no estado do Amazonas. Todas são soluções propagadas
2331 como sustentáveis, mas que reproduzem padrões históricos de exclusão e de
2332 dependência. E a gente não precisa ir muito longe para ver outros exemplos. As
2333 eólicas no Nordeste. O Brasil já conta com quase 900 parques, sendo que 85% deles
2334 estão no Nordeste, muitos implementados sem consulta prévia às comunidades. Além
2335 dos impactos na saúde e no ambiente, as comunidades ainda enfrentam contratos de
2336 arrendamento leoninos, que restringem o uso da terra, pagam valores irrisórios e
2337 amarram famílias por décadas sem garantias. Como nos provoca o Nego Bispo?
2338 Quem disse que energia limpa não pode ser violenta? Vejam bem, as comunidades
2339 estão vivendo múltiplas formas de violência direta, Estrutural e mesmo cultural, porque
2340 consistente no apagamento das heranças e identidades culturais. Tudo isso para
2341 legitimar a bandeira da transição verde. Diante disso, comunidades e organizações
2342 apresentaram propostas de alteração da Resolução CONAMA número 462. Para
2343 reconhecer que o parque eólico em biomas como Cerrado e Caatinga podem ter
2344 impactos significativos, exigir lei a rima, licenciamento trifásico e audiências públicas
2345 e incorporar a Convenção 169 da OIT para garantir a consulta prévia livre informada
2346 a todos os povos e comunidades afetadas. Essa proposta nos mostra que uma
2347 transição energética justa e popular, ela é possível e mostra que as comunidades
2348 estão reexistindo e estão reivindicando o direito de moldar o seu próprio futuro. Bom,
2349 amigos e amigas, aqui eu já estou caminhando para o fim. Eu quero dizer que a justiça
2350 climática, ela é um conceito em disputa e o direito também é um conceito em disputa.
2351 O direito, ele pode servir para manter privilégios ou ser tensionado para enfrentar o
2352 racismo ambiental e colocar as comunidades no centro das decisões. Como
2353 coordenadora do Programa de Justiça Climática da Escola, eu entendo que o nosso
2354 papel é exigir que o Estado rompa com essa lógica racista para assegurar o direito
2355 fundamental, já reconhecido pela Corte Interamericana, a um clima sadio, equilibrado
2356 e seguro. Esta é uma tarefa permanente que exige... Esta é uma tarefa permanente
2357 que exige vigilância constante, porque desmontar padrões de dominação nunca é um
2358 processo concluído. O racismo ambiental, ele segue marginalizado nos debates
2359 internacionais do clima e a COP 30, em Belém, é a oportunidade do Brasil para colocar
2360 o tema no centro da agenda global. E muito inspirada no Nego Bispo, eu reforço, nós
2361 somos o começo, o meio e o começo. Existiremos sempre, sorrindo nas tristezas, para

2362 festejar a vinda das alegrias. A nossa trajetória nos move, a nossa ancestralidade nos
2363 guia. Vivas. Nego Bispo, presente. Obrigada, gente. Eu quero só fazer um pedido final.
2364 Acessem o QR Code, espero que esteja funcionando, que eu preparei, que consta lá
2365 o trabalho do defensor André Toshio, a proposta de alteração da resolução do
2366 CONAMA, e mais algumas bibliografias que eu gostaria que vocês tivessem a
2367 oportunidade de ler. Bom, muito obrigada, foi um prazer estar aqui com vocês e eu
2368 sigo à disposição.

2369 **O SR. RICARDO BARROSO (Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente**
2370 - **MMA**) – Obrigado, doutora Thalita. Parabéns pela apresentação, acho que nós
2371 finalizamos essa parte do evento de maneira muito positiva, diria até magistral, porque
2372 nos remete mesmo ao contexto em que nós vivemos hoje, de tentativas de avanço
2373 através do direito, direito não como conservação, mas como um ambiente também
2374 que deve ser permeável à resistência e às mudanças de cenários de sacrifício e de
2375 desigualdade, com vistas ao alcance da justiça climática. Eu estava aqui tentando
2376 puxar alguns pontos da sua fala, e me chamou muito a atenção a referência
2377 justamente a todo esse conjunto de empreendimentos. Às vezes há uma impressão,
2378 talvez equivocada e superficial, de que, por exemplo, um parque eólico, porque
2379 desenvolva uma energia dita limpa, ela não teria um efeito nefasto na tranquilidade e
2380 nos modos de vida de populações tradicionais que são diretamente afetadas. E,
2381 muitas vezes, esse reclamo ele é invisibilizado. Então, a necessidade que o direito
2382 abra portas para esse tipo de demanda é premente. Acho que o momento deste
2383 evento é um passo, é mais um passo no sentido dessa sua fala, e a resolução do
2384 CONAMA que vem sendo discutida, já está aqui nesse conselho, também é mais um
2385 passo no sentido da realização de direitos e de avanço na concepção da justiça
2386 climática. Por isso que acho muito oportuno que tenhamos todos, cada um na sua
2387 forma de ver o problema, trazido essas contribuições. Um aspecto que me toca muito,
2388 por ter atuado junto à Procuradoria, junto ao ICMBio, é justamente um relato que você
2389 traz, de uma população quilombola em um parque, em um parque estadual, não é
2390 isso? Esse exemplo chegou ao nosso conhecimento, também na Procuradoria, nós
2391 felicitamos e vimos com muitos bons olhos, porque os espaços territorialmente
2392 protegidos têm um regime especial de proteção, é verdade. Mas, em alguns
2393 momentos, nós percebemos que há comunidades que, inclusive, já existiam naquelas
2394 áreas, antes mesmo, da concepção da criação do espaço territorialmente protegido,

2395 ou de uma unidade de conservação, especificamente. E, no âmbito do ICMBio, nós já
2396 temos hoje um conjunto normativo e de práticas, no sentido de compatibilizar as regras
2397 de proteção ambiental e de defesa dos atributos ambientais das unidades de
2398 conservação, isso é fundamental, mas, ao mesmo tempo, também consagrando e
2399 reconhecendo direitos de forma que os usos tradicionais sejam compatibilizados com
2400 os objetivos das unidades de conservação. E eu não estou falando aqui de estímulo
2401 a ocupações de unidade de conservação. Nós temos um ordenamento jurídico que
2402 reprime determinados tipos de comportamento, mas que é capaz de abrigar, pelos
2403 seus instrumentos, também situações de compatibilização de direitos. Então, acho
2404 que, para esse primeiro momento, acho que nós conseguimos avançar bem. Se não
2405 houver nenhum comentário, nesse momento, a ser feito, eu queria abrir o espaço para
2406 perguntas e para o debate, e aí nós podermos abordar um pouco mais esse assunto
2407 da justiça climática. Bom, a pedido aqui da organização do evento, em favor da hora,
2408 que já está adiantada, eu queria só, talvez uma ou duas pessoas, se tiver algum
2409 comentário a ser feito, poderia contemplar? Poderia ser, JP? Ah, está. Se não tiver,
2410 então abriria aqui a oportunidade para os membros da mesa fazerem algum
2411 comentário, e a gente poder, então, avançar com a programação do evento.

2412 **O SR. GUILHERME TAMPIERI (Assessor da Deputada Federal Duda Salabert) –**
2413 Bem rapidamente, acho que só agradecer a imensidão desse seminário ou dessa
2414 festa, que a gente também precisa celebrar as poucas vitórias que a gente tem tido,
2415 mas, sobretudo, a capacidade de continuar lutando contra esses que negam a vida,
2416 acho que eles pregam tanto a vida, mas, na verdade, eles negam a vida. Então,
2417 agradecer em nome do mandato da deputada para a gente poder construir um
2418 pouquinho mais, e só lembrar que ela é presidente da subcomissão da COP 30, então
2419 a gente está à disposição para fazer diálogos que vão ser levados, certamente, para
2420 esse momento importante da história do nosso país.

2421 **A SR^a. KEKA BAGNO (Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da**
2422 **CLDF) –** Agradecer mais uma vez o convite, e deixando outro convite para vocês, no
2423 dia 15, duas horas da tarde, na Câmara Legislativa, a gente vai fazer um seminário
2424 sobre infâncias e crise climática, junto com o Instituto ALANA. A gente vai ter uma boa
2425 participação de crianças nesse dia, então estamos construindo para que as crianças
2426 vão até lá, então espero que vocês também possam ir, e eu vou deixar ali na

2427 entradinha, essa cartilha que a gente construiu pelo mandato, que é Cuidar do Planeta
2428 é Cuidar da Gente, para as escolas daqui do Distrito Federal, e também que sirvam
2429 aí, para que vocês possam colocar em outros espaços também. É isso, muito
2430 obrigada.

2431 **O SR. RICARDO BARROSO (Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente**
2432 - **MMA**) – Bom, então, sem mais delongas, eu declaro encerrada essa mesa. Ah,
2433 desculpa. Ciro, você estava aí tão caladinho, falou tão bem no início, eu acabei não
2434 abrindo a palavra para você. Por favor, faça aí suas palavras finais, para a gente
2435 concluir.

2436 **O SR. CIRO BRITO (Advogado e representante do Instituto Socioambiental - ISA)**
2437 – Não teria nada tanto a acrescentar, mas agradecer mais uma vez e dizer duas
2438 coisas. Uma, que nós temos um podcast que está disponível nas plataformas de
2439 áudio, chama Vozes do Clima, então, quem ainda não conheceu, faço o convite para
2440 conhecer, a gente está na segunda temporada, a ideia é que a gente tenha esse
2441 espaço para vocalizar as vozes de povos indígenas e comunidades tradicionais, e as
2442 suas percepções sobre as mudanças climáticas, e ir dialogando a partir dos temas do
2443 local ao global. A outra coisa, é que eu ainda não vou dar data, mas já vou dar um
2444 spoiler, que a gente em parceria com o [ininteligível], em parceria com o joio e o trigo,
2445 vai lançar logo mais um curso sobre clima e sociobiodiversidade, onde a gente vem
2446 trazer uma visão sobre como chegamos até esse ponto, e como a gente pode fazer
2447 para sair dele, ou seja, quais são as alternativas e soluções, e aí, já dizendo que as
2448 nossas soluções são baseadas nas economias da sociobiodiversidade. Vai ser um
2449 curso apresentado pela Jesse Alves, que foi também professora, bióloga, uma mulher
2450 [ininteligível], que participou do [ininteligível] Brasil [ininteligível] vai estar disponível
2451 de maneira gratuita na plataforma [ininteligível] e formação, então sigam a gente nas
2452 redes sociais, para vocês saberem o que ficou lançado. Mais uma vez, obrigado
2453 [ininteligível].

2454 **O SR. RICARDO BARROSO (Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente**
2455 - **MMA**) – Nós que agradecemos, Ciro, queria agradecer também aqui aos demais
2456 palestrantes, ao Ciro, ao Guilherme, à Keka e à Thalita, e desejar a todos um bom
2457 evento.

2458 **A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA)** – Agradecemos,
2459 então, imensamente à mesa, pelas suas contribuições, pelas provocações que
2460 ampliaram o nosso entendimento e trouxeram novas reflexões super necessárias, a
2461 partir de muitos recortes, disso que os brasis do Brasil são feitos, de muitos recortes,
2462 e que lindo ver Nego Bispo também citado muitas vezes aqui, como ele mesmo dizia:
2463 “Vivas às vidas, porque todas as vidas são necessárias.” E sem mais delongas, a
2464 gente inicia a próxima mesa, Justiça Climática e Racismo Ambiental às Vozes, e
2465 anuncio a participação da senhora Beca Munduruku, ativista indígena e representante
2466 da Associação Indígena Pariri.

2467 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Também chamar aqui a
2468 senhora Nilma Bentes, representante do Centro de Estudos de Defesa do Negro do
2469 Pará.

2470 **A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA)** - O senhor Raul
2471 da Rocha, representante da Comissão Permanente de Adolescentes do CONANDA.

2472 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – A senhora Ana Paula de
2473 Oliveira dos Santos, representante do Conselho Nacional de Povos e Comunidades
2474 Tradicionais.

2475 **A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA)** - E o senhor
2476 Ronei Silva, advogado e representante do Movimento Nacional dos Catadores e
2477 Catadoras de Materiais Recicláveis.

2478 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Essa mesa aqui, ela é um
2479 pouco mais dinâmica, no sentido de que a gente, a proposta de resolução do
2480 CONAMA, que é onde a gente trata de princípios e diretrizes para a Justiça Climática
2481 e Racismo Ambiental, a gente também traz ali um grande desafio, que é realmente
2482 colocar na pauta ali quem são as populações vulnerabilizadas e atravessadas por
2483 esses impactos da injustiça climática, de modo geral. E aqui estão alguns
2484 representantes dessas comunidades ou desses grupos. Vale dizer, inclusive, do
2485 Movimento Nacional dos Catadores Recicláveis, então, Ronei aqui estando, que a
2486 gente inseriu essa pauta porque na consulta pública foi muito citada o papel dos
2487 catadores nisso, e também representado dentro das instituições, das organizações da
2488 sociedade civil, a citação de várias das instituições aqui. Então, a dinâmica aqui é

2489 realmente trazer a perspectiva de cada um de vocês aqui na fala, e talvez poderíamos
2490 começar desse lado para lá, como uma dinâmica. Faltou uma aqui também chamar a
2491 Letícia Ramos, representante da ONG criola, perdão. Está por aí? Está lá. Ah, pronto.
2492 Muitos nomes aqui, perdão, Letícia. Então, já que a Letícia está aqui no canto, pode
2493 ser começar por você, Letícia?

2494 **A SR^a. LETÍCIA RAMOS (ONG Criola)** – Acho que foi agora. Obrigada. Olá, boa
2495 tarde. É um prazer estar aqui em um seminário que discute uma temática tão
2496 importante. E eu estou aqui representando o Criola, que é uma organização da
2497 sociedade civil. Foi fundada no Rio de Janeiro e está atuando aí há mais de 30 anos.
2498 Na verdade, essa semana, a gente comemorou 33 anos de existência na luta pelos
2499 direitos das mulheres pretas, cis e trans. Dentro dessa perspectiva, eu queria trazer a
2500 atuação de Criola durante este ano, que a gente está focando em um projeto chamado
2501 Mulheres Negras Construindo um Futuro com Justiça Climática. E esse projeto está
2502 bem centrado naquilo que é muito relevante para a gente dentro desse tema, que é a
2503 participação das mulheres negras nas discussões e nas tomadas de decisões. Então,
2504 o nosso projeto envolve trabalhar com 30 lideranças locais ali do Rio de Janeiro, que
2505 estão atuando diretamente no enfrentamento das mudanças climáticas. E, junto com
2506 elas, nós temos desenvolvido uma agenda, na verdade, a gente já lançou uma agenda
2507 em 2023 e a gente está fazendo a atualização dela, sobre as demandas das mulheres
2508 pretas em relação às mudanças climáticas. E, dentro disso, algumas das estratégias
2509 que nós temos utilizado têm sido fortalecer essas mulheres para participar nas
2510 discussões, e ampliar a capacidade política, nossa mesmo, de atuar dentro dessa
2511 temática. E, é dentro desse contexto que eu trouxe, que eu trago as minhas falas em
2512 referência aos conceitos de justiça climática e o desenvolvimento de políticas públicas.
2513 Quando a gente tem, nos eventos que nós temos promovido, junto com essas
2514 lideranças para as discussões, dois pontos a gente traz sobre a construção de
2515 conceitos. O primeiro é que, apesar da consolidação desse conceito no meio técnico
2516 e acadêmico, nas discussões climáticas, terem sido estabelecidos ou consolidados ali
2517 nos meados de 2000, o surgimento desse movimento, como foi mencionado aqui, vem
2518 um pouco antes, em 1980, e ele vem, e eu acho que é muito importante a gente frisar
2519 isso, ele vem de movimentos ativistas. Então, o próprio conceito do que é justiça
2520 climática não vem da academia. Não é um conceito desenvolvido pela academia, mas
2521 é um conceito observado por ela. E aqui é um ponto central para a gente, porque traz

2522 de volta quem é, na verdade, os experts, os especialistas nessa temática. Um segundo
2523 ponto que a gente traz é que, consequentemente, o conceito de justiça climática,
2524 quando a gente olha para ele na prática, ele varia muito quando você fala de questões
2525 interseccionais, como raça, gênero, classe social, idade, localização geográfica.
2526 Nesse sentido, o que a gente tem observado é que o conceito e aquilo que representa
2527 a justiça climática na prática para alguém que está na Baixada Fluminense, não
2528 necessariamente traduz aquilo que é justiça climática na prática e o racismo ambiental
2529 na prática para quilombos amazonenses. Apesar de a gente estar falando das
2530 mesmas demografias, porque, constantemente, a gente discute a temática de justiça
2531 climática como um tema segregado e aí você olha para... Você faz uma definição geral
2532 e você tenta encaixar essa definição em várias aplicações. E o que a gente vê são
2533 políticas e conceitos que não traduzem a realidade do território. De uma maneira geral,
2534 sim. De uma maneira específica, ela falha em implementar as mudanças necessárias.
2535 No ponto de políticas públicas, e aqui colocando muito a questão das mulheres negras
2536 como agentes de transformação, reforçando que a luta de criola é pela participação, o
2537 aumento da participação dessas mulheres na luta pelos seus direitos, e aqui inclui a
2538 luta climática. No nosso trabalho em conjunto com essas lideranças, algumas coisas
2539 que elas trazem para a gente o primeiro ponto, o embranquecimento da discussão
2540 climática. Então, quando você, quando a gente para, a gente fala de várias formações
2541 e capacitações que a gente tem trago para essas lideranças e constantemente
2542 aquelas pessoas que estão falando dessa temática não são as pessoas que
2543 representam elas, que estão ali no dia a dia, enfrentando diariamente. Eu tive algumas
2544 experiências além de trabalhar em criola aqui no Brasil, mas fora do Brasil e como
2545 mulher negra é uma experiência particular, os ambientes de discussões climáticas não
2546 são, quando a gente sai da temática de justiça climática que é vista muitas vezes
2547 como uma temática vertical quando você entra nas outras temáticas que vão ter
2548 impactos diretos ou indiretos, mas que ainda não são vistos como parte dessa
2549 transformação ligada à justiça climática, é um território muito difícil de se estar
2550 enquanto pessoa preta, e eu sinto uma desconexão muito grande, quando eu saio do
2551 ambiente que eu estou discutindo com essas lideranças negras, aquilo que elas têm
2552 enfrentado no dia a dia e quando eu chego por exemplo em uma SBI 62 que a gente
2553 teve agora em Bonn e eu vejo as discussões que estão tendo ali, está desconectado
2554 e a preocupação que nós temos em criola é como que a gente fecha esse gap que
2555 existe entre o corpo técnico e as tomadas de decisões no nível global, no nível mais

macro e como a gente conecta ela com as realidades dos locais, dos territórios, porque em alguns casos a gente tem mulheres falando: Não, a gente tem políticas públicas que adereçam isso e isso, mas a hora que é para implementar, não funciona por isso, não funciona por aquilo. então, existe toda uma desconexão entre quem desenha e quem aplica essas leis e aí está uma grande parte, a gente enxerga do motivo pelo qual a gente não consegue ainda, efetivamente a gente está nessa luta há muito tempo das crises climáticas, justiça climática e a gente ainda está aqui conversando sobre as mesmas coisas, então existe aí um gap, existe um gargalo entre conectar os legisladores, o corpo técnico, e quem está no território para desenhar políticas públicas que de fato tragam um desenvolvimento sustentável que é justo, que de fato é a tradução da sustentabilidade, ela não olha só para a parte econômica, ela olha para a parte social, ela olha para a parte ambiental e muitas vezes se a gente parar para observar o conhecimento ancestral que é uma das outras demandas dessas mulheres existe muitas respostas para as questões socioambientais dentro desses territórios no conhecimento ancestral que, por muitas vezes, é negligenciado e por falta da participação efetiva dessas mulheres não são levadas em consideração no momento de tomada de decisão. E aí novamente nós temos políticas públicas que não atendem a população a qual elas entendem. Então, de uma maneira geral, trouxe aqui um resumo do resumo, tinha muito mais coisas para falar, mas a parte principal que nós temos trabalhado e a nossa maior preocupação é: Nós não temos mais tempo para falhar nessas políticas públicas, principalmente quando a gente está falando de justiça climática. Nós precisamos fazer isso da maneira correta. E para fazer isso da maneira correta nós precisamos incluir os grupos que mais são afetados, e isso inclui a participação das mulheres negras no processo de tomada de decisão, e também no desenho das políticas públicas que estão adereçadas a enfrentar as mudanças climáticas. É isso.

A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA) - Obrigada Letícia agora a gente segue para ouvir a senhora Beca Munduruku, ativista indígena.

A SR^a. BEKA MUNDURUKU (Associação Indígena Pariri) – Boa tarde pessoal. Sou Beca, sou do povo Munduruku da região do Médio Tapajós do estado do Pará, estou aqui representando a associação indígena Pariri, a associação que representa as 14 aldeias do Médio Tapajós e faço parte de um coletivo audiovisual de mulheres do povo

2588 Munduruku que teve o objetivo de ser criado para fazer denúncias do que acontece
2589 dentro do território como o garimpo ilegal, o roubo de madeira e desde 2014 a gente
2590 tem atuado com essa ferramenta de luta, juntamente com as lideranças na região. Eu
2591 venho do território que é super invadida pelo garimpo ilegal, principalmente, e hoje a
2592 gente tem essa luta juntamente com os ribeirinhos da região para falar sobre o que
2593 acontece na nossa região, uma região super explorada pelo garimpo ilegal assim
2594 como outros territórios, como Kayapó e Iñomâmi, e a gente não é diferente. E isso
2595 tem contaminado muito, impactado a nossa região. E o mercúrio que está impactando
2596 a região, tanto as mulheres, principalmente, e isso cada vez mais tem aumentado e
2597 cada vez mais tem impactado, e com tudo isso que vem acontecendo, muitas coisas
2598 que acontecem, muita coisa mudou na região, no território, principalmente as
2599 mudanças climáticas. Hoje a seca na Amazônia é muito forte em outras regiões, a
2600 chuva no Sul, e para nós não é diferente, isso vem acontecendo cada vez mais. Muitas
2601 aldeias elas ficam distantes sem ter contato com ninguém, com o verão, e hoje isso
2602 cada vez mais que vem sendo avançado, muitos territórios, muitos povos estão
2603 querendo vir mais para perto, mas porque é uma questão que esse impacto ele cada
2604 vez mais tem sido causado para nós na nossa região. E com isso tudo a gente, como
2605 povos indígenas, que fala sobre o nosso território, sobre a demarcação dos territórios
2606 indígenas que são muito importantes para ter um clima mais que a gente possa viver,
2607 e sem os territórios indígenas, sem as demarcações do território não há justiça
2608 climática. Nós como povos indígenas vem sempre falando isso, as lideranças que
2609 estão cansadas de falar sobre as demarcações do território, os direitos dos povos
2610 indígenas e a ocupação das lideranças indígenas nessas tomadas de decisões,
2611 principalmente na COP. A gente não pode falar sobre a Amazônia se aprovam projetos
2612 que destroem a Amazônia. E a gente tem está tendo esse impacto e esse... E o que
2613 a gente quer é oportunidade para falar sobre os territórios que são impactados pelas
2614 demarcações, com as demarcações dos territórios para que a gente possa ter um
2615 território e um clima mais justo para a nossa futura geração.

2616 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Então, eu vou chamar o
2617 Raul Zainedin da Rocha que é representante da Comissão Permanente de
2618 Adolescentes do CONANDA. Vale dizer também que o CONANDA e o CONAMA
2619 fizeram uma moção conjunta pela primeira vez na história em apoio ao PL 2225-2024.
2620 Tem sido apelidado agora do ECA ambiental, já que teve o ECA digital, vai ter o ECA

2621 ambiental. Então, por favor.

2622 **O SR. RAUL ZAINEDIN DA ROCHA (Representante da Comissão Permanente de**
2623 **Adolescentes do CONANDA)** – Gente vim para cá porque se eu falo sentado acabo
2624 ficando meio ansioso, e a Angela falou mais cedo que ela é professora, ela não
2625 consegue falar sentada e a minha mãe é professora, então acho que eu acabei talvez
2626 herdando isso dela. Gente, o que falar depois de um dia com tantas contribuições
2627 enriquecedoras, eu particularmente me senti extremamente contemplado pela última
2628 mesa, o Guilherme trazendo algumas questões políticas extremamente relevantes
2629 para o Brasil na contemporaneidade, a Keka falando sobre algo fundamental que é a
2630 participação de crianças e adolescentes na questão dos assuntos que tangem as
2631 mudanças climáticas, a Thalita trazendo visões do direito, eu também me senti
2632 particularmente contemplado, porque estou no primeiro ano do curso de direito, mas
2633 principalmente estou aqui enquanto representante do CPA. O CPA é o Comitê de
2634 Participação de Adolescentes do CONANDA, que é o Conselho Nacional dos Direitos
2635 da Criança do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Então
2636 nós somos um comitê consultivo que é formado por 47 adolescentes, sendo 27
2637 indicados dos conselhos estaduais, 10 são selecionados pelas plataformas virtuais e
2638 outros 10 são indicados por grupos diversos, entre eles grupos de comunidades
2639 quilombolas, ribeirinhas, de crianças e adolescentes com deficiência, LGBTQIAPN+ e
2640 muitos outros. Então nós participamos de diversas atividades, tem diversas agendas
2641 e em cada lugar vai um diferente, então muito obrigado ao convite do CONAMA para
2642 a participação do CPA. Então, agora permitam-me começar dizendo ou afirmindo
2643 algo que muitas vezes é esquecido, que não existe injustiça climática sem justiça
2644 geracional. A crise climática, ela é também uma questão de futuro, e quando crianças
2645 e adolescentes não participam das decisões que moldam esse futuro nós estamos
2646 diante de uma injustiça ainda mais... De uma injustiça ainda mais cruel, que é de
2647 herdarmos um planeta destruído sem termos tido a oportunidade e o direito de decidir
2648 sobre ele. A participação infanto-juvenil, portanto, e, gente, pode passar acabei... A
2649 participação infanto-juvenil, portanto, ela se apresenta não como um detalhe
2650 protocolar, mas sim como um pilar essencial para toda e qualquer transição justa. Não
2651 à toa nós, enquanto CPA, temos o nosso lema do: “Nada para nós sem nós,” porque
2652 como é que nós vamos discutir ou elaborar políticas públicas elaboradas,
2653 direcionadas, aliás, para crianças e para adolescentes ou políticas ambientais sem

2654 contar com a nossa participação de quem vive, presencia na prática, no dia a dia, as
2655 mazelas oriundas dessas mudanças climáticas. Tanto agora quanto no futuro, cabe
2656ressaltar isso aqui. Então quando nós falamos de mudanças climáticas, nós não
2657 estamos diante de uma abstração científica distante, nós estamos falando de vidas
2658 concretas, de corpos racializados e de territórios que são historicamente marcados
2659 pelo abandono. Então como já foi citado aqui anteriormente, no Brasil a crise climática
2660 tem cor, tem classe, tem gênero. Ela atinge primeiro e com mais força as mulheres
2661 negras, os povos indígenas e as comunidades periféricas e quilombolas, ou seja,
2662 todas aquelas pessoas que sempre foram colocadas na linha de frente da
2663 vulnerabilidade. Segundo essa mesma linha de raciocínio a Sueli Carneiro, trazida
2664 anteriormente, nos ensina que a desigualdade não é a mera soma de opressões, ela
2665 é na realidade o cruzamento perverso entre racismo, sexism e pobreza. Então esse
2666 cruzamento, ele seria a tão famosa interseccionalidade que explicita o modelo social
2667 de um país que ainda na contemporaneidade é alicerçado no racismo Estrutural, mas
2668 para além e, como consequência desse racismo Estrutural, é que hoje nós estamos
2669 falando aqui do racismo ambiental. É por conta do racismo ambiental que as
2670 enchentes arrastam casas de famílias negras, que quem mais sofre com lixões e com
2671 poluição são as periferias, e que o saneamento básico falta na casa de milhões de
2672 pessoas, que são aí historicamente abandonadas pelo poder estatal, mas esse
2673 saneamento nunca vai faltar na casa das famílias nobres. Defender o planeta,
2674 portanto, se apresenta como algo que é extraordinário a pauta ambiental, essa luta
2675 atinge tudo aquilo que tange a defesa da vida negra, da vida indígena e da vida
2676 periférica. Então só existe um futuro plausível se nós entendermos que a luta contra
2677 as mudanças climáticas deve ser também a luta contra a desigualdade racial. E essa
2678 desigualdade não se prende apenas ao campo social, ela abrange também outras
2679 questões como, por exemplo, também citado anteriormente aqui, os modos de saber.
2680 Então isso se chama, que foi trazido aqui, epistemicídio. O epistemicídio seria o
2681 assassinato simbólico e também material de saberes negros e indígenas, frutos do
2682 nosso colonialismo. Então a gente percebe também que não existe justiça climática
2683 enquanto não houver a justiça cognitiva. É como consequência desse epistemicídio é
2684 trazido também a questão de que é extremamente necessário o rompimento com o
2685 monocultivo do saber, e o monocultivo do saber seria justamente isso, acreditar que
2686 a única forma válida de conhecimento é da ciência ocidental moderna ignorando todas
2687 as outras formas de saber. Mas agora trazendo mais uma vez para nossa pauta

2688 ambiental, isso significa dizer que não basta a gente medir a temperatura média da
2689 Terra, a gente tem que ouvir e principalmente dialogar com os povos indígenas que
2690 conhecem os ciclos da floresta, com os povos ribeirinhos que sabem ler os rios, e com
2691 as comunidades quilombolas que entendem da terra, ou seja, conversar com todos
2692 aqueles que sabiam muito antes da Organização das Nações Unidas, que as
2693 mudanças climáticas e que o aquecimento global são uma problemática
2694 extremamente urgente. Então, agora trazendo mais um tema que também foi citado
2695 aqui, por isso que eu disse que eu acabei me sentindo muito contemplado com esse
2696 seminário, é a questão da necropolítica. Então a necropolítica ela se apresenta como
2697 um fator central que garante que todos esses problemas que eu trouxe anteriormente,
2698 eles se perpetuem. A necropolítica seria o poder de gerir a morte, o poder de decidir
2699 quem pode viver, quem deve morrer, ou quem vai ser condenado a uma vida de
2700 negligência, sem nenhum direito e sem nenhuma garantia de plenitude dessa vida
2701 mesmo. Então, trazendo mais uma vez para o nosso país, para o Brasil, essa
2702 necropolítica ela se traduz no nosso tema, que é o racismo ambiental, até porque
2703 sempre são os mesmos corpos e territórios que são sacrificados. Os povos indígenas
2704 são expulsos de suas terras, os povos quilombolas aí são sufocados pela mineração,
2705 as comunidades periféricas são inundadas pelas chuvas e as favelas são soterradas
2706 pela lama. Então enquanto alguns vivem em condomínios cercados, com ar-
2707 condicionado, com água encanada, outras pessoas vivem aí o cotidiano da
2708 insegurança climática, vivem sem saneamento básico, vivem em moradias que não
2709 são dignas, vivem respirando o ar poluído e bebendo água que é contaminada. Então,
2710 a gente... Aqui eu preciso salientar mais uma vez que a justiça climática não é apenas
2711 a redução das emissões dos gases de efeito estufa, ela é mais uma vez o
2712 enfrentamento ao racismo ambiental, ao enfrentamento a essa geografia da morte que
2713 trata comunidades e povos inteiros como descartáveis, então nós precisamos mudar
2714 esse pensamento, nós precisamos afirmar que todos devem ter o direito a viver uma
2715 vida plena. Só que no Brasil a gente percebe que estamos caminhando em um sentido
2716 oposto. As nossas decisões são tomadas em gabinetes climatizados por aqueles que
2717 mais lucram com essa destruição, sem a participação de quem é realmente impactado
2718 pelas mudanças do clima. A exemplo disso nós temos a recente PEC da devastação
2719 que ela desmonta salvaguardas ambientais e abre caminhos para mais violência e
2720 exploração contra esses povos e territórios. Isso não é uma política pública, não é
2721 uma política governamental, porque se isso está governando alguma coisa eu não sei

2722 o que é, não é uma política de futuro, então é apenas uma política da morte mesmo.
2723 Então, retornando agora ao ponto anterior, existe a atitude direta, a ação que induz
2724 ao risco de vida, mas existe também a omissão. Então quando um estado escolhe não
2725 fazer nada, ele ainda está fazendo uma escolha, e escolhas tem consequências. E
2726 quando a consequência dessa escolha de não fazer nada é o extermínio de grupos e
2727 de populações que são históricas e ordinariamente vulnerabilizadas e hostilizadas,
2728 esse estado é um estado necropolítico, é um estado que decide quem vive, quem
2729 morre, quem corre perigo, quem fica salvo, mas, principalmente, quem vive e quem
2730 sobrevive perante as mudanças do clima. Então se nós estamos aqui hoje é porque
2731 nós continuamos, ou melhor, porque nós devemos continuar garantindo que essa luta
2732 não acabe, que ela não morra junto com os sonhos e com os futuros de tantos que
2733 foram devastados por esse descaso genocida. Se nós estamos aqui hoje é porque
2734 nós nos perguntamos como acabar com o racismo ambiental, com as mudanças
2735 climáticas, só que ainda assim eu gostaria de ir além. Se a gente está aqui hoje, a
2736 gente tem que reconectar essa pergunta com um questionamento que talvez seja um
2737 pouco mais profundo, que é como nós podemos resistir a uma sociedade que
2738 normaliza o luxo e o privilégio de alguns enquanto empurra outros para as margens
2739 não apenas das cidades, mas também das suas próprias vidas. Então nós não
2740 podemos aceitar esse destino. A crise ela não é apenas ambiental, ela é política, ela
2741 é democrática. A luta contra o racismo, contra o colonialismo, contra todas as formas
2742 de opressão e exclusão que ainda estruturam a nossa sociedade. Portanto, não existe
2743 justiça ambiental sem justiça geracional, justiça racial e justiça cognitiva. Um outro
2744 futuro é possível sim, mas ele tem que ser construído junto com todas as vozes, com
2745 todos os saberes e principalmente com toda a coragem que o nosso tempo exige.
2746 Muito obrigado.

2747 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Agora vou chamar o senhor
2748 Ronei Silva, advogado e representante do Movimento Nacional de Catadores e
2749 Catadoras de Materiais Recicláveis.

2750 **O SR. RONEI SILVA (Representante do Movimento Nacional de Catadores e**
2751 **Catadoras de Materiais Recicláveis)** – Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é
2752 Ronei, eu sou catador de material reciclável, sou fundador junto com meus
2753 companheiros do Movimento Nacional de Catadores, movimento que nasceu nos

2754 anos 2000. Fui fundador da Centcoop, que é a central de cooperativas de catadores
2755 de materiais recicláveis, que hoje tem o maior complexo de reciclagem da América
2756 Latina, uma luta que a gente teve ao longo de mais de 20 anos. Conseguimos terrenos
2757 com a Secretaria de Patrimônio da União para a construção das unidades de triagem.
2758 Conseguimos recursos com o BNDES para a construção das unidades de triagem.
2759 Começo falando isso porque depois que eu me tornei advogado, as pessoas parecem
2760 que esquecem que eu sou catador. Minha vida quase toda eu fui catador, tem muito
2761 pouco tempo que eu sou advogado. Eu, com 28 anos de idade, eu não sabia ler e
2762 escrever. E hoje, com 51, formado pela Universidade Católica de Brasília, eu sou
2763 advogado e continuo lutando pela minha categoria, pelos meus companheiros. Bem,
2764 este tema é extremamente importante, ele precisa ser difundido. Quero cumprimentar
2765 meus colegas da mesa, minhas amigas, meus companheiros aqui e dizer da
2766 importância da fala de todos nós, porque eu acho que a gente precisa disso. Nós que
2767 estamos vivendo na pele, no dia a dia, a gente precisa falar, a gente precisa mostrar
2768 o que está acontecendo e eventos como este têm um papel importantíssimo para isso.
2769 Bem, este tema é extremamente importante e é interessante falar de justiça climática
2770 e racismo ambiental é como isso bate forte para mim e eu acho que para todos nós,
2771 catadores e catadoras de materiais recicláveis, não só do Brasil, mas do mundo,
2772 porque nós sofremos racismo ambiental a vida toda. Interessante que lixões e aterros
2773 sanitários geralmente são feitos onde pessoas de baixa renda vivem e onde elas não
2774 vivem, elas passam a viver. A exemplo aqui da Estrutural, que é uma cidade que foi
2775 construída em volta do maior lixão da América Latina, lixão da Estrutural, que continua
2776 em pleno funcionamento e eu fui até deselegante quando interrompi a Keka para falar
2777 que o lixão continua em pleno funcionamento hoje na capital do país, a 13 quilômetros
2778 do Palácio do Planalto, a 11 do Palácio do Buriti. Ele continua em pleno
2779 funcionamento. A única coisa que foi feita foi a mudança do nome, deixou de ser lixão
2780 da Estrutural para se tornar unidade de recebimento de entulho, mas lá hoje se enterra
2781 tudo. Enfim, e hoje um problema que a gente tinha, que era o lixão da Estrutural, hoje
2782 nós temos dois, caminhando para o terceiro. Nós temos o lixão da Estrutural, nós
2783 temos o Aterro Sanitário de Samambaia, diga-se de passagem, foi feito bem mesmo,
2784 onde pessoas de baixa renda, na sua grande maioria pretos e pretas, moram lá na
2785 Samambaia. E agora uma das, entre aspas, “benfeitoria” que foi feita lá para falar
2786 assim: Olha, nós vamos empurrar um Aterro Sanitário aqui, vocês vão receber dois
2787 mil caminhões de resíduos domésticos diariamente, então como benefício nós vamos

2788 construir aqui uma escola para vocês." Essa escola vai ser demolida agora para
2789 colocar uma termoelétrica agora. Inclusive tem um movimento do pessoal que... Salve
2790 o Melchior, que está lutando contra a termoelétrica, nós estamos unindo forças contra
2791 essa termoelétrica, que querem fazer aqui em Brasília. A gente sabe, eles estão
2792 dizendo que é para gás, que é para uma termoelétrica que vai queimar gás, mas a
2793 gente sabe que não é verdade. A gente sabe que sem implantar coleta seletiva, sem
2794 implantar o que foi determinado na Política Nacional de Resíduos, não adianta. Um
2795 Aterro Sanitário que duraria 50, 60, 100 anos, ele passa a durar 10, porque a empresa
2796 que administra o Aterro Sanitário ela ganha por tonelada enterrada. Então quanto mais
2797 se enterra, mais se ganha um Aterro Sanitário que duraria 30, 40, 50 anos, até 100
2798 anos, vai durar apenas 10, 15 anos, porque quanto mais se enterrar, melhor é. Nós
2799 passamos uma luta gigantesca na época do fechamento do lixão aqui. A gente...
2800 Fiquei triste que a doutora da Defensoria Pública saiu, porque naquele momento tão
2801 difícil para nós catadores de materiais recicláveis aqui no Distrito Federal, foi a
2802 Defensoria Pública, foi o doutor Kleber que ajuizou uma ação e que foi, assim, o fôlego
2803 que deu para a gente sobreviver naquele confronto com o governo que foi um
2804 confronto extremamente desigual. E aí quando se fala em racismo ambiental, eu acho
2805 que é bem isso. São coisas que nós, por sermos pretos, por sermos indígenas, por
2806 sermos pobres, a gente sofre no dia a dia. As crianças da cidade Estrutural, as
2807 mulheres, os homens da cidade Estrutural, eles convivem diariamente com gás
2808 metano. É uma coisa comum falar do gás metano. Uma escola na cidade Estrutural
2809 ficou por mais de um ano sem receber aula por conta das emissões de gás metano
2810 que saiam no solo da escola, porque ali na cidade Estrutural tudo tem lixo enterrado.
2811 Coisa que as crianças do Lago Sul, Lago Norte, os bairros nobres, nem fazem, nem
2812 sonham que existe. São coisas que essas pessoas não convivem. Eles nunca vão
2813 falar da implantação de um aterro sanitário, de um lixão, em um bairro nobre. Nunca
2814 vão colocar um aterro sanitário ali no Lago Sul ou no Lago Norte. Então, isso
2815 realmente, quando se fala em racismo ambiental, se fala desse processo de exclusão,
2816 desse processo de discriminação que a gente vive ao longo dos anos. Jardim
2817 Gramacho, que foi um lixão lá no Rio de Janeiro, ainda é um lixão e hoje existe a
2818 extração do gás lá, foi um lixão feito no Mangue e em uma área de quilombo. Muitos
2819 catadores no Jardim Gramacho eram quilombolas, eram famílias inteiras, grupos
2820 inteiros de quilombolas que trabalhavam lá no lixão. Estive lá diversas vezes com os
2821 companheiros lá do Rio de Janeiro. Interessante que foi assim, Jardim Gramacho era

2822 o maior lixão da América Latina, aí fizeram o processo de expulsão dos catadores de
2823 lá, não implantaram coleta seletiva no Rio de Janeiro, não implantaram nada daquilo
2824 que determina a Política Nacional de Resíduos, deram R\$ 14 mil reais e se viram para
2825 lá. Aqui em Brasília, nem os R\$ 14 mil nem nada, a gente está discutindo isso até hoje
2826 na Justiça. Foi próximo, que aí era assim, maior lixão da América Latina, Jardim
2827 Gramacho. Aí agora, maior lixão da América Latina, Brasília, lixão da Estrutural. E o
2828 próximo foi o do Aurá, no Pará. Interessantíssimo que se no Rio de Janeiro eram
2829 quilombolas, aqui na Estrutural é o povo preto periférico, no Jardim Aurá, na sua
2830 grande maioria indígenas, que trabalham no lixão, que recolhem material reciclável. A
2831 gente tem cooperativas no Movimento Nacional de Catadores no norte do país, que
2832 na sua grande maioria são indígenas que vivem da reciclagem, que por falta de
2833 oportunidade, por falta desse processo de inclusão, encontraram na reciclagem o
2834 único modo de vida. Então, esse é um problema do racismo ambiental. Ele é uma
2835 coisa concreta, ele está aí, e as pessoas não observam, não se atentam para isso, e
2836 é por isso que a gente precisa falar, a gente precisa acordar a população para isso,
2837 porque nós somos brasileiros, nós somos seres humanos, nós temos direitos
2838 humanos que estão sendo, todo santo dia, atacado e desconsiderado pelo poder
2839 público, pelos governantes, e eu acho que por todos aqueles que detêm o poder. Era
2840 isso. Muito obrigado a todos e a todas.

2841 **A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA)** - Obrigada,
2842 Ronei. Agora a gente chama a senhora Ana Paula de Oliveira dos Santos,
2843 representante do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

2844 **A SR^a. ANA PAULA DE OLIVEIRA DOS SANTOS (Representante do Conselho**
2845 **Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT)** – Boa tarde a todos e
2846 todas. Eu sou Ana Paula, pescadora artesanal, sou mulher negra, sou do estado de
2847 Alagoas e faço parte do CNPCT. O CNPCT é um conselho nacional que ele compõe
2848 28 segmentos de povos e comunidades tradicionais, além das representações do
2849 governo. Ultimamente, a gente conseguiu elaborar e aprovar o Plano Nacional de
2850 Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. É uma
2851 discussão que o Conselho já vem fazendo há muitos anos, dialogando, mas até que
2852 enfim a gente conseguiu acatar essa proposta da gente enfrentar o governo e a gente
2853 dialogar a elaboração do nosso plano. E aí, pensar no tema justiça climática e racismo

2854 ambiental, é falar do processo de exclusão, de invisibilidade dos nossos povos e
2855 comunidades tradicionais. E aí eu pergunto, será que as nossas vozes de fato estão
2856 sendo ouvidas desses povos que estão lá nas comunidades tradicionais? E que a
2857 gente sabe que não. E aí eu quero trazer o exemplo partindo da minha comunidade.
2858 Sou de uma comunidade tradicional pesqueira, e essa comunidade, ela enfrenta um
2859 racismo ambiental muito grande. E aí, quando a gente fala na questão da preservação
2860 do nosso território, a gente fala que, de fato, quem preserva somos nós. E aí, eu trago,
2861 assim, o exemplo da minha comunidade é o exemplo de várias comunidades
2862 quilombolas e indígenas, de pescadores, extrativistas, costeiros e marinhos, assim
2863 como de outros segmentos. E a gente enfrenta a especulação imobiliária que chega
2864 nas comunidades tradicionais, faz o desmatamento, consegue a aprovação para fazer
2865 lá sua construção e constrói grandes hotéis, grandes restaurantes, grandes mansões.
2866 E faz com que a gente saia do nosso espaço de permanência, de garantia, espaço de
2867 nossa história que a gente tem lá nas comunidades. E aí, vem os crimes ambientais.
2868 E eu sei que todos aqui sabem do derramamento do petróleo no Nordeste. O quanto
2869 isso impactou as comunidades tradicionais. Mas não foi só as comunidades, não.
2870 Porque ela impactou também esse crime às nossas vidas, às vidas das populações
2871 que sobrevivem nessas comunidades pesqueiras. Principalmente a questão da saúde.
2872 E principalmente as nossas mulheres que vivem diariamente dentro de um rio,
2873 fazendo a sua atividade da pesca artesanal. Aí a gente vê a poluição das usinas. São
2874 tudo crimes que isso afeta a gente, que não tem resultado, que os culpados não são,
2875 não pagam por isso. E a gente continua na comunidade lá, lutando em busca dos
2876 nossos direitos. E aí vem o branqueamento dos corais. E a gente está vendo aí o
2877 quanto os nossos corais eles estão morrendo. E a gente sabe que o derramamento
2878 do petróleo também contribuiu para isso. Assim como outras questões que
2879 contribuíram. E aí dizer que essa questão não é uma questão só das comunidades
2880 pesqueiras, mas é de várias comunidades, de povos que estão lá vivendo nessas
2881 comunidades tradicionais. E eu coloquei aqui alguns pontos para discutir com vocês.
2882 E uma das questões, quando a gente fala dos crimes ambientais, a gente esquece de
2883 dialogar a violência de gênero para PCTs. E a gente esquece de dizer que isso
2884 também é uma violência que afeta a gente, os nossos corpos, as nossas
2885 comunidades, as nossas populações. E uma outra questão que eu trago também, são
2886 que essas áreas mais vulneráveis, pela proteção dos nossos ecossistemas, costeiros
2887 e marinhos e da biodiversidade. E a gente não tem esse olhar, a sociedade não tem

2888 esse olhar para essas populações que estão nessas áreas e que são as áreas mais
2889 afetadas. Porque quando você desmata um manguezal, quando você desmata uma
2890 mata, você prejudica o rio, prejudica as populações que sobrevivem e faz com que a
2891 sua renda saia desses espaços. E aí eu quero trazer um fator que fala, assim, das
2892 nossas vozes. Então, será que, de fato, nós somos vistos? E a gente tem uma COP
2893 aí pela frente. E aí eu quero trazer alguns exemplos que a gente dialogou
2894 recentemente. A gente teve a pré-COP do MIQCB, que são as Mulheres Quebradoras
2895 de Coco Babaçu, e da Rede de Povos e Comunidades Tradicionais. E a gente viu que
2896 a gente conseguiu avançar lá nas nossas discussões, mas o diálogo com o governo,
2897 quem representa o governo, a gente não conseguiu. E será que a gente vai conseguir?
2898 A gente está em uma pré-COP, nesse momento, lá em Brasilândia, com o pessoal da
2899 pesca, com os extrativistas costeiros e marinhos que estão dentro de reservas
2900 extrativistas. E aí, a gente não tem nada. A gente chamou o governo para uma
2901 discussão, porque para a gente, a pré-COP dos oceanos representa várias
2902 comunidades tradicionais. E todas as representações de governo que foram lá, eles
2903 não tinham nada para dialogar com a gente. Porque ninguém tem dinheiro, ninguém
2904 tem proposta, as propostas são nossas. E aí, será que a gente, de fato, vai ser
2905 visibilizado dentro da COP 30? Porque quem mais são os prejudicados somos nós,
2906 PCTs, que estamos lá nas comunidades, mas não somos ouvidos, mas a gente
2907 enfrenta todos os dias o racismo ambiental, as mudanças climáticas, os crimes
2908 ambientais. E aí, quando a gente vem para um diálogo com o governo, nós não somos
2909 ouvidos. E a gente está com o pessoal da pré-COP dos oceanos, lá no Congresso,
2910 para a gente levar as nossas reivindicações. E aí, a gente fez uma mobilização
2911 COFREN, CNS, Rede de Povos e Comunidades Tradicionais, Rede Cerrado, para a
2912 gente poder levar essas reivindicações nossas. E o que a gente hoje, assim, enquanto
2913 comunidades tradicionais, a gente vê como perspectiva de um diálogo melhor sobre
2914 essa questão ambiental, é a gente estar inserindo os nossos territórios na plataforma
2915 de territórios tradicionais. E eu digo para vocês por que a gente pensa nessa
2916 discussão e a gente está lá na plataforma? Porque a plataforma, ela dialoga com a
2917 defesa dos nossos direitos e a defesa dos nossos territórios, a nossa proteção
2918 enquanto populações, mas também a proteção dos nossos territórios e do meio
2919 ambiente. E que para a gente é fundamental que os nossos povos e comunidades
2920 tradicionais estejam inseridos na plataforma. Porque a plataforma, ela está ancorada
2921 no Ministério Público Federal, mas ela foi feita por nós, para nós, povos e

2922 comunidades tradicionais. E é dentro dela que a gente está conseguindo fazer um
2923 diálogo com relação à questão ambiental e ao racismo ambiental, dentre outros temas
2924 também que a gente consegue dialogar com a plataforma. E aí eu coloco que para
2925 combater o racismo ambiental, é necessário que as populações mais afetadas, elas
2926 tenham vozes ativas e garantida nas tomadas de decisões. Porque até o momento a
2927 gente não tem. A gente não consegue garantir que as nossas pautas, elas sejam de
2928 fato aprovadas. Parece que recebe e engaveta, porque a questão ambiental não é
2929 prioridade. É prioridade para nós, PCTs que estamos lá nos nossos territórios, de
2930 preservar o território, de fazer com que não aconteça um crime ambiental, do
2931 derramamento do petróleo, a gente ir lá para as praias e para os nossos rios e pegar
2932 o petróleo com as mãos, sem nenhuma proteção, sabendo que a gente poderia ser
2933 muito prejudicada com isso e como fomos prejudicados. Mas a gente queria o nosso
2934 mar limpo, os nossos rios limpos, e a gente sabia que aquilo era um crime muito
2935 grande e que não ia ter um resultado e os culpados não seriam punidos. E, por fim,
2936 eu digo que precisamos fortalecer os PCTs através de suas organizações e
2937 comunidades tradicionais, na proteção dos nossos direitos e na proteção das
2938 comunidades tradicionais. E que precisamos ter acesso às políticas públicas, que
2939 ainda é um grande entrave para a gente. E que a gente sabe que precisamos estar
2940 cada vez mais fortalecidos e organizados para a gente continuar a nossa luta, porque
2941 a nossa luta não para e a gente sabe que a questão ambiental é nossa também. É
2942 nossa de preservação da nossa cultura, da nossa história, da nossa ancestralidade,
2943 mas também das nossas comunidades tradicionais. E é isso. As nossas vozes, elas
2944 precisam ser ouvidas e acatadas.

2945 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Muito obrigado, senhora
2946 Ana Paula. E, para fechar, a senhora Nilma Bentes, representante do Centro de
2947 Estudos e Defesa do Negro do Pará.

2948 **A SR^a. NILMA BENTES (Centro de Estudos e Defesa de Negro do Pará –**
2949 **CedenPA)** – Eu ia perguntar, mas o que fazer? Porque a gente vem, parece que eu
2950 soube que no Rio de Janeiro tinha uma escola de samba, parece que era Ipanema,
2951 que eles concentraram, mas não saem. Taco, taco, taco, mas só fazia isso. A gente
2952 sabe um monte de coisa, mas não sabe o que fazer. Porque só fortalecer, só resistir,
2953 não vai mudar. Nós teríamos que ter alguma coisa a mais. E, como o Brasil tem mais

2954 de 8 milhões de quilômetros quadrados e mais de 203 milhões de habitantes, é difícil,
2955 justamente porque, não só pelo tamanho, que o Brasil são Brasis. Lembro quando o
2956 rapaz estava falando aqui na mesa passada, eu me lembrei que quando ele falou,
2957 sabe, de seguir o joio do trigo, nós da Amazônia não sabemos nem o que é joio nem
2958 o que é trigo. Eu pensava, inclusive, que eram as bolinhas que a gente não sabia, que
2959 a gente não sabia separar. E só depois de muito tempo que eu vi saber que é a planta
2960 que é parecida, não é as bolinhas. Então, como o Brasil é superdiverso, nós sabemos
2961 que as mudanças climáticas sempre existiram. Era do gelo, o dilúvio de Noé, colocou
2962 um monte de gente lá, será que nós descendemos disso? Só sei que ele colocou os
2963 animais lá dentro e enfrentou o dilúvio. Quer dizer que as mudanças climáticas sempre
2964 existiram, agora é que ela está sendo acelerada com a contribuição das pessoas.
2965 Então, é como eu digo, parece a pandemia. É para todos, mas uns estão melhor
2966 estruturados para receber do que outros. Eu realmente não gosto de falar, mas às
2967 vezes eu sou chamada e gosto logo de me livrar da tarefa. Então, às vezes eu tenho
2968 que pular, porque realmente é difícil. Eu lembrei da doutora Bertúlio, não era Julia,
2969 mas ela faleceu recentemente, era do Paraná, e ela falava assim: “Olha, o Estado
2970 brasileiro é impressionante, porque no Estado brasileiro tem o sistema de justiça que
2971 é todo composto por pessoas que passaram por faculdade de direito.” Todos, o
2972 sistema de justiça é todo. O legislativo, todos os deputados têm assessoria jurídica de
2973 pessoas que passaram pela faculdade de direito. O poder executivo também, todos
2974 os ministérios têm assessoria jurídica. Ou seja, no fundo, o Brasil é dirigido por juristas,
2975 por pessoa que passou pela faculdade de direito. Mas essa faculdade de direito não
2976 trata de direitos humanos, não trata de justiça, foi colocado aqui, esse tema nem entra.
2977 Então, teria que passar pelo sistema de educação. Alguém já disse aqui que a solução
2978 vem pela educação. Na verdade, eu acho que tem coisas que são simultâneas, tem
2979 que fazer isso e mais isso ao mesmo tempo, não pode ser só agora é isso, depois é
2980 isso, depois é isso, porque não dá certo, porque a gente observa que a questão da
2981 religião, por exemplo, é um fator impressionante que tem contribuído para os
2982 retrocessos, inclusive. Eu já perguntei algumas vezes em alguns lugares que se Deus,
2983 esse Deus que é poderoso, onipresente, onisciente, justo, será que Deus é racista?
2984 Porque como deixar que nós passamos 400 anos sob a escravidão com Deus que
2985 deixa isso acontecer? Então, nós temos que pensar nessa questão religiosa,
2986 sobretudo a questão cristã, porque no que nós vemos, inclusive, nesse Congresso,
2987 que é realmente um dos piores do que eu já vi nas minhas décadas de existência, é

2988 um dos piores que a gente já viu. E a gente não tem como, aparentemente ser
2989 impotente de fazer alguma coisa que não seja considerado terrorismo. Então, uma
2990 coisa que é importante que a gente procure ou tente achar alguma coisa, como a
2991 gente pode fazer para eleger pessoas que sejam realmente importantes para nós, se
2992 parece que cada deputado tem que gastar R\$ 90 milhões, de onde a gente vai tirar
2993 para eleger deputado? Ou a gente muda o sistema jurídico, ou a gente faz alguma
2994 coisa mais forte. Nós temos que fazer alguma coisa mais forte. Nós sabemos que o
2995 movimento negro não será sozinho, não será capaz, porque o movimento negro é
2996 fraco. O movimento é pequeno diante da quantidade de negros que a população tem.
2997 E a cooptação é incrível. Você vê que uma boa parte da população negra não quer
2998 ser negra e nossas celebridades, como esses Neymares da vida, não querem ajudar.
2999 Então, a gente tem que sair do posto puxando pelo próprio cabelo. Isso é impossível.
3000 Então, nós temos... Eu não vou dizer que é continuar lutando, lutando, porque isso
3001 já... Eu tenho até uma frase que agora eu quero colocar. Mulheres negras brasileiras,
3002 lutar está no nosso DNA. Já estou apelando para o DNA. Então, eu quero terminar
3003 logo essa minha fala, porque eu quero colocar uma música para fechar a minha fala.
3004 Ela leva alguns minutinhos. Lembrar que, no caso de nós mulheres negras, na
3005 verdade, o mundo, metade da humanidade, como disse Efu Nyaki, uma tanzaniana,
3006 metade da humanidade são mulheres. A outra metade são filhos delas. Menos, não
3007 é? [Ininteligível]. Então, eu vou fazer a minha propaganda aqui da marcha que vai
3008 acontecer, a segunda marcha de mulheres negras, também em novembro. Será muito
3009 importante, inclusive, porque nós, mulheres negras, não queremos ser só
3010 beneficiárias do Bolsa Família, nós queremos também, isso que ela colocou, nós
3011 queremos participar ativamente das decisões da sociedade, que nos afeta, não só a
3012 nós, como a toda a sociedade, e não só a sociedade, como o resto do mundo. Então,
3013 eu gostaria de terminar pedindo para o companheiro colocar a música, que eu acho
3014 que sintetiza um pouco essa questão da gentrificação aqui no Brasil. Obrigada. Vamos
3015 lá. Axé para todos.

3016 **A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA)** - Uau,
3017 excelentíssimas contribuições, estou encantada. Obrigada à mesa, são grandes
3018 referências, então para a gente é uma grande honra tê-los aqui, tê-las aqui, ouvi-los,
3019 ouvi-las e nos organizarmos para esse bloco que esquenta, esquenta e vai sair. E
3020 para apoiar também toda essa digestão do que foi dito aqui hoje, para que a gente

3021 troque mais, a gente vai fazer um coffee muito rapidinho de 15 minutos antes de irmos
3022 para última mesa de Justiça Climática e Racismo Ambiental à Política, está bem? Até
3023 já. Obrigada, gente.

3024 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Boa tarde, gente. Vamos
3025 voltando aí para fazer a nossa última mesa. Bom, muito bem, vamos fechar aí com
3026 chave de ouro. O próprio Marçal falou assim: Cadê os municípios no começo na
3027 abertura? Eu falei, não, a gente deixa o melhor para o final, Marçal. Mas a proposta
3028 aqui, então a gente falou do bloco de conceito, depois o bloco da legislação e agora
3029 a gente fala da própria política especialmente do CONAMA. Então a proposta da mesa
3030 aqui é ter alguns representantes dos setores para a gente conseguir de fato, sentar
3031 na mesa e conversar, digerir tudo isso aqui, receber todos esses insumos do dia r
3032 entender ou imaginar para onde que o CONAMA pode ir na promoção da política para
3033 o tema de Justiça Climática e Racismo Ambiental, à luz, principalmente, da resolução
3034 que está em questão, mas não só, de outras propostas que a gente ouviu aqui, de
3035 reflexões do que a gente precisa avançar na política climática e incluindo aí a questão
3036 da justiça social atrelada a isso e racial. Então para a gente compor aqui essa mesa
3037 gostaria de convidar o próprio representante aí do CONAMA para governos
3038 municipais, Marçal Cavalcante da ANAMMA.

3039 **A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA)** - O
3040 representante do Governo Federal Aloísio Lopes Pereira de Mello do MMA.

3041 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – O representante das
3042 Entidades Ambientalistas Rárisson Sampaio do INESC.

3043 **A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA)** - O
3044 representante das Entidades Ambientalistas e a relatora da Câmara Técnica Rubens
3045 Harry Born e Juliana Gatti Pereira Rodrigues.

3046 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Estamos aguardando
3047 ainda, só para mencionar aqui, tanto a representação da CNI que talvez entre online
3048 durante aí, estamos aguardando, e também da ABEMA, que houve um cancelamento
3049 de última hora, mas também temos aí o presidente da ABEMA e também do
3050 representante da Câmara Técnica de Justiça Climática, Eduardo Taveira, para nos
3051 sinalizar aqui se conseguiria estar conosco. Aí a gente tem os setores completos aqui,

3052 Câmara Técnica pronta? Podemos até convocar uma reunião, não é, Aloísio? Então,
3053 a proposta que a gente tem por aqui e vamos ficar um pouco nessa mediação aqui
3054 em pé mesmo, como a gente fez na mesa anterior, mas é um pouco provocar aí uma
3055 rodada de falas iniciais para realmente localizarmos aqui como cada setor enxerga o
3056 assunto, a Justiça Climática e a Justiça Ambiental como pauta dentro do CONAMA,
3057 como a gente pode fortalecer e seguir adiante, realmente olhar para um lugar, não à
3058 toa é o fechamento, lugar de encaminhamentos desse dia, desse seminário para que
3059 a pauta de Justiça Climática e Racismo Ambiental avance dentro do CONAMA. Então,
3060 posso começar de lá para cá então, Rárisson, pode ser? Então, por favor, Rárisson.

3061 **O SR. RÁRISSON SAMPAIO (Representante das Entidades Ambientalistas –**
3062 **INESC)** – Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui. Agradeço o convite, a
3063 oportunidade de representar as entidades ambientalistas. Venho aqui em nome do
3064 INESC que também atuou dentro dessa articulação é o Instituto de Estudos
3065 Socioeconômicos, para quem não acompanha, ainda não conhece e fico feliz que a
3066 gente tenha tido essa cominância com o tema de debate sobre a perspectiva política,
3067 não apenas da resolução, mas o tema objeto desse seminário, que é Justiça Climática
3068 e Racismo Ambiental. Ao longo do evento foram expostas várias visões e conceitos
3069 que agora não subsidiam uma fala que eu gravei aqui, da Nilma Bentes ela disse, olha
3070 só: “A gente sabe muita coisa, mas a gente ainda parece não saber muito bem o que
3071 fazer.” E eu acho que tanto a proposta da resolução como a proposta do CONAMA
3072 em si, enquanto instituição, enquanto uma instância representativa, deliberativa, é
3073 justamente a oportunidade de pautar esse tema, trazer as propostas que nós temos
3074 construídas, discutir isso com a sociedade, discutir isso com os setores, e a partir
3075 disso nivelar e colocar dentro dessa instância federativa que nós temos, o federalismo
3076 ambiental, como endereçar a Justiça Climática e como endereçar o racismo
3077 ambiental. Particularmente no âmbito do INESC, nós temos acompanhado diversas
3078 pautas que vêm à tona quando nós olhamos para essa política ambiental e que traz
3079 aí uma oportunidade bem segura de como essa discussão, como uma possível
3080 resolução temática poderia vir a contribuir e resolver ou mitigar pelo menos algumas
3081 questões. Eu trago à tona a questão que foi citada pela doutora Thalita em sua fala,
3082 quando ela falou sobre empreendimentos de energias renováveis. Eu sou do Ceará,
3083 mas tenho acompanhado o Nordeste como um todo, e os empreendimentos de
3084 energias renováveis eles são uma nova tônica do que é um desenvolvimento

3085 econômico não apenas para a região, mas como para o país. Nós vemos que muitos
3086 dos movimentos, eles não se posicionam de forma alguma contra um projeto, contra
3087 uma atividade, mas o modo como isso vem acontecendo. E o acontecimento de um
3088 projeto, de uma atividade econômica, ela está diretamente relacionada ao regramento
3089 que está estabelecido. Não somente constitucionalmente, a nível de lei, mas é uma
3090 particularidade do campo ambiental, energético também, mas principalmente
3091 ambiental de uma forma geral que muito do regramento vem do âmbito regulatório.
3092 Então o papel do CONAMA, ele é decisivo e preponderante porque nós temos um
3093 sistema articulado, um sistema articulado entre uma instância a nível federal, mas as
3094 outras instâncias que dialogam com ela, dentro desse sistema ambiental nacional do
3095 meio ambiente, porque orientações e resoluções instituídas pelo CONAMA vão
3096 dialogar com as orientações e resoluções que são pautadas a nível estadual. Quando
3097 eu trago esse exemplo dos empreendimentos de energias renováveis, o que nós
3098 observamos? Há uma fragmentação regulatória, e isso vem sendo agravado com
3099 projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional e a lei que foi recentemente
3100 aprovada, tratando licenciamento ambiental. Mas essa fragmentação, ela muitas
3101 vezes, ela gera uma lacuna que nós podemos chamar de uma lacuna conveniente.
3102 Uma lacuna porque diante de múltiplas visões que falam sobre a mesma temática,
3103 que se propõem a regular a mesma matéria, há lacunas como a da justiça climática e
3104 do racismo ambiental que passam ao largo das discussões e deliberações e que
3105 acabam passando e aprovando projetos sem observar ativamente essas questões
3106 que são importantes. Então quando nós olhamos para a atuação do CONAMA, e isso
3107 também dialoga com o projeto da resolução que tenta alterar a 462, quando o
3108 CONAMA institui regramentos gerais ele tende a mitigar, corrigir as simetrias,
3109 preencher lacunas, orientar melhor o desenvolvimento de projetos e garantir que haja
3110 uma maior uniformidade federativa. Quando nós olhamos para o nível nacional, a
3111 justiça climática e o racismo ambiental, eles não são apenas temas transversais. O
3112 objeto desse seminário, o objeto da discussão que nós estamos tendo aqui é pautar
3113 o racismo ambiental como sendo um problema a ser direcionado diretamente e não
3114 apenas transversalmente, porque dá a entender que transversal é como se fosse algo
3115 que importa, mas que a gente vai olhar de maneira difusa e para isso não precisa ter
3116 um instrumento direcionado para essa questão. Não é o que propomos aqui. Mas o
3117 sentido do que nós temos discutido, inclusive na resolução que foi proposta sobre
3118 justiça climática e racismo ambiental, é estabelecer ali diretrizes que vão conduzir a

3119 política ambiental brasileira, pura e simplesmente. Ah, mas será que isso caiu dentro
3120 de uma competência regulatória? Não precisaríamos de uma lei? Nós já temos
3121 instituído a nível constitucional a redução das desigualdades. A observância de como
3122 a política nacional de meio ambiente foi construída, ela já estabelece preceitos que
3123 devem ser observados para garantir um meio ambiente ecologicamente equilibrado.
3124 E meio ambiente ecologicamente equilibrado, como já foi amplamente discutido aqui
3125 em todas as mesas, não é simplesmente pura e simplesmente um elemento natural,
3126 um elemento de fauna, de flora, mas todo o contexto que envolve a relação entre
3127 sociedade e território. E essa relação entre sociedade e território, da forma como tem
3128 sido implementada, gera essas zonas de sacrifício que foram citadas aqui e que
3129 materializam muito do que ocorreu e do que foi relatado nas mesas que precederam
3130 a nossa fala. Então, colocar isso em pauta, discutir a justiça climática e o racismo
3131 ambiental é um caráter de urgência, não apenas pelo tema, porque a mudança
3132 climática, como tem sido debatida esse ano, tem sido o ano da mudança climática
3133 para o Brasil, pensando aí a nível de COP, mas é olhar para todas essas questões,
3134 todas essas lacunas que convenientemente foram ignoradas, e aí não é uma questão
3135 pura e simplesmente de um ator específico, mas ignoradas a nível estrutural no Brasil.
3136 A gente discutiu o meio ambiente como se o meio ambiente, enquanto uma questão
3137 tão difícil de ser alcançada, porque a gente já caminhou muito, mas tem muito ainda
3138 a caminhar. É como se, para resolver outras questões que são inerentes à matéria
3139 ambiental, nós precisássemos seguir um modelo de escala, de resolver um para
3140 depois o outro, quando na verdade não é assim. Para você alcançar verdadeiramente
3141 um sentido de proteção ambiental, você precisa reduzir assimetrias, desde a
3142 distribuição de riscos ao reconhecimento de comunidades, de quem está no território
3143 sofrendo com essas assimetrias, e principalmente com a repartição dos benefícios e
3144 a garantia de que, nessas instâncias deliberativas, elas têm uma participação ativa
3145 procedural e processual. É isso que a nível acadêmico, a nível político e científico,
3146 de uma forma geral, jurídico também, a gente poderia e deveria discutir. Então,
3147 quando nós colocamos essa proposta em pauta, é uma atualização da nossa política
3148 ambiental. Uma atualização de uma política que quando nasceu, lá em 1981, ela já
3149 era considerada vanguardista. Ah, o Brasil, ele está dando um passo muito importante
3150 na proteção ambiental. Quando nós olhamos isso no contexto atual, essa vanguarda,
3151 ela se mantém em alguns aspectos, mas em outros, a gente tem uma oportunidade
3152 muito grande de avançar em outras questões e outras pautas que são igualmente

3153 urgentes, como aqui nós colocamos ao longo de todo esse evento. Então, eu trago
3154 muito essa perspectiva de dar um fechamento no sentido de quê? Diante de tudo que
3155 foi exposto, de tudo que a gente vê e vivencia e relata em todos os espaços, não
3156 apenas da sociedade civil, das entidades ambientalistas, mas dos nossos espaços
3157 políticos, das disputas jurídicas que têm surgido a respeito dessas temáticas, que não
3158 precisam levar o tema, para a gente discutir justiça climática e racismo ambiental, não
3159 precisa classificar e colocar um rótulo e dizer: Olha, isso é racismo ambiental, ou tem
3160 uma ação judicial contra o racismo ambiental. Não, não é isso. A gente vê isso
3161 materializado em uma série de questões e violações que cotidianamente e
3162 corriqueiramente elas têm acontecido. Então, é olhar para essas questões que o
3163 conjunto delas materializam essa violação e colocar isso no plano de uma política,
3164 colocar isso no plano de uma resolução, de uma regulamentação. E aí, eu me
3165 posicionei até de uma forma crítica, no sentido de como o Brasil, de uma forma geral,
3166 ele tem encarado matérias ambientais e climáticas quando elas são associadas a
3167 contextos sociais. Porque muitas vezes e em muitos espaços, tendem a ser reduzidas
3168 a meras orientações, meras diretrizes, recomendações sem o caráter vinculante que
3169 elas precisam. E isso eu vou colocar para vocês, até para fechar a fala, eu não sei
3170 como está o tempo, mas eu já vou correr um pouquinho. Porque nós temos construído
3171 vários instrumentos. A política ambiental tem o licenciamento como um dos seus
3172 instrumentos. Tem o zoneamento, economicamente, foi publicada agora bem
3173 recentemente, a taxonomia sustentável brasileira, que vai classificar
3174 empreendimentos verdes e dar um rótulo de sustentável. Mas quando você vê qual é
3175 o conteúdo de cada um desses instrumentos, o que é que ele precisa ser observado?
3176 Em muitas discussões, quando vem a pauta socioambiental, ela é reduzida a um
3177 caráter não vinculante. Por quê? No âmbito da taxonomia, no INESC ele participou
3178 dessa construção. Somos membros do conselho consultivo da taxonomia. E em
3179 muitas discussões surgia o debate, olha, se você começa a exigir isso como critério,
3180 nenhuma empresa vai conseguir seguir. Se você exige que a convenção 69, que já
3181 está reconhecida e ratificada no Brasil, ela seja observada, nenhuma empresa vai
3182 conseguir ser classificada como sustentável. Então, esse é o objetivo mesmo. Porque
3183 se não segue, não tem como a gente rotular isso como sustentável. Então, se a gente
3184 começa a construir essas orientações, diretrizes de uma forma não vinculativa, e
3185 continua a classificar as coisas como sendo ambientalmente corretas, a gente está
3186 dando uma contradição, uma mensagem que ela é contraditória. Então, é assim que

3187 eu posiciono essa fala hoje, e assim como eu coloco a discussão do tema que aqui
3188 está proposto, de que nós precisamos avançar um caráter regulatório para avançar a
3189 nossa política ambiental, atualizar a nossa política ambiental de forma que ela seja
3190 integrativa dos valores que estão sendo discutidos, mas que falar de justiça climática
3191 e racismo ambiental no Brasil não sejam meras orientações, precisam ser instruções
3192 definidas e o papel desse espaço que nós estamos ocupando, do CONAMA, é garantir
3193 que nós tenhamos uniformidade federativa, porque tal qual eu falei no início da minha
3194 fala, problemas de licenciamento, a questão que foi trazida em energias inováveis, a
3195 uma fragmentação do debate, porque cada um pensa de uma forma em sua devida
3196 competência, quando você estipula isso a nível nacional, automaticamente você
3197 orienta e define critérios para o nível estadual, municipal e assim sucessivamente.
3198 Então, É essa fala que eu coloco, de forma que nós olhamos para esse tema, não
3199 apenas com a seriedade que nós estamos dando nesse momento, mas
3200 necessariamente com a força que ele precisa e aí força nós pontuamos não apenas
3201 uma força política, mas uma força jurídica, vinculante, estabelecida institucionalmente
3202 dentro dos nossos espaços da política ambiental. Então é isso, agradeço e devolvo a
3203 fala.

3204 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Obrigado, Rárisson. Queria
3205 aproveitar então para chamar também a Thainy Cristina Silva Bressen, que é
3206 representante das entidades empresariais da CNC. Bem-vinda também.

3207 **O SR. MARÇAL CAVALCANTE (Representante do CONAMA dos Governos
3208 Municipais – ANAMMA)** - Sou eu ou ela?

3209 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Vou só esperar para eles
3210 colocarem ali a apresentação. Thainy, eu ia esperar para você chegar, tranquila e
3211 tudo, mas se tudo bem, já que a gente está vindo daí para cá, você fazer sua fala
3212 agora? Pode ser? Aí o Marçal em seguida.

3213 **A SRA. THAINY CRISTINA SILVA (CNC)** – Bom, boa tarde, pessoal. É um prazer
3214 aqui estar com essa mesa incrível, sempre uma alegria para mim. Sou nova na
3215 Câmara Técnica, estou recentemente na CNC, mas venho de um movimento muito
3216 amplo quando a gente fala não só do empresariado, mas também do meio ambiente
3217 conectado. E hoje, acredito que não só eu, mas vimos falas poderosas de como a

3218 gente pode colocar a justiça climática no cerne da questão, mas é importante também
3219 a gente entender que precisa ser um momento de muito diálogo, porque justiça
3220 climática não é uma coisa somente para populações vulneráveis. Ela também tem que
3221 entrar em uma seara de que temos outros parceiros que podem muito bem participar
3222 desse processo para ajudar a diminuir essas desigualdades. E quando eu falo isso,
3223 eu trago muitos exemplos da própria CNC, junto com as suas entidades irmãs, que é
3224 o SESC e o SENAC. Hoje a gente tem um trabalho muito grande, principalmente na
3225 seara do turismo. O turismo mostrou para a gente que a gente precisa colocar a
3226 população trabalhando junto com as entidades ali que são produtoras da economia.
3227 Então, hoje a gente tem, com muitos exemplos, como, por exemplo, o SESC Pantanal,
3228 que hoje é uma entidade que cria aí não só um modelo de negócio que é por si próprio
3229 do turismo, mas também integra toda a comunidade ao seu redor e aproveita os
3230 saberes que existem na própria região. Hoje, por exemplo, a gente tem lá um SESC
3231 que tem um borboletário, por exemplo, em que a própria população participa da
3232 produção de todas essas borboletas que fazem parte do nosso consumo ali como um
3233 efeito turístico. Então, é importante a gente entender que justiça climática precisa ser
3234 dialogada a várias mãos. Mas também é importante a gente deixar com que essa
3235 resolução tenha uma força de que não penalize todas as partes que também vão estar
3236 consideradas em um momento como esse. Então, a minha fala pode até não ser tão,
3237 digamos assim, bonita como todas as outras foram feitas hoje mais cedo, mas porque
3238 é importante a gente considerar que a gente está falando de uma sociedade que tem
3239 vários parceiros. A gente tem aqui um elo muito significativo quando eu falo como
3240 comércio. Eu posso conectar aqueles entes que são produtivos, as indústrias, por
3241 exemplo, com aqueles que são os consumidores. Porque hoje é o comércio quem lida
3242 diretamente com as pessoas. É ela quem recebe as reclamações quando as pessoas
3243 falam, esse produto não dá certo para mim. Essas formas de construção não dão certo
3244 para mim. E muitas vezes é o comércio e os serviços que vão virar e falar, é isso que
3245 eu consigo te oferecer hoje porque é isso também que estão me oferecendo. Então,
3246 é preciso trabalhar com todas essas frentes para falar o que a sociedade precisa, mas
3247 também como que a gente consegue mudar toda a nossa economia para ela atender
3248 essas necessidades. Então, para mim, eu digo o seguinte, as falas de hoje mais cedo,
3249 elas foram historicamente profundas. Elas trazem essa sensação de que às vezes a
3250 gente não tem muito o que fazer. Até teve uma fala hoje mais cedo que parecia
3251 desesperançosa, e muitas vezes quando a gente fala de justiça climática. Mas, eu

3252 acredito que a gente está vindo de um modelo de justamente a gente mudar o que era
3253 o normal para transformar para esse novo a necessidade do que a sociedade precisa.
3254 Então, uma resolução como essa, ela precisa também abranger todos esses
3255 caminhos para gente poder chegar nesse sucesso de ter uma norma muito bem
3256 implementada. E é essa a minha fala. Obrigada.

3257 **A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA) -** Obrigada,
3258 Thainy. A gente convida agora, então, o representante do CONAMA para Governos
3259 Municipais, Marçal Cavalcante da ANAMMA.

3260 **O SR. MARÇAL CAVALCANTE (Representante do CONAMA dos Governos**
3261 **Municipais – ANAMMA) -** Muito boa tarde a todos. Primeiramente, agradecer a Deus
3262 e agradecer às pessoas que estão aqui, a quem estão nos ouvindo. Cumprimentar a
3263 mesa na pessoa do Aloísio, da Juliana, do Rubens, do Rárisson e da Thainy. Dizer
3264 que é um prazer imenso, porque nós, dos municípios, vivenciamos muitas vezes todos
3265 os aspectos de todas as diversidades e de todas as transversalidades da causa
3266 climática. A enchente é no município, a desigualdade é no município, o racismo é no
3267 município, a causa animal é no município, os problemas sociais são nos municípios,
3268 as pessoas moram nos municípios e nós somos o ente mais frágil da cadeia de ação.
3269 Nós passamos um governo desastroso onde esta casa e essa instituição que eu
3270 represento, nós saímos aos murros com o ex-ministro, hoje deputado, Ricardo Salles.
3271 Desfez totalmente a instituição CONAMA, fez um puxadinho de São Paulo aqui dentro.
3272 Nós pegamos o trem andando, querendo descarrilar, o governo do presidente Lula,
3273 a ministra Marina, capitaneando pelo João Paulo Capobianco, pelos seus
3274 arquipélagos dentro do ministério, com suas devidas ilhas que funcionam e com o
3275 DSISNAMA que hoje nós estamos aqui, temos que agradecer à Marcela, à Mônica, à
3276 Júlia, a toda essa equipe, porque é aí que nós podemos ter voz, podemos ter vez.
3277 Estamos trabalhando a equidade, que é uma questão essencial. A diferença social,
3278 ela é sentida em nós, nos municípios. Os conselhos municipais precisam ser
3279 efetivados. As questões dos gases do efeito estufa ocorrem e deixa devastador nos
3280 municípios. Os municípios sem estrutura para fazer seu planejamento correto. As
3281 pessoas indo morar por falta de condições em favelas desassistidas. Tudo isso é
3282 política pública que ocorre no impacto local. Fazer política aqui em Brasília é muito
3283 bom. Fazer política com o governo que vive nos estados negando a sociedade é muito

3284 difícil. Então essa é uma oportunidade ímpar. Quando foi criada essa Câmara de
3285 Justiça Climática, primeiramente eu mesmo, e eu não sou analfabeto, porque é isso,
3286 eu fiquei e depois nós fomos preparando, preparando, montando com a Júlia, semana
3287 retrasada. Vamos tentar trazer tema para que a gente possa e hoje esse sucesso
3288 absoluto, enriquecedor de tantas e tantas oportunidades, de ouvir tantas e tantas
3289 vozes que eram invisíveis, que são a caixa de ressonância da população brasileira e
3290 dos municípios para que nós possamos começar a entrar no trilho. Então é de muita
3291 importância, Aloísio, a sua presença aqui com a sua equipe porque, Ana, nós que
3292 vivemos na ponta estamos sentindo a dor e o amor do que tudo ocorre. Então eu fico
3293 muito feliz poder participar. Tem uma apresentação com conceito, com tudo, mas foi
3294 tão conceitual, foi tanta fala que poderá só enxugar gelo e estar falando de conceito,
3295 dizendo o que ocorre nos municípios, mas o mais importante é o que nós vivenciamos.
3296 Eu posso falar de cátedra, eu sou secretário do município de 40 mil habitantes lá no
3297 estado de Alagoas. Convido a qualquer um visitar o município de Pilar, um município
3298 que o conselho municipal a maioria é da sociedade civil. Nós somos 12, 4 é do governo
3299 e 8 é da sociedade civil. Eu não poderia estar falando sobre essas coisas se eu não
3300 desse um exemplo no meu município. O conselho funciona, a secretaria deste
3301 município tem 4 doutores, 4 mestres concursados. Em 2017, quando nós entramos, a
3302 secretaria não tinha nem papel. Tinha uma sala desse tamanhinho. Hoje é uma
3303 casa tombada, com toda uma infraestrutura, porque quando o gestor público, tanto
3304 prefeito, governador e presidente, dá valor às suas secretarias, aos seus ministérios,
3305 as coisas fluem. Você passa a ter participação. Nós, do meio ambiente, estamos lá
3306 em todos os conselhos. Estamos no Conselho de Assistência Social, no Conselho da
3307 Saúde, porque a voz do que ocorre. Então, há uma sinergia. O município fez agora
3308 um hospital com 159 leitos com recurso próprio. O município tem todas as crianças
3309 na sala de aula com 5 refeições. Pode visitar o Pilar, pode visitar o site, que nós temos
3310 à disposição para receber im loco. Nós temos um programa de inclusão social, que
3311 pegamos 74 hectares e dividimos com 2 mil metros quadrados e pegamos um
3312 cadastro com a Secretaria de Assistência Social e cadastramos as mulheres que
3313 viviam abaixo da linha da pobreza. Quem tinha aptidão para a agricultura,
3314 cadastramos 750 mulheres no começo, quem é mãe, escolhemos 250 que tinham
3315 aptidão, ganhavam abaixo da linha da pobreza, que à época era R\$ 400 reais.
3316 Conseguimos dar 2 mil metros quadrados. A mulher fez um comodato no nome dela.
3317 Ela produz. Na segunda-feira, nós escolhemos, criamos um banco do povo, chama

3318 Banco Pop. O banco fez um cartão que é no nome da mulher. O que ela produz, nós
3319 consumimos e compramos na merenda escolar, no sopão. Está lá funcionando. Está
3320 aberto para qualquer um que queira visitar. Meu amigo Rubens disse que iria e não
3321 foi. Está me devendo ainda essa visita, porque é um município que é exemplo do
3322 Nordeste. Pode fazer. Quando o político quer, faz. Então, a gente conseguiu atingir
3323 todas essas ações. Já plantamos em um município de arborização mais de 40 mil
3324 árvores. É o único município no Estado que tem um plano de bacia hidrográfica.
3325 Sabemos onde estamos, estamos recuperando as nascentes. Pegamos as encostas
3326 que tinham as pessoas que moravam, tiramos as pessoas, colocamos em casa
3327 alugada social, fizemos conjunto habitacional e colocamos essas pessoas. Na
3328 margem da lagoa que eles ocuparam, os pescadores, as marisqueiras, estamos
3329 entregando, daqui até dezembro, 400 habitações e estamos tirando essas pessoas
3330 da área de vulnerabilidade de enchente. A cada dez anos em Pilar tem uma enchente
3331 terrível e as políticas públicas não cuidavam. Nós fomos lá e estamos tirando todas
3332 essas pessoas da faixa do que a natureza está reclamando. Isso é com prática, é com
3333 pouco dinheiro. É um município do Nordeste com a gestão focada e vocacionada para
3334 isso, que é o prefeito Renato Filho, que hoje é o ex-prefeito, que montou, nós
3335 continuamos e fizemos a longevidade. Eu sou secretário já há nove anos. Então, essa
3336 que não tem solução de continuidade, a gente consegue avançar e avançar muito.
3337 Então, eu fico muito feliz de poder estar aqui, de dar esses exemplos. E tem mais
3338 exemplos, nós não temos exame reprimido de mama, nós criamos a Casa da Mulher
3339 para as mulheres que são vítimas de violência LGBTQIAPN+. Tem uma casa para
3340 atendimento à violência à mulher e todas as pessoas são atendidas. Hoje tem uma lei
3341 no município [ininteligível] todo o município, ele é admitido se for cargo em comissão.
3342 Se não for, vai ter que fazer escola. Nós temos a lei Maria da Penha, uma guarda
3343 municipal armada e funcionando dentro do município. Quando nós chegamos no Pilar,
3344 o Pilar era a quinta cidade mais violenta do mundo que matava jovens e negros. Hoje
3345 nós saímos da linha da violência, mas com políticas públicas efetivas. As crianças...
3346 Nós temos duas escolas bilíngues. É o único município do Nordeste com tempo
3347 integral. Estamos transformando agora todas as escolas para o ano que vem em
3348 tempo integral. Então, assim, é política pública na veia, vivenciando e com foco.
3349 Quando a política quer fazer, quando o político quer resolver, resolve. Não é acabando
3350 o CONAMA, não é acabando o licenciamento. O problema está na força e no
3351 direcionamento. O presidente Lula está bem impressionado e provou com essa

3352 Câmara Técnica de Justiça Climática. Então, fico muito feliz por contribuir. Muito
3353 obrigado por terem me ouvido. Estou à disposição para qualquer pergunta.

3354 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Obrigado, Marçal. Chamar,
3355 então, o representante das entidades ambientalistas Rubens Born.

3356 **O SR. RUBENS HARRY BORN (Representante Entidades Ambientalistas e**
3357 **Relatoria da CT)** - Olá, gente. Nesse horário aqui, acho que é admirável que tem tanta
3358 gente ainda com energia para escutar uma mesa e refletir sobre tudo o que aconteceu
3359 durante o dia. Eu estou membro da Câmara Técnica de Justiça Climática e do
3360 CONAMA, em nome do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio
3361 Ambiente e Desenvolvimento, que é uma aliança, como diz o nome de ONGs e
3362 Movimentos Sociais, criada em 1990, particular Sociedade Civil na participação do
3363 que foi a Eco 92, a Rio 92, organizou o Fórum Global 92, depois a Cúpula dos Povos
3364 na Rio Mais 20. E estamos aqui atualmente, depois de tantos anos, inclusive
3365 organizando a Cúpula dos Povos, participando da Cúpula dos Povos, organização lá
3366 para a COP 30. E eu gostei muito do Raul, jovem, e estava em todas as falas. O Raul
3367 tem mais futuro do que eu, porque eu tenho mais passado pelo tempo de vida,
3368 obviamente. E, talvez, queria compartilhar algumas dessas experiências, até porque...
3369 Para que os mais jovens, os que têm mais tempo de futuro, possam, eventualmente,
3370 aprender com os nossos erros, evitar erros e aproveitar as boas experiências e
3371 potencializar as boas experiências. E saio aqui muito satisfeito, porque me lembro que
3372 o primeiro debate que eu participei sobre injustiça climática, acreditem, foi no ano
3373 2000, na virada do século, na rede de ONGs, Climate Action Network, já preocupada
3374 porque a Convenção-Quadro tinha entrado em vigência e o tema de direitos humanos
3375 não avançava. O tema de direitos humanos só foi entrar no preâmbulo, como disse
3376 alguém falando, não sei se foi ontem ou hoje, o Herman Benjamin, só no Acordo de
3377 Paris. Mas a questão de direitos vinha sendo discutida desde antes do início da
3378 negociação da Convenção-Quadro, que começou em uma reunião em Chantilly, perto
3379 de Washington, em começo de 91, e eu me envolvi com o tema ainda em 89. Então,
3380 eu queria trazer um pouco desse histórico, pode parecer muito lento, mas eu uso muito
3381 de falar que para quem estudou história, eu gosto de história embora seja engenheiro
3382 e advogado. Vocês vão falar, um cara muito frio, engenheiro e advogado em geral são
3383 pessoas muito pouco sensíveis. Mas a tal da Revolução Francesa, que a gente

3384 aprende nos livros da história, cunhou um dito, igualdade, liberdade e fraternidade.
3385 Mas para as pessoas que moram na França atualmente, se não tiver perseverando,
3386 se não tiver monitorando, se não tiverem agindo, igualdade, liberdade e fraternidade
3387 não vai se concretizar. E, portanto, o tema de justiça climática, uma resolução será
3388 importante, mas seria muito mais importante perseverar na implementação. A
3389 aprovação de uma resolução como essa não será fácil, e quero desde já agradecer o
3390 apoio do DSISNAMA, da Secretaria de Mudança de Clima e, sobretudo, das
3391 organizações que nem são membros integrantes do CONAMA e que apoiaram e
3392 deram cérebro, suor e tempo para construir essa resolução. Porque eu acho que isso
3393 reflete uma preocupação que acho que é compartilhada, que é o dito que foi por uma
3394 socióloga famosa do século XX, o direito a ter direitos, Hannah Arendt. Nós estamos
3395 lutando, nós estamos usando nosso direito a buscar a concretização de direitos, de
3396 justiça. Mais do que isso, se citou o artigo 225, eu fui assessor legislativo na
3397 Constituinte, ajudei a escrever alguns desses artigos positivos, mas eu gosto de
3398 repetir muito o que está previsto no artigo 1 da Constituição Brasileira. Fundamentos.
3399 Entre eles, cidadania e dignidade da pessoa humana. E no artigo 3, objetivos da
3400 República Federativa do Brasil. Sociedade livre, justa e solidária. Erradicação da
3401 pobreza e diminuir a marginalização social, reduzindo desigualdades. Promover o
3402 bem-estar de todos, o Herman Benjamin falou de todos, que está lá no artigo 225.
3403 Sem preconceitos, aí voltou aquela categoria, raça, cor, e quaisquer outras formas de
3404 preconceitos. Porque, por exemplo, está lá no artigo 2 da Resolução, eu comentava
3405 com o nosso colega Armon, e eu agora estou na outra faixa etária dos idosos. É uma
3406 linha para os idosos. Mudanças de clima em idosos. Quase ninguém fala do impacto
3407 que o aquecimento global tem sobre idosos. Mas é seríssimo. Porque os idosos, em
3408 geral, são descartados da sociedade. Nós temos que olhar os jovens. Mas põe no
3409 asilo e deixa lá. Lamentavelmente, as famílias fazem isso. Põe no asilo, eu não vou
3410 ter trabalho. Uma sociedade solidária tem que pensar em todas as categorias, nos
3411 trabalhadores que são expostos. Eu conversava com o Ronei, trabalhei com questão
3412 de lixo. Cadê o Ronei, está aí, da Associação de Catadores? O trabalho dos garis que
3413 ficam correndo. Enquanto um atleta tem treinador, não sei o quê, os garis estão
3414 coletando o nosso resíduo sem preparo nenhum, muitas vezes sem equipamento de
3415 proteção individual. Tem que ter justiça ambiental nisso. Porque eles fazem um
3416 trabalho, um serviço ambiental para toda a sociedade, de recolher os resíduos, alguns
3417 recicláveis, reaproveitáveis ou não. Então, eu me lembro que, na discussão que nós

3418 tivemos lá, foi na Indonésia, sobre justiça climática, lá no ano 2000, deu uma briga
3419 danada. Era só uma reunião de grupos da sociedade civil. Entre o pessoal do
3420 movimento mesmo nos Estados Unidos, que vinha com a concepção que o Herman
3421 Benjamin comentou de justiça ambiental associada a racismo, e viam os sindicatos
3422 de trabalhadores pensando no tema justiça ambiental só como garantia de emprego.
3423 E defendiam um prazo de transição que não sacrificasse os empregos na indústria
3424 automobilística. Não tinha nada a ver com a preocupação dos negros. Então, muito
3425 possivelmente, seja na discussão dos conceitos, da implementação, nós vamos ter
3426 diferença entre diferentes grupos da sociedade civil. E vamos ter que ter a maturidade
3427 de conversar e perceber se vale o direito a ter direitos, que disse a Hannah Arendt, e
3428 ver como a gente compatibiliza isso. E não transigir, não aceitar aquele discurso fácil,
3429 não, vamos fazer um ganha-ganha, porque, às vezes, nem sempre é assim. Atrás do
3430 ganha-ganha tem o colonialismo e tem as perdas, as exclusões e coisas desse tipo.
3431 Então, eu quero dizer com isso que se houve momentos no dia de hoje que criaram
3432 desesperança, e pelo tempo que eu estou atuando, a gente comentava no cafezinho,
3433 eu sempre me inspirei em um pensador, dizem que, o que eu vou falar agora, é
3434 atribuído a ele, um sociólogo italiano de uns 100 anos atrás, Antonio Gramsci, que
3435 falava do otimismo do desejo e o pessimismo da realidade. Esse binômio. Se a gente
3436 olha a realidade, fica desesperançado, não vai dar para fazer a crise climática, a
3437 injustiça, e eu tento, a minha vida, me pautar pelo otimismo do desejo, obviamente,
3438 com o olho na realidade. E onde que eu posso, eventualmente, através de uma
3439 resolução, usar isso como uma alavanca a mudar essa realidade? Eu acho que a
3440 resolução, que eu falei, será desafiador aprová-la, mas será muito mais desafiador
3441 implementá-la. E aí, eu penso que, quando eu fiz o meu doutorado, eu fiz uma
3442 figurinha sobre a participação da sociedade na implementação de acordos
3443 internacionais e meio ambiente, eu falei dos cinco C's. O C da conscientização, temos
3444 um problema, racismo ambiental, ou injustiça climática. O outro, e aí nós temos que
3445 desenvolver processos para que essa conscientização se dissemine e trazer as
3446 evidências, mostrar o quilombo lá no Vale do Ribeira, que a doutora Thalita mostrou,
3447 o que a Nilma mostrou, o que o Renan mostrou, e essas outras coisas. Tem o C da
3448 contratação, no sentido da contratação social. Vamos ter que negociar uma resolução.
3449 Ou seja, um instrumento público de política pública para poder guiar a sociedade na
3450 transformação. Mas só o papel não resolve, nós temos que criar as capacidades, tanto
3451 dentro do governo, como nas empresas e na sociedade, de cumprir aquilo que foi

3452 contratado. E, muitas vezes, isso implica sistema de alerta precoce, monitoramento,
3453 uma série de outras coisas para a gente saber se está tendo efeito a resolução. E,
3454 portanto, monitorar o C do cumprimento. Mas, para tudo isso, precisar o C da
3455 cidadania, da participação, da perseverança. E aí eu fiquei muito animado com dona
3456 Nilma, quando ela trouxe, no final da fala dela, aquele momento belíssimo, sublime,
3457 do depoimento do 14 de maio. Então, eu não sou cantor, eu sou engenheiro advogado,
3458 não sou insensível, queria, então, terminar minha fala trazendo uma letra, eu não vou
3459 cantar, quem quiser cantar, de Milton Nascimento, nos bailes da vida. Me permitam
3460 ler. "Só quem toma um sonho como sua forma de viver, pode desvendar o segredo de
3461 ser feliz. Foi nos bailes da vida, ou em um bar, em troca de pão, que muita gente boa
3462 pôs o pé na profissão, de tocar um instrumento e de cantar, não importando se quem
3463 pagou quis ouvir, foi assim. Não importa se as pessoas vão comprar o nosso pão da
3464 justiça climática, nós temos que continuar no bar e no baile da vida. Vou continuar.
3465 Cantar era buscar, eu vou colocar aqui, cantar é buscar o caminho que vai dar no sol.
3466 Tenham comigo as lembranças do que eu era. Para cantar, nada era longe. Tudo tão
3467 bom até a estrada de terra na boleia do caminhão. Era assim e é assim. O é, agora o
3468 presente é meu. Com a roupa encharcada e a alma repleta de chão, todo artista tem
3469 de ir aonde o povo está. E a importância de nós escutarmos vocês. Nós, enquanto
3470 CONAMA, vamos aonde o povo está e escutar o que vocês estão falando. Se for
3471 assim, assim será. Cantando, me desfaço e não me canso de viver nem de cantar.
3472 Cantar é buscar o caminho que vai dar no sol. Tenham comigo as lembranças do que
3473 eu era, do que eu sou. Para cantar, nada é longe e tudo tão bom até a estrada na
3474 boleia do caminhão. Cantando, me desfaço e não me canso de viver nem de cantar,
3475 nem de aconselhar, nem de ser do CONAMA ou fora do CONAMA." E vamos para a
3476 justiça climática. Obrigado.

3477 **A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA)** - Muitíssimo
3478 obrigado, Rubens. E agora eu convido a relatora da Câmara Técnica, Juliana Gatti.

3479 **A SRA. JULIANA GATTI PEREIRA RODRIGUES (Representante Entidades
3480 Ambientalistas e relatoria da CT)** - Muito obrigada. Boa tarde a todas, todos e todes
3481 que estão aqui presentes, compartilhando esse momento com a gente, histórico, de
3482 fato. A casa cheia, que demonstra o interesse gigante da sociedade para discutir esse
3483 tema, para a gente construir esses instrumentos que vão apoiar a política que a gente

3484 já tem de direito e como a gente cuida para realmente transformar, buscar caminhos
3485 para a transformação desses instrumentos que já estão disponíveis. E eu acho que a
3486 resolução vem certamente trazer essa primeira estrutura, talvez, de contribuição
3487 participativa. Uma proposta que veio de mais de 60 entidades da sociedade civil e que
3488 agora, junto aos trabalhos da Câmara Técnica, vai debater com todos os setores e
3489 ainda abertos os processos para receber contribuições de todas as pessoas que
3490 puderam durante os dias aqui do seminário, o dia de hoje no seminário, com tantas
3491 falas importantíssimas, essenciais para embasarem o trabalho que vai ser realizado
3492 para a Câmara, depois que essa resolução também já passou por consulta pública e
3493 a gente agora tem um longo trabalho para fazer de discussão e alinhamento, de
3494 observação de como nós vamos construir esse instrumento de cuidado. Eu
3495 acrescentaria mais um C, não é, Rubens? Você falou da cidadania e mais um C de
3496 cuidado. É um cuidado com a vida, um cuidado no entendimento de que a gente ir
3497 criando caminhos para diminuir essas desigualdades gritantes, que nos assustam,
3498 olhar e encarar elas. Não é fácil, mas a gente precisa ter essa consciência para
3499 conseguir, de maneira criativa, de maneira conjunta, de maneira colaborativa,
3500 participativa, encontrar os caminhos para transformar essas realidades, para garantir
3501 que a sociedade tenha essa igualdade, acesso e que ela possa receber investimentos
3502 prioritários de infraestrutura, de caminhos para melhorar o acesso à qualidade
3503 ambiental em todos os níveis. A gente ouviu aqui uma lei que foi completamente
3504 vetada, a Joana estava comentando comigo, a equipe do dSISNAMA fazendo um
3505 trabalho incrível, quero agradecer, desculpa, comecei minha fala sem agradecer a
3506 todo mundo, mas a questão do vetar a arborização urbana, como é que pode uma
3507 coisa dessa acontecer nesse momento? Então, precisamos encontrar os caminhos
3508 para que a distribuição dos espaços verdes, as áreas verdes qualificadas estejam
3509 acessíveis para todas as pessoas de maneira igualitária, que o saneamento básico
3510 esteja acessível, que as estradas estejam... Não precisam estar pavimentadas, a
3511 gente ouviu aqui o asfaltar, o pavimentar, mas a gente já tem as soluções baseadas
3512 na natureza, com estruturas drenantes, a gente já tem as soluções para serem
3513 implementadas, e louvo também o trabalho que o Ministério tem feito com o Programa
3514 Cidades Verdes Resilientes para ampliar o fomento nessas infraestruturas, chegando
3515 em parceria com o Ministério também das Cidades nos territórios que são mais
3516 vulnerabilizados. Então, espero que eu possa ouvir e apoiar esse processo de
3517 construção como relatora, da melhor forma possível, sempre à disposição de todos

3518 vocês, e agradecer imensamente a oportunidade de estar aqui. Obrigada mesmo.

3519 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – E para fechar aqui a mesa,
3520 vou convidar o representante do Governo Federal e também o coordenador da
3521 Câmara Técnica de Justiça Climática, Aloísio Lopes Pereira de Melo, do MMA.

3522 **O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA MELO (Presidente da CT e representante do**
3523 **Governo Federal – MMA**) – Muito obrigado, muito boa tarde a todas, todos aqui
3524 presentes que acompanham esse debate no dia de hoje, cumprimentam os meus
3525 colegas de mesa aqui, a Thainy, o Rárisson, o Marçal, parceiro em várias frentes da
3526 nossa ação, Rubens, Juliana, nossos agradecimentos à equipe do Departamento do
3527 SISNAMA, que tem se empenhado nessa atividade, mas em conduzir todo o trabalho,
3528 todo o diálogo no âmbito do CONAMA e esse tema, toda a equipe que viabilizou esse
3529 evento no nosso Departamento de Governança. Está aqui Ana Paula, Vana, Maíra,
3530 que tem também apoiado esse diálogo. De fato, o tema não é fácil, não é simples, é
3531 desafiador. Quando a gente olha no âmbito internacional, aqui eu vou pontuar só três
3532 coisas. No âmbito internacional, no debate da Convenção do Clima, como o Rubens
3533 bem falou, até que essa dimensão passasse a ser objetivamente internalizada, a
3534 Convenção do Clima nas suas COPs, começasse a falar objetivamente de justiça
3535 climática, de racismo ambiental, foram anos desde a sua assinatura, ainda que esse
3536 tema, o tema da justiça, está na base da discussão climática internacional. Que seja
3537 pela questão das responsabilidades diferenciadas dos países, das capacidades
3538 também muito diferenciadas de ação dos países, quer seja também sobre a
3539 distribuição dos impactos globalmente diante dessas responsabilidades. Então
3540 apenas recentemente se criou perdas e danos como fundo específico, se definiram
3541 objetivos globais de adaptação que agora esperamos que entregue indicadores que
3542 tornem mais clara e objetiva as áreas nas quais os países têm que atuar e têm que
3543 reportar sobre a dimensão da desigualdade. E também se trata desse tema na
3544 discussão transação justa, onde está se olhando sobre como efetivamente endereçar
3545 no nível internacional as desigualdades do processo de descarbonização, as
3546 desigualdades na capacidade adaptativa dos países e inclusive os efeitos na ação
3547 climática, que acho que é um tema que permeia essa agenda aqui no CONAMA
3548 também, ue a gente poderá ao fim propor como resolução. Soluções climáticas geram
3549 impactos. Geram impactos sobre as comunidades. Desigualmente, no âmbito

3550 internacional, medidas de países geram impactos sobre outros países que impactam
3551 suas economias, afetam o seu espaço de desenvolvimento econômico e social. Então,
3552 isso permeia o debate internacional. O Brasil, nesse debate, o segundo ponto é que a
3553 gente ao fazer a nossa última NDC, a gente depositar esse compromisso do Brasil
3554 para o esforço global, a gente falou disso objetivamente. A gente falou na nossa NDC
3555 que o Brasil, sim, é um país que tem responsabilidade, tem metas de redução
3556 absoluta, mesmo sendo um país de desenvolvimento, mas que faz isso na perspectiva
3557 do desenvolvimento nacional e um desenvolvimento nacional que é orientado pela
3558 justiça climática e que, nesse processo de descarbonizar e de reduzir as
3559 vulnerabilidades, tem que olhar e endereçar as desigualdades que são históricas da
3560 nossa sociedade. Então, a gente anunciou, declarou dessa forma o nosso
3561 compromisso internacional. E, ao fim, outro passo decorrente associado a isso é, ao
3562 fazer o nosso plano clima, a gente, sim, buscou endereçar esses temas. Eu acho que
3563 é importante também afirmar isso, que a gente não está no zero, acho que nos últimos
3564 dois anos, nesse processo de mobilização, para fazer uma agenda de ação climática
3565 nacional, a gente colocou isso no centro, no plano clima em adaptação, que foi um
3566 processo bastante intenso, denso, do ponto de vista da participação, da interlocução
3567 com os vários setores. Esse sempre foi um tema central, que está lá formulado
3568 claramente, uma abordagem proposta, e o plano vai ser um processo esperamos
3569 continuado, no qual a sociedade vai continuamente vigiar o governo no avanço, na
3570 implementação, mas em que a gente trata lá da justiça climática nessa dimensão, uma
3571 abordagem centrada nas pessoas, no ser humano, centrada na garantia dos direitos,
3572 em especial, daquelas populações, povos, comunidades, em situação de maior
3573 vulnerabilidade. Então, isso é uma diretriz orientadora para a nossa ação climática,
3574 mas, na prática, quando a gente fez o plano de adaptação, a gente endereçou isso
3575 com um plano específico, tratando de igualdade racial e combate ao racismo, na
3576 dimensão da adaptação, povos e comunidades tradicionais, como outro plano, povos
3577 indígenas, agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional, além da própria
3578 saúde, etc., ou seja, em várias dimensões, agendas de ação muito prática, visando
3579 endereçar isso que é um princípio de como fazer com que a justiça climática seja parte
3580 da agenda de ação pública do governo. E, ontem, a gente, Ana Paula, a gente teve o
3581 nosso subcomitê executivo, que aprovou os 16 planos setoriais de adaptação.
3582 Estamos em um debate final de propor um conjunto de metas nacionais para a
3583 adaptação em que esse tema está lá. Então, só para dizer que tem um esforço

3584 completo, talvez não, mas de trazer para uma agenda pública, de integrar nas várias
3585 áreas da política pública federal, esse tema como orientador, mas também como ação
3586 concreta. Acho que é um passo importante que a gente vai estar dando no sentido de
3587 ter uma ação climática robusta. Mas, agora, olhando aqui para a nossa tarefa como
3588 Câmara para esse desafio de o CONAMA trazer também, como tem no âmbito
3589 internacional, como tem um primeiro esforço no âmbito nacional das políticas públicas,
3590 internalizar para dentro do SISNAMA e dos órgãos do SISNAMA essa agenda. Acho
3591 que um ponto importante que eu não falei lá sobre a agenda internacional é que o
3592 clima tem um negócio que está embutido, mas que às vezes a gente não percebe tão
3593 claramente. Mas, na agenda climática, a dimensão ambiental e social estão integradas
3594 desde a origem, desde o início. Isso é óbvio quando a gente fala que o clima é afetado
3595 pela ação humana e que, ao mudar o clima, ele impacta as várias dimensões da nossa
3596 atividade, da nossa vida, dos modos de vida. Mas o que significa isso para os órgãos
3597 do SISNAMA? Como fazer com que essa agenda, de fato, e a operação dos órgãos
3598 do SISNAMA, seu papel de normatização, de monitoramento, de controle, de
3599 orientação das atividades econômicas, integre essas dimensões ambiental e social de
3600 forma mais clara e orgânica possível. Acho que esse é o desafio que essa agenda
3601 climática coloca e o desafio que a gente tem, a partir da formulação inicial, da consulta
3602 pública, desse debate do dia de hoje, voltar a um texto de resolução que, como foi dito
3603 aqui, que ele seja efetivo no sentido de orientar de fato a ação de todos os órgãos do
3604 SISNAMA para internalizar essa agenda. Como que a gente pensa empreendimentos
3605 em um contexto de emergência climática? Empreendimentos que, sim, no seu
3606 desenho, na sua operação, tem que considerar que a gente está vivendo em um
3607 contexto em que o clima é diferente, que eventos extremos que nunca ocorreram vão
3608 ocorrer, vão impactar a operação e tem que ser considerados, desde o desenho da
3609 concepção da operação, mas, fundamentalmente, tem que... A gente tem que ter uma
3610 norma orientadora que defina, também, procedimentos e processos para que essas
3611 dimensões sejam efetivamente internalizadas. Essas dimensões da justiça climática,
3612 do ponto de vista processual, distributivo, redistributivo, elas têm que ser traduzidas
3613 em uma norma que oriente os órgãos do CONAMA para dizer, está bom, você vai
3614 licenciar um empreendimento? Esses são princípios básicos que têm que ser
3615 considerados. O diálogo, a consulta, o olhar para as várias dimensões de potenciais
3616 efeitos e impactos dos empreendimentos, com os vários recortes de raça, gênero, de
3617 idade que vão ter que ser considerados no processo de análise, nos procedimentos

3618 até antes disso, de consulta e diálogo sobre os empreendimentos, no desenho desses
3619 empreendimentos, no olhar de como a mudança do clima afeta esses
3620 empreendimentos e se esses empreendimentos estão também efetivamente
3621 adequados a esse nosso compromisso nacional, que é um compromisso global de
3622 transitar para uma economia neutra em carbono, se todas as opções de redução das
3623 emissões ou de neutralização das emissões estão sendo consideradas. Então, sabe
3624 que é um negócio bastante desafiador, não é à toa que o debate internacional vai e
3625 volta, mas acho que a gente tem uma oportunidade de dar, sim, com essa resolução,
3626 um passo bastante sólido e consistente para que a gente tenha de fato uma norma
3627 orientadora, que tenha princípios, que tenha as diretrizes claras e que diga para todos
3628 os entes do SISNAMA quais são as dimensões e aspectos que necessariamente têm
3629 que ser considerados para que a gente, de fato, enderece o desafio da justiça climática
3630 e internalize a dimensão da mudança climática na forma de operar. Eu acho que tem
3631 desafios para ver o quanto o nosso, temos princípios constitucionais, tem uma lei da
3632 Política Nacional do Meio Ambiente, mas como esse conjunto de legislação nos
3633 permite, nos habilita e nos permite que essa resolução do CONAMA, de fato,
3634 enderece, dê objetividade para isso. Eu acho que tem esse papel orientador, mas a
3635 gente tem a expectativa de ser uma norma que, de fato, deixe muito claro o que e
3636 como essas dimensões, esses princípios, essas diretrizes e essas dimensões devem
3637 ser internalizadas na forma de operar dos órgãos. Eu acho que a gente está em um
3638 momento que a gente tem os elementos para isso, não é simples, não é fácil, acho
3639 que tem várias rodadas de diálogo a serem feitas, mas é um passo que a gente vai
3640 ter que dar. Esperamos que a gente consiga, nós, que estamos aí nessa tarefa, ter
3641 capacidade de fazer uma boa síntese de todos esses elementos que foram colocados
3642 e ter oportunidade de fazer as novas rodadas de diálogo para que a gente chegue
3643 com uma resolução que seja madura, equilibrada, mas fundamentalmente que tenha
3644 efeito, que seja, de fato, um marco na forma de operar do nosso sistema. Muito
3645 obrigado.

3646 **A SR^a. CAROLINA DE BRITO MACIEL (Conselheira do CONAMA)** - Obrigado,
3647 Aloísio. E chegamos ao fim desse seminário, ou dessa festa, como foi chamada, e é
3648 importante que a gente celebre, enquanto ainda estamos atentos e fortes, olhando
3649 para os próximos passos também, e que todas as reflexões e discussões que
3650 trouxeram aqui hoje reflitam na justiça climática do amanhã, nessas decisões mais

3651 justas, que olhem para esses recortes, e que estamos juntos nesse caminho também.

3652 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Muito bom, gente.
3653 Agradeço também a mesa, e a gente pode nos retirar aqui. A gente ainda tem um
3654 momento ali de registro, de conversas e diálogos. Acho que o Ramon queria fazer
3655 uma fala, não é isso? A gente já estava celebrando que o nosso primeiro evento
3656 brasileiro que acaba no horário, mas a gente não consegue. Um minuto. Acho que
3657 tem um microfone lá que poderia pegar.

3658 **O SR. EDUARDO ARMANDO (Conselheiro do CONAMA)** - Bom, parabenizar o
3659 evento, eu sou Eduardo Armando, da CNTI, conselheiro do CONAMA, representando
3660 os trabalhadores da indústria. Fazer uma crítica à organização, no sentido que o único
3661 setor que não teve participação foram os trabalhadores. Objetivamente, todas as
3662 outras entidades tiveram participação. E aí é uma pergunta, porque tem um conjunto
3663 de propostas dos trabalhadores para a resolução que a gente quer fazer. Faço agora
3664 ou tem como fazer em outro momento? Essa é a pergunta.

3665 **O SR. RUBENS HARRY BORN (Representante Entidades Ambientalistas e
3666 relatoria da CT)** - O Aloísio vai me corrigir, a Juliana, mas eu entendo assim que a
3667 resolução, nós... Teve um processo de consulta pública, nós temos um prazo para
3668 verificar o que chegou, temos um calendário de reuniões da Câmara Técnica, então
3669 acho que agora, nos próximos dias, até antes de a gente fechar a análise da consulta
3670 pública, para poder eventualmente incorporar alguma coisa. Mas talvez a Marcela
3671 queira...

3672 **A SR^a. MARCELA** - Sim, eu vou sugerir que você encaminhe para o DSISNAMA,
3673 posso passar o nosso e-mail, e a gente encaminha para a Câmara Técnica e incorpora
3674 essas sugestões no debate da Câmara Técnica. E gostaria de trazer o seguinte para
3675 os trabalhadores. A Câmara Técnica tem a representação das entidades
3676 ambientalistas, da qual a entidade que você representa também faz parte. Então, a
3677 Câmara Técnica é aberta, vocês também estão convidados, a gente pode passar para
3678 vocês os calendários para participar das reuniões.

3679 **O SR. EDUARDO ARMANDO (Conselheiro do CONAMA)** - Obrigado. É isso.

3680 **A SR^a. MAGNÓLIA BARROS (Presidente da Associação Mulheres da Águas de**

3681 **Sobradinho - AMAS)** - Boa tarde. Obrigada pela oportunidade. Meu nome é Magnólia
3682 Barros, sou moradora de Brasília, Sobradinho, criadora e presidente da Associação
3683 Mulheres das Águas de Sobradinho, AMAS, e vice-presidente da Comdema,
3684 Sobradinho. Eu tenho uma curiosidade, uma pergunta para os senhores, é que muito
3685 se falou aqui em participação social, aquela coisa toda, mas, assim, nós tivemos
3686 recentemente, em maio, a 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, que contou
3687 efetivamente com a participação da população, e, inclusive, entre os seus eixos
3688 temáticos, entre os seus temas principais, mitigação, adaptação, etc., teve a questão
3689 da justiça climática. Então, nessa conferência, saíram centenas de propostas, quer
3690 dizer, oriunda de discussão com bastante competência, por essa sociedade civil
3691 organizada, órgãos públicos, privados, e se vocês estão pensando, evidentemente
3692 devem estar, e utilizar tudo o que foi, aproveitar tudo o que foi debatido durante esse
3693 grande esforço do Estado brasileiro, do governo, para trazer essas contribuições da
3694 sociedade, porque em nenhum momento aqui eu ouvi ninguém falar da Conferência
3695 Nacional de Meio Ambiente, que desde o primeiro tema dela foi, inclusive, cuidar do
3696 Brasil. E, rapidamente, eu prometo, outra coisa que eu acho importantíssima, já
3697 aproveitando o jovem aqui, um exemplo fantástico que o rapaz já saiu, trouxe, foi
3698 daquela situação do jovem, que por meio de uma informação de educação que ele
3699 teve, ele conseguiu salvar centenas de pessoas de uma comunidade. Então, nós
3700 estamos vivendo, realmente, em uma era de emergência climática, de extremos
3701 climáticos. Então, se faz prioritário, se faz importante mesmo que os jovens, e não se
3702 pode esperar uma emenda educacional, um novo currículo, de alguma forma, se criem
3703 comitês nas comunidades que levem a informação a esses jovens, talvez por meio da
3704 defesa civil, ou não seja, mas vocês têm que pensar, nós temos que pensar em uma
3705 capacitação da juventude, justamente buscando esse protagonismo juvenil. Vocês
3706 vejam que teve uma ocasião há alguns anos, que teve um tsunami, e foi também uma
3707 jovem que, por meio de uma informação que ela teve na escola, que ela salvou
3708 centenas de vidas por meio de uma informação. E, assim, por exemplo, criar comitês
3709 nas comunidades, nas comunidades justamente de maior vulnerabilidade social que
3710 levem a informação. Tem uma coisa que a Marina Silva fala, que nós, ambientalistas,
3711 falamos sempre para o espelho, aqui não tem realmente nenhuma pessoa, aquela
3712 dona de casa que vai, aquele idoso, aquele jovem que é realmente, que vai sofrer a
3713 potência do extremo climático. Então, assim, a gente tem que fazer com que essa
3714 informação efetivamente chegue de forma rápida, urgente, como os extremos

3715 climáticos exigem. É isso. Obrigada pela oportunidade.

3716 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Muito obrigado. Quer
3717 comentar?

3718 **O SR. ALOÍSIO LOPES PEREIRA MELO (Presidente da CT e representante do**
3719 **Governo Federal – MMA)** – Se eu pudesse só comentar sobre o tema das propostas
3720 da conferência, só para dar... Acho que é importante dar esse tipo de retorno, mas,
3721 de fato, nesse processo aí da elaboração do Plano Clima, como falei, acabou,
3722 aprovamos os setoriais de adaptação, temos mitigação e finalização agora. As
3723 propostas da conferência foram encaminhadas para todos os órgãos responsáveis
3724 pela elaboração do Plano Clima. 25 ministérios envolvidos, elas foram divididas
3725 conforme a temática e se ela estava se referindo à agenda de adaptação, com o setor
3726 de mitigação, com o setor, e foram processadas, então, como contribuições para a
3727 formulação do Plano Clima, juntamente com as outras que vieram da consulta pública,
3728 dos outros processos de diálogo. Mas, sem dúvida, a conferência foi um importante
3729 elemento para sintetizar um conjunto de elementos fundamentais para essa agenda
3730 climática.

3731 **O SR. JOÃO PAULO AMARAL (Mestre de Cerimônia)** – Muito bom. Bom, gente,
3732 vimos que o diálogo só começa. O CONAMA é para isso mesmo. Muito obrigado aqui
3733 para todos vocês, na mesa, por eu fazer essa representação importante de todos os
3734 setores aqui, para essa... Para compilar realmente agora, essa é a nossa missão,
3735 compilar todos os resultados desse seminário e colocá-los em prática, em
3736 implementação, como o Rubens comentou. Muito obrigado, gente. Tenham uma boa
3737 tarde. Obrigado pela presença de todos e todas aqui.